

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA – UNIPAMPA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS

SOIFAITE AMBROISE

**LIBERALIZAÇÃO DO COMÉRCIO E DESEMPENHO ECONÔMICO: UMA ANÁLISE
DA POLÍTICA COMERCIAL AO OLHAR DA POLÍTICA NEOLIBERAL NO HAITI.**

São Borja

2020

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA – UNIPAMPA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS

SOIFAITE AMBROISE

**LIBERALIZAÇÃO DO COMÉRCIO E DESEMPENHO ECONÔMICO: UMA ANÁLISE
DA POLÍTICA COMERCIAL AO OLHAR DA POLÍTICA NEOLIBERAL NO HAITI.**

Dissertação de Mestrado em Políticas Públicas apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas – PPGPP da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Políticas Públicas.

Orientador: Prof. Dr Thiago Da Silva Sampaio

São Borja

2020

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos
pelo(a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do
Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais) .

A4951 Ambroise , Soifaite

Liberalização do comércio e desempenho econômico: Uma
análise da política comercial ao olhar da política neoliberal
no Haiti. / Soifaite Ambroise .

140 p.

Dissertação (Mestrado)-- Universidade Federal do Pampa,
MESTRADO EM POLÍTICAS PÚBLICAS, 2020.

"Orientação: Thiago da Silva Sampaio".

1. Política comercial. 2. desempenho econômico. 3.
políticas públicas. I. Título.

SOIFAITE AMBROISE

**LIBERALIZAÇÃO DO COMÉRCIO E DESEMPENHO
ECONÔMICO: UMA ANÁLISE DA POLÍTICA COMERCIAL AO
OLHAR DA POLÍTICA NEOLIBERAL NO HAITI**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Políticas Públicas.

Área de concentração: Elaboração, Implementação e avaliação de Políticas Públicas para o Desenvolvimento regional em áreas de fronteira.

Dissertação defendida e aprovada em: 20 de fevereiro de 2020.
Banca examinadora:

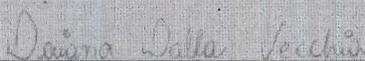


Prof. Dr. Thiago da Silva Sampaio

Orientador
UNIPAMPA



Prof. Dr. Muriel Pinto
UNIPAMPA



Prof. Dra. Daiana Dalla Vecchia
UFBA

AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho não seria possível sem o desenvolvimento de múltiplos esforços pessoais e a colaboração de algumas personalidades bem específicas. Nesse sentido, nosso agradecimento se dirige:

Em primeiro momento, ao meu orientador Prof. Dr. Thiago Sampaio da Silva pela sua disponibilidade e seu apoio constante na organização do plano do trabalho também, sua contribuição na estrutura metodológica e o fundamento analítico para o respeito dos critérios dos trabalhos empíricos. Ademais, sua orientação na pesquisa de documentos, as discussões sobre a temática e a colaboração no processo de pesquisa científica para conciliar a política econômica na área de políticas públicas.

Em segundo momento, ao meu colega Marconi Severo pelas suas colaborações na realização dos trabalhos acadêmicos, as correções gramaticais e os fundamentos metodológicos exigidos no programa. Nesta mesma ocasião, agradeço igualmente os professores de programa particularmente o prof. Dr. Muriel Pinto e a Prof^a. Dra. Ângela Quintanilha Gomes pelas suas colaborações na minha formação acadêmica e profissional. Também, agradeço particularmente a Prof^a. Dra. Clara Dornelles e a Prof^a. Flávia Azambuja pelo curso de português ministrado no programa de Idiomas sem Fronteiras (IsF) para realizar minha proficiência como aluno estrangeiro.

Em terceiro momento, meu agradecimento se dirige à minha família principalmente minha mãe Estha clergé e meu pai Maxime Ambroise pelos seus apoios e encorajamento. Gostaria agradecer particularmente Dieussel Phelimond e Rals Pierre pelas suas contribuições financeiras também, gostaria agradecer meu amigo Mackendy Cerizier, Benji B. Desmornes, Assion S. Amoussou, Cláudio Gabriel Soares Araújo pelas suas contribuições morais e todas as outras formas de implicações. Pensamos em um registro especial para agradecer os colegas no programa de políticas Públicas de Unipampa, os amigos no programa de bolsa OEA também, algumas pessoas especiais como: Joveline Tara Lafleur, Sabrina Charles, Adnadine Geffraus, Daphney Edmond, Daphney S. Badio pelas suas contribuições particulares.

Por fim, um abraço especial para todas as outras pessoas não mencionadas que têm uma contribuição particular na elaboração deste trabalho – encontrem aqui a expressão da minha gratidão.

RESUMO

Esse trabalho busca entender a influência do sistema neoliberal sobre o desempenho econômico do Haiti, a partir da sua integração no mercado mundial. Na realização desse trabalho, nossa reflexão foca-se sobre a análise da realidade econômica observada no Haiti sem a pretensão de desenvolver um modelo econométrico, mas orientar para as interpretações estatísticas capaz de entender o baixo grau de implicação no sistema neoliberal. O conteúdo metodológico focaliza sobre uma pesquisa bibliográfica através um procedimento de análise qualitativa e quantitativa para fortalecer o fundamento analítico e, também, prosseguir pelo método de análise retrospectiva para descrever a situação econômica atual. Os fundamentos teóricos concentram-se sobre as teorias convencionais e as novas teorias do comércio internacional, assim como os diferentes trabalhos empíricos realizados sobre a competitividade e a internacionalização das empresas para explicar o limite dessas teorias no processo de desenvolvimento econômico e comercial do Haiti. Para isso, nossa análise repousa sobre a ideia de que o fenômeno de liberalização do mercado atribuído como uma forma de exploração excessiva das matérias-primas – desenvolve uma dependência econômica e financeira e, também, transforma os países empobrecidos como províncias de comercialização. Portanto, nosso olhar está focado sobre um panorama de política econômica do Haiti, bem como sobre a evolução dos indicadores econômicos e o impacto da liberalização do comércio sobre o desempenho econômico. Ademais, analisamos os enfraquecimentos de política comercial sobre a competitividade, as baixas capacidades de financiamento da economia e os obstáculos institucionais encontrados para explicar o mau uso do sistema geoeconômico atual. Por fim, tentamos trazer alguns elementos pertinentes que poderiam ser utilizados para promover um ambiente macroeconômico mais favorável, criar uma atmosfera mais acessível ao investimento, garantir a transparência na execução das operações financeiras para fortalecer a competitividade econômica e comercial.

Palavras-chave: Política comercial; desempenho econômico; políticas públicas.

ABSTRATS

Ce travail cherche à comprendre l'influence du système néolibéral sur la performance économique d'Haïti à partir de leur intégration dans le commerce mondial. Dans la réalisation de ce travail, notre réflexion se concentre sur l'analyse de la réalité économique observée en Haïti sans la prétention de développer un modèle économétrique, mais nous orienter vers les interprétations des données statistiques pour comprendre le faible niveau d'implication d'Haïti dans le système néolibéral. Le contenu méthodologique est centré sur une recherche bibliographique à travers une procédure d'analyse qualitative et quantitative pour renforcer le fondement analytique et, aussi, procéder par la méthode d'analyse rétrospective pour décrire la situation économique actuelle. Les fondements théoriques se concentrent sur les théories conventionnelles et les nouvelles théories du commerce international, ainsi que les différents travaux empiriques réalisés sur la compétitivité et l'internationalisation des entreprises pour expliquer les limites de ces théories dans le processus de développement économique et commercial d'Haïti. Pour cela, notre analyse repose sur l'idée que le phénomène de libéralisation des marchés est attribué à une forme d'exploitation excessive des matières premières, développe une dépendance économique et financière et, aussi, transforme les pays pauvres comme des provinces de commercialisation. Par conséquent, notre regard est fixé sur un panorama des politiques économiques en Haïti, l'évolution des indicateurs économiques et l'impact de la libéralisation du commerce sur la performance économique. De plus, on a analysé les faiblesses de politiques commerciales sur la compétitivité, les faibles capacités de financements de l'économie et les obstacles institutionnels rencontrés pour expliquer la mauvaise utilisation du système géoéconomique actuel. Enfin, nous essayons d'apporter certains éléments pertinents qui pourraient être utilisés afin de promouvoir un environnement macroéconomique plus favorable, créer une atmosphère plus accessible à l'investissement et garantir la transparence dans l'exécution des opérations financières en vue de renforcer la compétitivité économique et commercial.

Mots-Clés : Politique économique, performance économique et politiques publiques

LISTA DE ABREVIACÕES

ACP: África, da Caribe e o Pacífico.

AEC: Associação dos Estados da Caribe

AGD: Administração Geral das Alfândegas

APD : Ajuda Pública ao Desenvolvimento

APE: Acordo de Parceria Econômica

BID: Banco Interamericano de desenvolvimento

BRH: Banco da República do Haiti

BRIDS: Escritório de Pesquisa em Informática e em Desenvolvimento Econômico e Social

CARICOM: comunidade caribenha

CICC: Convenção Internacional Contra a Corrupção

CCM: Câmara de Comércio Internacional

CNMP: Comissão Nacional de Compras Públicas

CNUCC: Convenção das Nações Unidas Contra a Corrupção

CSC/CA: Tribunal Superior de Contas e Contencioso Administrativo

CSPJ: Conselho Superior do Poder Judiciário

EPA: Acordo de parceria Econômica

FED: Fundos Europeus de Desenvolvimento

FMI: Fundo Monetário Internacional

GATT: Acordo Geral de Tarifas e Comercio

ICC: Índice de Controle da Corrupção

ICM: Índice de Competitividade Mundial

IDA: Associação Internacional pelo Desenvolvimento

IDE: Investimento Direto Estrangeiro

IFI: Instituições Financeiras Internacionais

IGC: Índice Global de Competitividade

IGF: Inspeção Geral das Finanças

IHSI: Instituição Haitiana de Estatística e da Informação

ILE: Liberdade Econômica

INF: Índice de Notação Financeira

IPC: Índice de Preços de Consumo

HELP: Haiti Economic Lift Program

MEF: Ministério da Economia e das Finanças

HOPE: Haitian Hemispheric Opportunity through Partnership Encouragement

MCI: Ministério Comércio e de Indústria

ODM: Objetivos de Desenvolvimento do Milênio

ODS: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

OMA: Organização Mundial das Alfândegas

OMC: Organização Mundial do Comércio

SFI: Sociedade Financeira Internacional

ZLEA : Zonas de Livre Intercâmbio América

LISTAS DE QUADROS

Quadro 1: Posicionamento geográfico do Haiti com seus parceiros comerciais.....	64
Tabela 1: O comércio internacional entre Haiti e outros Países em 1858.....	65
Tabela 2: A relação comercial do Haiti-Estados Unidos.....	65
Gráfico 1: A configuração do grau de comercialização da economia haitiana.....	67
Gráfico 2: Relação dos termos de troca e da balança comercial (2002-2015).....	68
Gráfico 3: Contribuição do valor acrescentado do ramo de atividade em % PIB.....	71
Gráfico 4: Os componentes da demande global em % PIB.....	74
Quadro 2: Evolução da inflação e a taxa de câmbio.....	75
Quadro 3: As principais vantagens incitativas sobre a produção e o comércio.....	85-86
Quadro 4: Índice de percepção da corrupção no Haiti.....	89
Quadro 5: Análises das causas da corrupção no Haiti.....	89
Quadro 6: Os fatores desvantajosos ao desempenho econômico.....	93
Quadro 7: A evolução do indicador <i>Doing Business</i> do Haiti.....	94
Quadro 8: Estoque da dívida externa em Milhões dólares americanos (U\$ Milhões).....	95
Quadro 9: Serviço da dívida pública em milhões dólares americanos (U\$ Milhões).....	96
Quadro 10: Evolução dos gastos governamentais no Haiti em uma base de 100.....	97
Quadro 11: Relatório dos investimentos público-privados em Haiti.....	98
Quadro 12: Índice de Competitividade Global do Haiti.....	98
Quadro 13: Situação de privatização de algumas empresas haitianas em 2015.....	100
Quadro 14: A situação das empresas estatais não privatizadas não Haiti.....	100
Quadro 15: O mecanismo da nova administração pública no Brasil em 1995.....	100
Quadro 16: A privatização efetiva no Brasil no período de redemocratização.....	114
Quadro 17: Medidas tomadas para fortalecer a economia na década 1995-2002.....	119
Quadro 18: forma simplificada das conexões entre Políticas Públicas e desenvolvimento....	124

Sumário

Introdução	13
Justificativa	15
Problemática	15
Objetivo empírico e delimitação do projeto.....	18

1 ENTENDIMENTO DA POLÍTICA COMERCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS NA ÁREA DE CONHECIMENTO CIENTIFÍCO19

1.1 As Políticas públicas no campo de conhecimento científico	21
1.1.1 A política econômica na área de políticas públicas	24
1.1.2 O papel da política comercial no fortalecimento do comércio internacional	27
1.2 O procedimento metodológico na organização do trabalho	32
1.2.1 A estrutura e o modo de organização do trabalho	34
1.3 Interesse acadêmico e profissional do trabalho	37

2 FUNDAMENTOS TEÓRICOS PARA ENTENDER A DINÂMICA DA POLÍTICA COMERCIAL.....39

2.1 A visão convencional do comércio internacional	39
2.2 As novas teorias do comércio internacional	44
2.3 As novas interações estratégicas sobre o mercado internacional.....	48
2.4 A dinâmica do comércio internacional para uma melhor compreensão da falha do Haiti no comercio exterior	52

3 CONTEXTO DE INTEGRAÇÃO DO HAITI NO COMÉRCIO INTERNACIONAL 61

3.1 A liberalização comercial no impasse do sistema neoliberal.....	62
3.2 A dinâmica comercial do Haiti no mercado mundial	63
3.2.1 A fase clandestina do comércio com o exterior.....	63
3.2.2 A liberalização efetiva do Haiti no mercado mundial	66
3.3 O comércio internacional no contexto da economia haitiana	77

4 IMPACTOS DO ENFRAQUECIMENTO INSTITUCIONAL NAS EXACERBAÇÕES DO SISTEMA NEOLIBERAL NO HAITI.....83

4.1 O funcionamento da economia fora da conformidade dos acordos comercial	84
--	----

4.2	O problema de governança pública na tomada de decisão de política econômica no haiti.....	87
4.3	A repercussão do enfraquecimento institucional sobre o desequilíbrio econômico	91
4.4	Os grandes desafios financeiros ao desempenho econômico	93
4.5	As consequências da privatização das empresas sobre a estrutura da economia.....	99
4.6	As consequências da fraqueza institucional sobre os desafios macroeconômicos	102
5	PARA UMA INTERAÇÃO ESTRATÉGICA DA POLÍTICA COMERCIAL NO FORTALECIMENTO DA COMPETITIVIDADE	106
5.1	Uma reforma administrativa efetiva para uma gestão ótima de recursos	106
5.2	Uma paliativa da reforma brasileira para o fortalecimento institucional do Haiti.....	112
5.3	Para uma predileção da reforma econômica na criação de riquezas.....	115
5.4	Um mecanismo do comércio na conjuntura econômica atual	125
	Considerações finais.....	129
	Referências bibliográficas.....	132
	Anexos	138

INTRODUÇÃO

A estrutura da economia haitiana desde as duas últimas décadas apresentou para uma situação de desempenho econômico e comercial bem complexo em razão da baixa capacidade de produção e a baixa capacidade de controlar o sistema de economia mundial no sentido de desenvolver a competitividade. Esta baixa capacidade de produção impactou negativamente sobre o desempenho econômico também, influenciou negativamente a balança comercial. De fato, a dinâmica comercial o qual surge Haiti leva de grau complexidade através do baixo nível da política comercial e da inadequação dos recursos disponíveis para estimular o desempenho econômico no sistema neoliberal.

O comércio internacional como ferramenta indispensável para aperfeiçoar a balança comercial não chega melhorar a economia do Haiti em razão de falta capacidade de modernizar as infraestruturas econômicas necessárias bem como, incapaz de aperfeiçoar as vantagens do mercado e o desamparo de conquistar o mercado para aumentar o lucro. Como motor de crescimento e desenvolvimento, a parceria comercial não alcança realmente os ganhos comerciais do Haiti no sistema comercial internacional.

A integração do Haiti no sistema neoliberal nas décadas 1980 e 1990 suscitou grande preocupação sobre a realidade econômica quando analisamos as políticas econômicas adotadas, o fracasso do mercado financeiro no ambiente macroeconômico e as dificuldades encontrados nas novas estruturas de mercado mundial. No âmbito, a discussão a respeito de abertura comercial não se restringe aos argumentos pró ou contra, mas envolve também a questão de melhor estratégia de liberalização (MOREIRA; CORREA, 1997, p. 6). Segundo autor apresentou os pontos mais discutidos são os relativos ao *timing*, a sequência de liberalização entre o mercado de bens e de capital e ao o contexto macroeconômico para redinamizar o desempenho comercial. A partir disso, entendemos claramente que a liberalização comercial do Haiti deteriora mais a estrutura econômica – necessita uma análise profunda sobre a relação entre o crescimento econômico e comércio, a política comercial e desempenho econômico também, os problemas da balança de pagamento.

A política comercial como um ramo de política econômica na área das Políticas Públicas, é *a priori* a ferramenta estratégica usada para desenvolver as cooperações entre os parceiros para o desempenho econômico. Por consequência, o principal desafio de política econômica com que se defronta a maioria dos países em desenvolvimento é a construção de uma base industrial diversificada e sólida como elemento-chave para o desenvolvimento, assim como a canalização das forças básicas do comércio internacional e do investimento estrangeiro direto para esse objetivo (AKYÜZ, 2005, p. 41). Com a emergência da globalização econômica e financeira nas três últimas décadas, o Haiti se tornou mais atrativo para o sistema no qual o comércio intensificou ainda mais as relações fronteiriças, mas prejudica para o ambiente econômico em razão do fracasso de capacidade de ganho de competitividade.

Os impactos da liberalização comercial não dependem apenas dos efeitos teoricamente previsíveis, mas também da maneira como é implementada, principalmente no que diz respeito a sua velocidade, a sequência de liberalização entre mercado de bens e de capitais e o contexto macroeconômico em que ocorre (MOREIRA; CORREA, 1997). Nesse cenário, a tendência atual mostra diversas flutuações das atividades econômicas e comercial através da baixa competitiva e de produtividade sobre o mercado mundial para garantir a concorrência contra os parceiros econômicos – uma configuração econômica traduzida por uma lacuna considerável de tal sorte que um grupo de países torna-se mais rico, uma outra categoria emerge rapidamente e outro grupo fica mais em colapso no subdesenvolvimento.

Em geral, a mudança do padrão de dependência da produção e exportação de produtos primários para bens industriais tem sido considerada uma forma de participação mais efetiva na divisão internacional do trabalho. Espera-se que os produtos manufaturados ofereçam melhores perspectivas de ganhos nas exportações, não apenas por permitirem a expansão da produção e um crescimento mais rápido da produtividade, mas também por representarem uma promessa de maior estabilidade dos preços, mesmo quando aumentam os volumes, evitando-se assim a deterioração dos termos de troca que tem frustrado os esforços de desenvolvimento de muitas economias dependentes de produtos primários (AKYÜZ, 2005, p. 41).

JUSTIFICATIVA DO TRABALHO

Com relação ao ambiente macroeconômico, há um vasto consenso de que a liberalização deva se dar no contexto de uma economia estável, fruto de políticas econômicas apropriadas, a fim de que os ganhos de alocação sejam maximizados (MOREIRA; CORREA, 1997). Todavia, apesar dos diferentes acordos assinados pelo Haiti, a economia sofre de um padrão de instabilidade macroeconômica ligada com um grau de crescimento medíocre, de baixa renda *per capita* e uma situação de alta taxa de câmbio e de inflação recorrente – de dificuldade fiscal em quais os gastos excedem as receitas – de uma balança comercial sempre deficitária e uma baixa taxa de investimento. A partir disso, nossa preocupação foca sobre o contexto da integração do Haiti no comércio internacional através dos diferentes acordos internacionais assinados após a liberalização integral da economia em 1983.

Um período em que diversos compromissos multilaterais foram assinados com a Organização Mundial do Comércio (OMC) em 1996; a comunidade caribenha (CARICOM) em 2002; o Acordo de parceria Econômica (EPA) em 2009 entre um acordo de livre comércio entre a União Europeia e CARIFÓRUM. Ademais, os acordos bilaterais com os Estados Unidos (HOPE, HELP), a Venezuela (Petrocaribe), a República Dominicana e outros países notavelmente, as outras convenções comerciais assinadas. Alguns acordos que necessitam uma análise profunda considerando os resultados observados após sua integração no sistema neoliberal.

PROBLEMATIZAÇÃO DO TRABALHO.

Os parceiros comerciais desenvolvidas entre Haiti e os países (relatórios ricos e pobres) são bastante prejudiciais porque, os modelos de crescimento usados são bem diferentes de cada um e não há a mesma especificidade e capacidade de produção também, potencialidade financeira assim como, os fracos de recursos humanos qualificados e materiais disponíveis para fortalecer a economias no mesmo ritmo. Neste raciocínio, Akyuz (2005) supõe que;

Em princípio, a principal questão de política com que se deparam os países em desenvolvimento no sistema de comércio internacional não é optar por um grau maior ou menor de liberalização, mas encontrar a melhor forma de extrair de sua participação nesse sistema os elementos que promoverão o desenvolvimento econômico. Para alguns, isso ainda é uma questão de sair do padrão de produção de *commodities*, mas para muitos outros se trata de avançar no desenvolvimento industrial (AKYÜZ, 2005, p. 52).

Alguma desvantagem constatada em termo de negligência dos atores públicos na tomada de decisão para abrir integralmente o mercado no sentido de crescer a produtividade e competitividade econômica sem levar em conta os efeitos perversos da abertura da economia. Tal lógica, a economia experimenta um movimento comercial bastante desfavorável considerando o tamanho da economia e os parceiros para desenvolver a concorrência. Também, os efeitos do plano estratégico das empresas multinacionais para fortalecer a visibilidade e a competitividade dos poderes econômicos e o mecanismo de comércio clandestino são os antecedentes da gravidade à atividade econômica do país. No entanto,

É importante notar que a nação não é um fator irrelevante nesse processo de internacionalização da tecnologia, de modo que o Estado ainda exerce papel crucial na atividade econômica através da implementação de política de inovações, incluindo política industrial, programa de alta tecnologia, polícia de comércio exterior, em síntese, elaboração de um Sistema Nacional de Inovações que tenha como objetivo primordial propiciar aos países grandes avanços no progresso tecnológico para acompanhar as mudanças constantes que ocorrem na internacionalização da tecnologia (MOREIRA, 2012, p. 225).

A realidade mostra que a abertura comercial é lucrativa para alguns países, mas prejudicial para alguns outros. No caso do Haiti, constatamos diversos constrangimentos relacionados com a escolha de políticas comerciais para honrar os compromissos e as baixas capacidades de produção na economia. Nesse âmbito, destacam-se, em primeiro lugar, os aspectos econômicos ligados aos fracassos nas infraestruturas de produção e na industrialização – a fraqueza de investimento estrangeiro e o endividamento público – o baixo nível de representatividade do índice de competitividade global e o indicador de *doing business* explicaram o grau de precariedade da economia.

O problema de governabilidade, de corrupção ainda mais, os fatores climáticos, a inaptações às novas teorias do comércio internacional assim como, a falta da inovação tecnológica atrasaram mais o ambiente econômico. Um conjunto de fatores primordiais no fortalecimento do desempenho comercial que, pouco existe nos países subdesenvolvidos principalmente no Haiti. Nesta perspectiva, o autor apresentou três principais aspectos da

estratégia cooperativa como: a cooperação internacional entre as empresas; o desenvolvimento de programas de alta tecnologia combinando os esforços dos diferentes agentes; e maior colaboração internacional entre os cientistas são também determinante para fortalecer a competitividade sobre o mercado mundial. Portanto, a liberalização econômica tem um peso considerável e, associado com uma tendência muito desconfortável que requer as alternativas estratégicas.

As ideias de List (1841) citado por Moreira (2012) supõem que a industrialização foi um fator fundamental para que as economias lograssem maturação econômica, de tal modo que para as nações ainda em estágios menos avançados, uma política protecionista seria um instrumento necessário para os países que expandissem suas forças produtivas com o desenvolvimento da manufatura (LIST, 1841, apud MOREIRA, 2012, p.219). A partir dessa reflexão, a decisão tomada pelas autoridades haitianas para liberalizar a economia é considerada como prematuro porque as medidas de política comercial adotada foram em inadequadas em relação à ampla reforma das políticas comerciais.

Portanto, a relação comercial entre Haiti e os parceiros desenvolveu uma forma de dependência econômica e cresce mais a situação vulnerável do povo – uma situação alarmante que derruba bastante a estrutura do mercado. Ademais, isso aumentou mais a ajuda ao desenvolvimento, apoio orçamentário, e a transferência da diáspora como fonte de recursos para cobrir a demanda global. Um conjunto de constatações que suscitaram uma compreensão sobre as políticas econômicas realmente implementadas no Haiti para facilitar o investimento nos projetos de desenvolvimento sustentável. Desta preocupação maior, gostaríamos de saber: qual é o impacto do comércio internacional sobre a economia haitiana?

O objetivo geral do trabalho consiste em: analisar o mecanismo de integração do Haiti no mercado mundial para entender os efeitos do comércio sobre a balança comercial. Deste objetivo geral, destacar-se dois objetivos específicos seguintes:

- 1- Analisar a conjuntura econômica do Haiti desde a liberalização efetiva do comércio e os diferentes efeitos cíclicos e estruturais subsequentes ao desempenho econômico.

- 2- Apresentar como explorar as vantagens do comércio para concretizar as perspectivas de desenvolvimento econômico assimilado com o processo de crescimento sustentável.

A partir dessa pergunta, a hipótese do trabalho apresenta-se assim: a parceira comercial não chega a melhorar a competitividade econômica e comercial do Haiti em razão de falta de política econômica para revitalizar o desempenho comercial.

OBJETIVO EMPÍRICO E DELIMITAÇÃO DO TRABALHO

Na elaboração desta dissertação, não iremos refutar a tese que defende a existência de uma relação positiva entre o comércio internacional e o desempenho econômico, mas entender o impacto do sistema neoliberal sobre a economia haitiana de 2005 a 2015. Para isso, nossa reflexão se vai centralizar sobre os diferentes trabalhos empíricos relacionados com as teorias do comércio e, mostrar as dificuldades encontradas pelo Haiti no mercado mundial que, desde sua integração no sistema neoliberal há uma balança comercial sempre deficitária. Nesse raciocínio, nosso centro de interesse ficaria principalmente sobre os constrangimentos na aplicação das políticas comerciais para entender os efeitos subsequentes do comércio sem levar em consideração a validade econométrica entre o comércio internacional e o desempenho econômico. De fato, priorizamos apenas a dimensão estatística da política comercial a partir dos dados qualitativos (político, institucional) e quantitativos ligados a alguns indicadores econômicos para explicar nosso campo de análise. Por fim, este trabalho ficaria disponível para todos aqueles pesquisadores que desejarem produzir algumas críticas e mostram a partir de uma verificação empírica a pertinência dessa questão enquanto priorizar outros métodos e ferramentas de análise para uma nova orientação e outra pista de pesquisa.

1 ENTENDIMENTO DA POLÍTICA COMERCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS NA ÁREA DE CONHECIMENTO CIENTÍFICO.

A realização de todos os trabalhos científicos exige uma aplicação rigorosa dos critérios estabelecidos pela comunidade científica. Desta lógica, a metodologia está introduzida ao centro de todas e qualquer atividade científica para a produção de conhecimento útil. Nesse sentido, é necessário ressaltar os apontamentos de Oliveira (2002), corroborado por Rover (2006), quando faz referência à ciência:

[...] com critérios metodológicos, das relações existentes entre causa e efeito de um fenômeno qualquer no qual o estudioso se propõe a demonstrar a verdade dos fatos e suas aplicações práticas. É uma forma de conhecimento sistemático, dos fenômenos da natureza, dos fenômenos sociais, dos fenômenos biológicos, matemáticos, físicos e químicos, para se chegar a um conjunto de conclusões verdadeiras, lógicas, exatas, demonstráveis por meio da pesquisa e dos testes (OLIVEIRA, 2002, apud ROVER, 2006, p. 10).

Isto é um corpo de procedimentos elaborados que descreve os princípios admissíveis no campo de pesquisa científica e os procedimentos empregados para materializar um fenômeno social. É claro que a pesquisa científica como procedimento racional e sistemático constitui a base essencial para buscar as soluções necessárias ao problema desenvolvido a partir de novas abordagens dos fenômenos sociais. Nesse âmbito, os métodos usados no campo de conhecimento científico são indispensáveis para diferenciar, cada vez, as disciplinas de seus conteúdos, suas etapas e seus processos de investigações na área de interdisciplinaridade. Daí, a importância da elaboração de um projeto de pesquisa exige um trabalho claramente definido, impõe os fatores de análises necessárias para orientar as ações e as estratégias que serão desenvolvidas pelos pesquisadores que desejam obter uma resposta.

Desta diversidade metodológica, o “descontínuo metodológico”¹ introduziu as figuras emblemáticas (G. Bachelard, K. Popper, T. Kuhn) como pioneiro na organização do espírito científico moderno no sentido de fortalecer o grau de cientificidade das áreas de ciências

¹ O descontínuo metodológico é um método em ciência social usada para tomar uma ruptura com o contínuo metodológica que supõe que os conhecimentos novos são dos mesmos tipos que os anteriores e suas consequências naturais também, são considerados como um processo linear e cumulativo que conserva os mesmos valores, mesmo abordagem no processo de pesquisa. Esta nova abordagem metodologia de pesquisa supõe que os conhecimentos novos rompem os anteriores e exigem das perspectivas radicais novas na ideia que o desenvolvimento da ciência comporta das rupturas que separem claramente de uma fase a outra.

humanas e sociais. Um novo método de pesquisa que exige de nova abordagem e de nova compreensão dos fenômenos – priorizar a construção de nova hipótese, de mudanças teóricas (as teorias corrigem e/ou substituem as anteriores) e permitem um progresso científico mais significativo em termos de revolução intelectual.

O progresso científico é susceptível de vários obstáculos epistemológico, ideológico ou econômico (recursos financeiros) que necessitam de novo paradigma (escolha de certa técnica de observação, de experimentação e de adoção de metodologia própria) capaz de explicar os feitos polêmicos – de resolver os problemas sociais, fazer as previsões a evolução científica e a mudança de paradigma. Esta mudança de paradigma que, de acordo com os pensadores modernistas, não obedecem apenas os critérios técnicos, nem sua eficácia teórica ou técnica, mas sua capacidade de resolver de maneira mais pragmática os problemas ligados aos paradigmas rivais. Em outros termos, possui adotado de novo técnico, novo objetivo do trabalho, ou seja, a substituição das teorias para um novo conhecimento científico – desenvolver de novo campo de conhecimento mais diversificado e mais compreensível à evolução científica.

A conexidade nas ciências sociais leva a uma dimensão bem forte na pesquisa científica para explicar o conceito de interdisciplinaridade que, em outro, tem um papel primordial na confrontação de conhecimento, de trocas e de métodos bem como, o ponto de vista divergente Grawitz (2001).² A junção da ciência política no seu aspecto técnico ligado com os relatórios dos governantes, os modos de poderes, os mecanismos de decisórios (*ibidem*, p. 291) – a divisão tripartite da economia política (produção, consumo, repartição) e a circulação dos bens e serviços são considerados como a matriz da economia política aplicada. O que caracteriza para uma interdependência entra a ciência econômica e a ciência política na área de política econômica para um melhor modo de funcionamento do banco, do sistema monetário e financeiro para crescer o desempenho econômico.

O campo da ciência social dedicado ao estudo de políticas públicas, problemas públicos, instituições e atores políticos e a ciência da política pública (SECCHI, 2016, p.6) é, portanto, uma área de conhecimento útil à complementaridade das ciências para tratar os problemas sociais. É óbvio que a ciência da política pública nas suas três características originais:

² Tradução do autor

normatividade, multidisciplinaridade e foco na resolução de problemas públicos (LASSWELL, 1951; HOWLETT *et al*, 2013, apud SECCHI, 2016, p.7) impõe um nível de validação empírica e supõe uma abordagem científica adequada para analisar as políticas públicas. Portanto, ela é considerada como uma alavanca determinante do poder público através às estratégias de ações governamentais, a utilização legitimidade da força e a organização territorial etc.

Secchi (2016) considera a ciência da política pública como um campo de conhecimento indispensável para uma análise descritiva e prescritiva de políticas nos diversos setores de intervenções públicas. Tal consideração lógica, como todas as disciplinas científicas é associada com os critérios metodológicos no método experimental desenvolvido para entender os fenômenos políticos, econômicos, sociais que exigem um grau de robustez na avaliação e a análise das questões de interesses públicos.

Del Bayle (2000) apresentou o “holismo metodológico”³ como uma abordagem metodológica de pesquisa científica usadas nas operações intelectuais (síntese da literatura interior, elaboração de nova hipótese) que permitindo de analisar, entender e explicar a realidade estudada (experimentação, análise dos resultados, interpretação dos resultados). Isso marcada por uma abordagem epistemológica (confirmação ou informação da hipótese) que depende fortemente do espírito científico (questão de validação) capaz de alcançar a objetividade na produção de atividades intelectuais e científicas.

1.1 As Políticas Públicas no campo de conhecimento científico

A política pública foi, em primeira vez, se viu na antiga como um campo de conhecimento o caráter empírico que concentrada sobre o papel e suas missões, as exigências estatais nas tomadas de decisões públicas e determinar as linhas diretrizes que definem as relações direitas entre os governantes e governados na sociedade. Este primeiro olhar se referiu à visão de Thomas Hobbes que apresentou o Estado como um órgão jurídico-administrativo tendo

³ Essa tese enfatiza a relação indivíduo-grupo, o segundo termo. Para ela, o grupo constitui a realidade fundamental: a sociedade tem uma realidade objetiva, irredutível a uma simples justaposição ou combinação de indivíduos e comportamentos individuais.

por missão regular os modos de funcionamento, o comportamento humano através de suas responsabilidades para garantir o bem-estar social. Nos séculos XVIII e XIX, as funções de Estado foram ampliadas conforme com as principais exigências, tal como a manutenção da segurança pública, a preservação da propriedade privada, a proteção de fronteira em caso de invasão externa.

A partir da metade do século XX, particularmente nos Estados Unidos, a Política Pública como área de conhecimento levou em consideração uma perspectiva científica decorreu pelo intermediário de uma área de conhecimento acadêmico como um ramo da ciência política. Nesse raciocínio, se referiu com um agrupamento de ferramenta científica adequada capaz de reestruturar os órgãos públicos e fortalecer as capacidades de decisórias do Estado. De fato, o estudo de políticas públicas reúne-se as interações Estado/sociedade, as dinâmicas institucionais e motivações das autoridades públicas capaz de redinamizar o funcionamento administrativo para fortalecer a capacidade de decisão do Estado.

Keynes (1996) apresentou o Estado como um órgão que tem uma função de mediação (Estado/sociedade) na distribuição do poder público, garantir o controle administrativo a partir das decisões políticas que levaram de suas atribuições. Ajudamos também as diversas apelações do conceito de políticas públicas que, de acordo alguns considerados como:

O conteúdo científico dessa questão associado com a vulgarização das políticas públicas Laswell (1936) introduz a expressão *policy analysis* como forma de conciliar conhecimento científico/acadêmico; Simon (1957) introduziu o conceito de racionalidade limitada dos *policy makers*; Lindblom (1959) questionou a ênfase no racionalismo de Laswell e Simon e propôs a incorporação de outras variáveis à formulação e análise de políticas públicas, enfim, Easton (1965) contribuiu para a área ao defini-la como um sistema, ou seja, como uma relação entre formulação, resultados e o ambiente (SOUZA, 2003, p.23-24).

Martins *et al.* (2010) considerou a possibilidade de prever os impactos das ações do Estado sobre a sociedade tem como objetivo criar de modelos apropriados que possam a auxiliar tanto o Estado quando a sociedade no processo de formulação de políticas públicas, a implementação e avaliação de políticas – fornecer os elementos explicativos dos fenômenos sociais que envolvem este campo. Além disso, de novas definições são adotadas para entender a política pública na área de conhecimento científico. Em um primeiro momento, se caracteriza um conjunto de decisões e ações propostas geralmente por uma entidade estatal, em uma determinada área

(saúde, educação, transportes, reforma agrária etc.), de maneira discricionária ou pela combinação de esforços com determinada comunidade ou setores da sociedade civil (MARTINS *et al*, 2010, p.11). No segundo lugar, as definições escolhidas por Souza (2002) sobre a política pública que, apresentou de acordo com eles,

Mead (1995) a define como um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas. Lynn (1980) a define como um conjunto específico de ações do governo que irão produzir efeitos específicos. Peters (1986) segue o mesmo veio: política pública é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos. Dye (1984) sintetiza a definição de política pública como “o que o governo escolhe fazer ou não fazer” (SOUZA, 2002, p.4),

Considerando as definições anteriores, podemos considerar a Política pública como um conjunto de programas, ações e decisões tomadas pelos governos em colaboração com outros autores (privados, sociedade civil) visando melhorar o bem-estar social dos cidadãos assegurado pelos direitos fundamentais. A partir desta denominação conceitual, Riscado *et al*. (2015) apontaram a política pública como uma diretriz de enfrentamento a um problema, nem sempre transforma uma questão em um problema. Nesse raciocínio, a política pública exige uma compreensão científica desenvolvida por um grupo de *stakeholders* (cientistas e técnicos) permitido diagnosticar os fenômenos públicos e transformá-los em um nível operacional e compreensível.

O fundamento científico oferecido a possibilidade de converter os problemas em projetos e programas que necessitam um acompanhamento e uma análise constante. Um trabalho que exige a intervenção e as interações das especialistas nos diversas áreas interdisciplinares capazes de conciliar os fenômenos públicos em uma dimensão operacional associada com a manipulação das variáveis. Um conjunto de medidas que necessita uma capacidade cognitiva capaz de transformar em políticas públicas os problemas públicos que precisam encontrar o equilíbrio entre o que é tecnicamente eficiente e também o que é politicamente viável Riscado *et al*. (2015). Por fim, Dye (2005) apresentou a necessidade criar de teorias e de modelos próprios nessa área para simplificar e especificar a realidade. Ainda mais, Frey (2000) e Martins *et al*. (2010) trouxeram os argumentos teóricos como os elementos complementares para explicar o grau de cientificidade das ciências de políticas públicas.

1.1.1 A política econômica na área de políticas públicas

Entre a economia e a política existe um grau de proximidade bem forte. Como dois conceitos fundamentais da política econômica, a economia foca sobre a gestão dos recursos materiais e a política foca sobre o equilíbrio social – embora cada um tenha uma missão bem particular. Em primeiro lugar, Smith (2008), Keynes (1996), Mankiw (2009); Krugman e Robin (2007) supõem que a atividade econômica corresponde à criação das riquezas e empregos para melhorar o desempenho econômico e a redistribuição dos bens de consumo pelo Estado na sociedade. Segundo lugar, os autores como Bonavides (2000), Bobbio (1998) apresentaram as atividades políticas como um conjunto de agrupamento de medidas políticas relativas com o respeito dos direitos humanos, a luta contra a má governança, contribuir na organização da sociedade assim com, garantir o bom funcionamento das instituições públicas. Portanto, a economia e a política são tributárias a todas as decisões públicas favoráveis ao fortalecimento dos órgãos públicos para uma racionalização dos gastos públicos e uma melhor redistribuição das riquezas criadas. Essas medidas se referem às prioridades e as responsabilidades dos autores públicos através das ações governamentais para atingir os objetivos desejados. Além disso, é evidente que nosso olhar se concentra principalmente sobre a política econômica e a política comercial para descrever a situação do Haiti.

A política econômica é *a priori* um instrumento governamental o qual o poder público pode usar de maneira estratégica e técnica no processo decisório estatal. Na uma perspectiva global, a política econômica é um conjunto de instrumentos, procedimentos e medidas que se aplicam em um sistema político para controlar o crescimento econômico (NADAL, 2002, apud, VELA, 2012, p.10). Portanto, a política econômica agrupa todas as medidas políticas de política fiscal e política monetária, as políticas de estímulos econômicos (crescimento forte, cheio de emprego) e a política de rigor (diminuir a inflação, o gasto público e o imposto) para estabilizar a estrutura do mercado. Também, as políticas estruturais ligadas à competitividade, ao investimento na pesquisa e inovação tecnológica bem como, à regularização do mercado do trabalho. Em outro termo,

A política econômica é uma das áreas mais enriquecedoras no treinamento de funcionários públicos, pois os introduz em todos os instrumentos econômicos aplicados ao gerenciamento de variáveis fiscais, monetárias e cambiais para a solução de

problemas macroeconômicos que afligem economias de mercado como, entre outras: baixo crescimento, desemprego e inflação, distribuição de renda, pobreza e competitividade (MORA, 2008, p.20).

Nesse cenário, a política econômica permite explicar o trabalho e o funcionamento do setor público, ou seja, explica como se desenvolvem grupos ou empresários fora do governo e explica como os atores políticos tomam decisões que podem afetar o curso da economia nacional ou internacional (VELA, 2012, p.13). Esses instrumentos usados pelos governos nas visões teóricas exigem uma utilização ótima dos recursos e uma dimensão eficaz na gestão pública a partir da coerência e a eficiência nas ações governamentais para resolver os problemas. A dimensão sistêmica dessa questão abarca um padrão de conhecimento em manutenção e avaliação permitindo colocar em evidência as diferentes etapas de políticas econômicas necessárias no processo de tomadas decisões.

Na organização e no planejamento de política comercial, a avaliação como eixo determinante na área de Política Pública tem um papel importante para medir as relações entre as variáveis e os resultados esperados. Em primeiro lado, a avaliação da política pública é a fase em que o processo de implementação e o desempenho da política pública são examinados com o intuito de conhecer melhor o estado da política e o nível de redução do problema que gerou (CORRÊA; GOMES, 2016, p.1436). Nesse sentido, a avaliação como novo campo de conhecimento contemporâneo tem uma utilidade determinante no processo de decisões de política econômica. É claro que estas medidas decisórias são associadas à obtenção de um banco de informações capaz de identificar os problemas subjacentes.

Em segundo lado, A avaliação pode ser definida como um meio de aperfeiçoar a capacidade de aprender como conduzir mudanças bem-sucedidas e definir resultados alcançáveis nos campos da eficiência e eficácia públicas apud (THOENIG, 2000, CORRÊA; GOMES, 2016, p.1437). Portanto, ela permite também, uma capacidade de análise para entender os problemas e as alternativas possíveis através das previsões econômicas e a interpretação dos dados pelos *stakeholders*. Este campo de conhecimento cria uma preocupação diversificada e prioriza as demandas da população para melhorar a qualidade de políticas públicas.

O conceito de avaliação admite múltiplas definições e variedades de disciplinas (economia, formulação de políticas e procedimentos administrativos, sociologia etc.) e clientes

abrangidos no universo das avaliações (ALA-HARJA e HELGASON, 2000, apud CORRÊA; GOMES, 2016, p. 1437). A criação de um ambiente mais confortável capaz analisar as reivindicações da população e, organizar junto um plano de política econômica adequada à realidade socioeconômica. Portanto, os avaliadores de política econômica têm como objetivos fazer um diagnóstico da situação, analisar os indicadores prioritários (avaliação de produtos, avaliação de carteira, avaliação de desempenho) e criar uma agenda de política que agrupa os diferentes problemas públicos.

Portanto, a avaliação considerada uma abordagem racional e técnica usada no processo para diagnosticar e analisar em profundidade os fatos e os fenômenos sociais em um nível de aprofundamento razoável. Paralelamente, descrevem os procedimentos que devem obedecer a um corpo de princípios para testar o padrão de robustez no planejamento dos projetos e programas. Esse novo campo de conhecimento distingue-se os critérios admissíveis para caracterizar as diversas estratégias necessárias no processo específico na organização das atividades e avaliar separadamente cada uma pela uma maior previsão sobre os fenômenos sociais. Em outras palavras, a avaliação agrupa os aspectos menores de áreas de atividade separadas para medir a evolução dos resultados descontados.

Na área de economia, inclui as dimensões dos serviços sociais e humanos, a avaliação de produtos de consumo, pesquisa de recursos humanos (expertos, especialistas), a avaliação do desempenho econômico nacional bem como, uma eventual possibilidade de integração no comércio internacional. Além disso, esse campo tem uma contribuição particular na sociedade, fornecer as afirmações de valores necessários, contribuir no progresso técnico – e, quando é necessário, introduzir uma base confiável, defensável e não arbitrária para evitar os programas ruins. Enfim, trata um conjunto de atividades abrangendo todos os setores de atividades que precisam uma intervenção pública ao objetivo perseguido para melhorar a qualidade dos projetos de interesses coletivos.

1.1.2 O papel da política comercial no fortalecimento do crescimento econômico

Após a Segunda Guerra Mundial, assistimos a uma grande ramificação do mundo econômico para um crescimento mundial mais representativo. O principal objetivo visava identificar as potenciais riquezas em termo de matérias primas nos países procurados, aprovisionar as assistências técnicas e financeiras necessárias susceptíveis para facilitar a exploração. Para operacionalizar isso, diversas instituições internacionais foram criadas para controlar e regular as estruturas do mercado mundial e o modo de integração dos países desejaram as assistências técnicas e financeiras. Neste raciocínio, a política comercial a principal ferramenta usada pelos governos para definir as linhas estratégias do comércio (protecionista ou livre mercado) – criar as diferentes formalidades e possibilidades de redinamizar o sistema de mercado mundial – apresentar as missões das instituições na aplicação das leis do mercado.

A política comercial embarca os procedimentos definidos pelas integrações formais, expõe todas as coordenações requisitadas em termos de cooperações externas também, agrupa os diferentes acordos comerciais (bilaterais e multilaterais) assinados entre os países que necessitaram o apoio externo. Esta forma de apoio pode ser associada à dívida pública, Ajuda Pública ao Desenvolvimento – APD e Investimento Direito Estrangeiro – IDE etc. De maneira geral, a política comercial preocupa-se com as tarifas comerciais e cotas (cota de exportação, as ferreiras tarifarias e não tarifarias), a escolha do livre mercado (vantagens e desvantagens) e visualizar os impactos do uso na avaliação do desempenho comercial.

As relações comerciais formais entre os países (pobres e desenvolvidos) foram criadas após a Segunda Guerra Mundial a partir da criação de alguns órgãos de controle para alimentar o circuito da economia. Em primeiro momento, o GATT (Acordo Geral de Tarifas e Comércio – GATT) foi criado em 1947 que, substituído por OMC (Organização Mundial do Comércio) em 1995 para supervisionar e liberalizar o comércio internacional. Em segundo momento, a OMA (Organização Mundial das Alfândegas) foi criada em 1953 na classificação das mercadorias, a avaliação alfândega, a facilitação do comércio internacional e a proteção das receitas alfandegárias também, lutar contra o contrabando como política de proteção fronteira contra os crimes transnacionais. Em terceiro momento, algumas instituições regionais como: OCDE (Organização de Cooperação e de Desenvolvimento em 1948), a CARICOM (Mercado Comum

Caribenha em 1973), o MERCOSUL e o CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe em 1948) foram criadas na mesma perspectiva de fortalecimento o desempenho comercial. Por fim, se adicionam as instituições internacionais a caráter financeiro como: Fundo Monetário Internacional – FMI e o Banco Internacional para Reconstrução e o Desenvolvimento – BIRD em 1944, o Banco Interamericano de desenvolvimento – BID em 1959 e a Associação Internacional pelo Desenvolvimento – IDA em 1960 que foram criadas na conferência de *Brotten Woods* pelo fortalecimento da capacidade financeira dos países empobrecidos no sentido de priorizar o desenvolvimento sustentável.

As principais missões da política comercial consistem nas restrições voluntárias a exportação, tratar as tarefas e subsídios ao comércio, restringir a criação das empresas de capitais estrangeiras também, regular o comércio de serviços e outras barreiras internacionais. Portanto, Gibbs (2007) considerou a política comercial como um instrumento chave na realização dos OMA, facilitar a diversificação industrial – contribuir à criação de valores acrescentados para erradicar a pobreza e desenvolver a promoção da política nacional e internacional. Podemos mencionar a separação equipável dos lucros do comércio, a concentração dos OMA e aumentar a competitividade sobre o mercado mundial – garantir a proteção dos grupos mais vulneráveis aos efeitos da liberalização comercial e porque a liberalização dos bens e serviços é imperiosa pelo desenvolvimento sustentável.

De fato, o relatório entre a política econômica e comércio internacional é sem dúvida uma relação de interdependência para aumentar o desempenho econômico e comercial. Os aspectos terminológicos que são designados à política comercial, o comércio internacional que introduziram nas ciências econômicas para estudar a estrutura e a dinâmica do mercado na uma perspectiva teórico-conceptual para uma nova orientação de políticas públicas. Portanto, a preocupação essencial do comércio foi no centro do debate mundial após a Segunda Guerra Mundial a partir do acordo *Brotten Woods* em 1944, o Plano Marchall em 1948 para um comércio mais diversificado, o Consenso de washintong em 1989, Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – ODM em 2000 e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS em 2015 para fortalecer a economia mundial.

A partir disso, acredita-se que a parceria comercial tem como responsabilidade operacionalizar as políticas de trocas que caracterizem a intensificação em escala global o processo de internacionalização da produção e os fluxos de bens e serviços disponíveis através das fronteiras internacionais. Por consequência,

[...] as relações entre comércio e crescimento têm sido objeto das ciências econômicas desde sua insipiência, e assim sobressaem já na obra de Adam Smith. São tradicionalmente um dos principais temas da agenda econômica internacional. A essas relações se dedicam, hoje, vários economistas atuando em universidades e centros de investigação, bem como outros pesquisadores, diplomatas e formuladores de políticas em atividades de reflexão e diálogo que se multiplicam na cena internacional. (SARQUIS, 2011, p. 15).

Além disso, o comércio internacional se transforma em um instrumento de políticas públicas usadas pelo governo em termo de cooperação exterior para analisar, entender e avaliar a evolução da balança comercial. Também, permite perceber a flutuação da balança comercial (importação, exportação) como componente da balança de pagamento (fluxos financeiros, transferências de capitais) que obriga uma compreensão estatística dos dados disponíveis sobre o estado de uma economia. De fato, a análise estatística dos dados da balança comercial permitiria fornecer uma ideia global da capacidade de produção interna e a quantidade de bens necessária para cobrir às demandas derivadas da importação em situação da economia liberalizada. Quer dizer, isso permite analisar periodicamente a evolução dos fluxos de importação e de exportação e, compará-los para ver a evolução da balança comercial.

No entanto, os debates contemporâneos desenvolvidos explicam que os grandes momentos de evolução do comércio não correspondem realmente a uma perspectiva de fortalecer as discussões de política comercial para garantir o desempenho econômico. Desde o mercantilismo, o debate foi centralizado sobre uma política de conservadorismo para aumentar a capacidade interna, fazer um inventário dos recursos mundiais e pesquisar a possibilidade de exploração no sentido de maximizar os ganhos comerciais. No período moderno, a ideia estava de desenvolver uma estratégia de incitação à produção (existência do banco de crédito, banco agrícola), priorizar uma nova metodologia para uma economia escada com a presença do banco de desenvolvimento. Ainda, buscar as vantagens favoráveis para satisfazer a demanda externa e beneficiar as oportunidades do comércio para melhorar o crescimento econômico. Uma mudança

de paradigma que leva a grandes preocupações no pensamento contemporâneo de desenvolvimento econômico.

A realidade atual da evolução do comércio internacional e o crescimento econômico como dois fenômenos estão controversas quando analisamos a flutuação taxa de crescimento e a balança comercial, a má redistribuição das riquezas mundiais. As responsabilidades das autoridades públicas dos países empobrecidos chegaram a crescer o bem-estar coletivo – o que leva um nível de complexidade enorme do peso da política neoliberal. A noção de crescimento como indicador mais visível para avaliar a capacidade produtiva de um país fica em um estado de desequilíbrio nos países pobres. Constatamos que os países que têm o melhor desempenho econômico são aqueles que apresentam um padrão de redistribuição mais inadequado. Entretanto, a curiosidade foca sobre as controversas no processo de crescimento econômico, as dificuldades encontradas em alguns países e outros tipos de problemas para entender as divergências e as consequências da liberalização comercial e a realidade observada.

O crescimento econômico tem diversas compreensões e diferentes maneiras para estimulá-lo. Por Smith (1996), a divisão do trabalho é um dos métodos predominantes no processo de crescimento econômico de uma nação. Porém, Malthus (1796) apresentou o crescimento econômico como mensurável se o crescimento demográfico acompanhar o ritmo proporcional. De fato, todo crescimento rápido da população constitui um obstáculo para avaliar o bem-estar social de uma população. Uma ideia mais controversa por alguns pensadores populacionistas Lewis (1954), Todaro (1969) que consideraram o crescimento demográfico (a migração, cresce a taxa de natalidade) como uma constata do crescimento econômico graças a sua contribuição no novo capital social na economia.

Em 1955, François Peroux considerou o crescimento econômico como “um processo contínuo e sustentado de aumentar o PIB real de um país ao longo do tempo”. De acordo com ele, o crescimento é a obra consciente de um conjunto de decisões públicas que exige um aumento contínuo do PIB real da economia, dado que a evolução do crescimento demográfico para evitar uma desaceleração. O PIB *per capita* é, portanto, o indicador representativo da avaliação contínua e sustentada do desempenho econômico. Em 1919, Joseph Schumpeter

introduziu o conceito de “destruição criativa”⁴ para estimular o crescimento, bem como a contribuição do investimento para uma economia de cheio de emprego. Em 1960, Nicolas Kaldó apresentou quatro elementos: o crescimento, o cheio emprego, a estabilidade de preço e o equilíbrio externam como determinante de desenvolvimento. Os elementos dele apresentam os eixos de política econômica conjuntural necessária para analisar a saúde econômica.

Em 1960, Walt Rostow apresentou o fundamento teórico do crescimento econômico e o problema de atraso de crescimento. De acordo com ele, existem cinco elementos explicativos do atraso de crescimento na economia.⁵ Nesse cenário, o bloqueio do processo de desenvolvimento pode ser atribuído ao problema técnico falta se às escolhas erradas dos governos. Ele explicou que o aumento gradual dos gastos orçamentários e da corrupção também são causas importantes do subdesenvolvimento. Em 1956, Robert Solow introduziu uma correlação positiva entre a poupança, o crescimento demográfico e o a renda. De acordo com ele, o progresso técnico é o maior indicador de crescimento de longo prazo para explicar os limites dos fatores de produções (capital, trabalho) que traduziram para um rendimento decrescente.

Novos pensadores econômicos introduziram o crescimento endógeno através de nova abordagem, de nova teoria e outros tipos de modelos de crescimento para explicar a importância de outros capitais existentes no processo de crescimento econômico. Em 1982, Schumpeter introduziu a acumulação do capital como uma forma de agrupamento dos recursos disponíveis para melhorar o ganho econômico. Em 1986, Paul Romer apresentou o acúmulo de conhecimento; em 1988, Robert Lucas falou da importância do capital humano no processo impulsional do crescimento econômico. Em 1990, Paul Romer ainda introduziu a noção de

⁴ Uma abordagem que prioriza uma revolução dentro a estrutura de economia que destrói continuamente os elementos envelhecidos e priorizar a criação de novos elementos. Este processo exige a responsabilidade e a capacidade fazer a destruição dos pré-requisitos para manter um ritmo de crescimento na economia. Também, requer uma capacidade econômica bem forte, um ambiente de investimento propício e a necessidade de fortalecer a capacidade psicológica para sustentar o crescimento em longo prazo.

⁵ Rostow apresentou os critérios seguintes: A sociedade tradicional que depende de um sistema de produção rudimentar. As condições precedentes para *start-up* se baseiam na conquista da ciência moderna como o espírito empreendedor no setor privado e nos assuntos públicos – determinando mobilizar as poupanças e de assumir riscos para obter lucros do país. O *Start-Up*, que prioriza o aumento da taxa de investimento real e poupança, as novas indústrias como alguns fatores desenvolvendo rapidamente, incentiva o desenvolvimento dos serviços de que necessitam o aumento da demanda em produtos manufaturados e, assim, causar uma maior expansão das áreas urbanas e outras indústrias modernas. A marcha em direção à maturidade para manter a capacidade de desenvolver economias de escala. E, finalmente, a era do consumo de massa, que prioriza o desenvolvimento do estado social nas sociedades que adotada o estágio de maturidade técnica.

acumulação de capital técnico (mudança de tecnologia) como o resultante da inovação e pesquisa; também em 1990, Robert Barro introduziu o papel do estado através do gasto público como os elementos determinantes no crescimento. Por fim, a visão contemporânea introduziu a noção do crescimento inclusivo (OCDE, 2014)⁶ para desenvolver uma perspectiva de crescimento sustentável e a luta contra a pobreza nos países empobrecidos. Uma nova apelação que exige um controle adequado do círculo econômico estatal a partir da restrição do arcamento, o planejamento de novas estratégias nos serviços sociais e priorizar uma política demográfica capaz de pesquisar novos recursos humanos pela substituição dos aposentados e as pessoas não qualificadas.

Em outros termos, o crescimento econômico exige às formalidades permitindo atravessar as diferentes fases de crescimento, valorizar os modelos neoclássicos descreve um novo ciclo de crescimento de uma economia também, os modelos de crescimento endógeno para garantir uma economia florescente. A contribuição dos fatores endógenos pode ser o substrato para explicar o crescimento de uma nação. Nesse sentido, para que um crescimento seja lucrativo, o estado deve investir mais em pesquisa e inovação tecnológica para aumentar a produção. Portanto, isso vai eliminar o baixo rendimento do capital porque a acumulação deles vai aumentar o estoque de capital investido na economia. Esta abordagem foca apenas sobre o investimento e a implementação de políticas públicas pelo governo para resolver os problemas econômicos. Para isso, o Estado deve ser capaz de manter um clima favorável para estimular o investimento no sentido de desenvolver a competitividade e manter de forte relação no resto do mundo.

1.2 O procedimento metodológico na organização do trabalho

O método é *à priori* um procedimento usado nos trabalhos científicos para alcançar uma finalidade a partir de um processo organizado no sentido de buscar o conhecimento útil. Portanto, a metodologia é, portanto, um conjunto de métodos adotados na elaboração de um

⁶ Um crescimento baseado sobre a ideia de que o crescimento econômico é importante, mas não suficiente para gerar um aumento sustentável do bem-estar, que supõe um compartilhamento equitativo dos dividendos do crescimento entre indivíduos e grupos sociais. Este novo conceito foi introduzido para analisar os fatores monetários e não monetários (saúde, nível de intuição) do crescimento econômico e a tomada em consideração à situação dos países com um padrão de desigualdade bastante forte.

trabalho científico a partir dos processos empregados na formulação de conhecimento científico. Nas áreas multidisciplinares a diversidade de método é autorizada na pesquisa científica também, isso é *a posteriori* aproveitado nos campos interdisciplinares para atingir o grau de cientificidade na área de ciências humanas e sociais. Prodanov e Freitas (2013) afirmaram que a combinação de métodos científicos diferentes depende fortemente do objeto de investigação e do tipo de pesquisa.

Nesse cenário, esse trabalho vai focar sobre o materialismo histórico (Marx-Engels) para explicar os diferentes momentos da política comercial na transformação do mundo econômico e o método hipotético-dedutivo (Karl Popper) para entender as implicações das teorias comerciais no desempenho econômico dos países empobrecidos. Além disso, concentramos sobre a visão de Popper que supõe o procedimento metodologia deveria ser:

[...] inicia-se com a formulação de um problema e com sua descrição clara e precisa, a fim de facilitar a obtenção de um modelo simplificado e a identificação de outros conhecimentos e instrumentos, relevantes ao problema, que auxiliarão o pesquisador em seu trabalho. Após esse estudo preparatório, o pesquisador passa para a fase de observação. Na verdade, essa é a fase de teste do modelo simplificado. É uma fase meticulosa em que é observado determinado aspecto do universo, objeto da pesquisa. A fase seguinte é a formulação de hipóteses, ou descrições-tentativa, consistentes com o que foi observado. Essas hipóteses são utilizadas para fazer prognósticos, os quais serão comprovados ou não por meio de testes, experimentos ou observações mais detalhadas. Em função dos resultados desses testes, as hipóteses podem ser modificadas, dando início a um novo ciclo, até que não haja discrepâncias entre a teoria (ou o modelo) e os experimentos e/ou as observações (PRODANOV; FREITAS, 2013 pp. 32-33).

O conteúdo do trabalho vai centralizar sobre o fundamento teórico do comércio internacional, as decisões de políticas comerciais e os argumentos de políticas públicas para analisar os impactos da política neoliberal sobre o desempenho econômico do Haiti. A intenção é apresentar o fundamento teórico-conceitual do fenômeno estudado, entender as dinâmicas políticas desenvolvidas e analisar a partir dos gráficos e as tabelas a realidade econômica do país. Nosso conteúdo metodológico decorreria sobre uma análise retrospectiva para um melhor entendimento da flutuação dos indicadores macroeconômicos e prospectiva no sentido de promover novas orientações do circuito econômico. Para isso, nosso olhar vai focar sobre o padrão precário da economia, o comportamento dos autores nas decisões de política econômica e as razões explicativas das ineficiências da política neoliberal no Haiti.

Como foi apresentado anteriormente, o trabalho foca sobre as revisões de literatura dos trabalhos que já trataram a relação entre a política econômica, e o desempenho econômico e comercial e as teorias do comércio internacional. Usamos a balança comercial como variável de interesse para entender a evolução do comércio e os obstáculos do sistema neoliberal – ainda mais, entender o objetivo da liberalização comercial para melhorar o crescimento econômico mundial e seus impactos sobre os países pobres. Para isso, focalizamos mais sobre alguns argumentos pertinentes para explicar a balança comercial do Haiti apenas deficitária durante as duas últimas décadas.

Para fortalecer esta análise, escolhemos algumas outras variáveis secundárias como: o investimento (público, privado e direito estrangeiros), o PIB, a taxa do câmbio, inflação, gasto público também, a baixa capacidade tecnológica no processo de lançamento da política industrial. Consideramos como fonte de dados: o Banco da República do Haiti (BRH), a Instituição Haitiana de Estatística e da Informação (IHSI) e as outras instituições locais também, as instituições internacionais como: FMI, OMC, BID.

1.2.1 A estrutura e o modo de organização do trabalho

Todo trabalho científico necessita um método bem claro, consagrado ao planejamento e ao modo de organização, sendo que ambos procuram explicar o fenômeno descrito. Como atividade dos alunos, o objetivo é de conhecer e explicar os fenômenos, fornecer as respostas necessárias à questão principal e validar ou refutar a hipótese de do trabalho. Para organizar essa tarefa, o pesquisador deve utilizar sua capacidade intelectual acumulada e manipular cuidadosamente os diferentes métodos e técnicas para obter um resultado pertinente às suas indagações Prodanov; Freitas (2013). Como uma atividade nuclear das ciências humanas e sociais, isso possibilita uma aproximação e um entendimento da realidade a investigar sob a base de um processo permanentemente e inacabado.

Para uma melhor compreensão das atividades, Lakatos e Marconi (2007, p. 155) em referência a Ander-Egg (1978, p. 28) apresentou a pesquisa como um procedimento reflexivo

sistemático, controlado e crítico, que permite descobrir novos fatos ou dados, relações ou leis, em qualquer campo do conhecimento. Esse procedimento fornece ao investigador um caminho do conhecimento da realidade ou uma verdade provisória sob uma base hipnótica que poderia ser analisada mais a partir de outros ângulos de análises. Lakatos e Marconi (2007) introduziram essas etapas respectivamente: Seleção do tópico ou problema para a investigação; definição e diferenciação do problema; levantamento de hipóteses de trabalho; coleta de dados; sistematização e classificação dos dados; análise e interpretação dos dados e relatório do resultado da pesquisa. Adicionamos de mais, as etapas seguintes: preparação de pesquisa, fases de pesquisa, execução de pesquisa e relatório da pesquisa para realizar este trabalho.

Conforme a linha de pesquisa de análise de programas, projetos e políticas governamentais, adota os critérios apresentados pelo Observatório do Legislativo e Executivo (OLEX) na produção dos trabalhos acadêmicos de diferentes correntes teóricas espalhados em vários lugares do mundo – o que permitiu empreender toda uma série de discussões (orientador e pesquisador) para ver como poderia circunscrever esse trabalho no contexto haitiano. A partir dessas discussões, a preocupação foca sobre uma temática que trata o sistema neoliberal que visa entender a dinâmica comercial no Haiti após sua integração no mercado mundial. Ademais, define as etapas subsequentes aos objetivos e ao plano requisito para ajustar o trabalho em uma dupla dimensão no sentido de explicar a realidade haitiana com os objetivos visados pelo programa de políticas públicas. A etapa seguinte consiste em conciliar os conteúdos teóricos e empíricos da economia para a política econômica na área de políticas públicas e trazer os elementos de análises subsequentes para entender a relação entre os fenômenos econômicos.

Nosso olhar focaria sobre a coabitação da política e da econômica na área de política pública. Nesse sentido, foca sobre as dificuldades e os limites encontrados na aplicação das teorias econômicas nos países pobres e o enfraquecimento de confrontação teórica para explicar o fraco resultado no caso do Haiti. Isso constitui uma dificuldade teórica ou prática, no conhecimento de alguma coisa de real importância, para a qual se deve encontrar uma solução – que exige clareza, concisão e objetividade Marconi e Lakatos (2010). Uma interrogação que fomenta o interesse dos especialistas (locais e internacionais) também, feito objeto de grande debate na sociedade civil e nos grupos de interesses na vida nacional.

Nesse cederia, a preocupação vai se concentrar sobre os inconvenientes e as desvantagens encontradas no mercado internacional - suas incapacidades de cobrir os compromissos de intercâmbio assinados. Procura os critérios de elaboração de um projeto claro e preciso; empírico; susceptível de solução e delimitado a uma dimensão viável (GIL, 2002, p. 26-29) também, ver como esse problema pode ser chama atenção dos atores públicos para sair o país do seu estado de crise econômica recorrente. Desenvolve um estudo a caráter acadêmico capaz de explicar a dimensão empírica dessa questão e ver o padrão de viabilidade assim como, ver as eventuais oportunidades que poderiam oferecer em termo solução atendida. Por fim, define os termos apropriados e operacionalizá-los; formula as hipóteses do trabalho (geral e específica) relativas com as etapas Prodanov e Freitas (2013), os objetivos (geral e específico) (ibidem, p. 124) e a delimitação do assunto.

Em referência com Gil (2002), Escolhei um tema e definir seu enfoque não é suficiente para iniciar uma pesquisa bibliográfica. É necessário que o tema seja problematizado, ou seja, colocado em termos de um problema a ser solucionado. Essa problematização não constitui tarefa mecânica, mas é produto da reflexão surgida por ocasião das leituras, dos debates, das experiências, da aprendizagem, enfim, da vivência intelectual no meio universitário e do ambiente científico. Como referimos com método documentário como fase de pró-análise para escolher os dados, a exploração do material e, tratamento e interpretação dos dados são as três fases importantes para fortalecer o fundamento analítico estatístico de um trabalho Gil (2002). Nosso método de análise concentrado sobre a construção interative Laville e Dionne (1999) que não requer modelo teórico prévio. O processo de análise e interpretação é fundamentalmente iterativo, pois o pesquisador elabora pouco a pouco uma explicação lógica do fenômeno ou da situação estudados, examinando as unidades de sentido, as interrelações entre essas unidades e entre as categorias em que elas se encontram reunidas (GIL, 2002, p.90).

A dimensão técnica deste trabalho foca sobre uma dimensão temporal e cognitiva, bem como um apoio moral e psicológico para escolher o modo de organização. Este método do trabalho facilita uma dimensão rigorosa na organização de uma pesquisa acadêmica. A partir disso, selecionar as fontes de informações, pesquisar e localizar os documentos, avaliar a qualidade e a pertinência das fontes – colocar em evidências os elementos documentários

fundamentais. Esse método de trabalho vai facilitar a exploração das melhores informações e no planejamento adequado em qual ao respeito da dupla dimensão (eficaz, eficiente) na validade do trabalho científico. Esta escolha de procedimento foca sobre uma pesquisa documentária e bibliográfica porque esses métodos visando identificar o conhecimento disponível sobre o assunto, uma melhor compreensão do fenômeno e fornecer os argumentos pertinentes para obter os objetivos solicitados. Já, a pesquisa documental, de modo geral, constitui um fim em si mesma, com objetivos bem mais específicos, que envolve muitas vezes teste de hipóteses (GIL, 2002, P. 87). Nosso modo de análise vai focar sobre uma abordagem qualitativa (interpretações das realidades sociais) e quantitativa (uso modelo estatística para explicar os dados) Gaskell, Bauer (2003).

Considerando as dificuldades encontradas na pesquisa de livros disponíveis em economia na biblioteca de UNIPAMPA, pesquisamos bastantes livros *online* através da biblioteca numérica e outros sites disponíveis susceptíveis de fornecer as informações necessárias. A escolha de coletar os documentos agrupam um *corpus* de informações a caráter teórico-analítico bem como, a diversidade no ângulo de análise em relação com a temática etc. A partir dessas considerações, nossa prioridade foca sobre um catálogo de documentação contendo os relatórios de pesquisa (artigos, teses, periódicos e outras publicações científicas), os documentos específicos (manuais, monografia e outros tipos de livros) e os documentos oficiais (leis, decretos e convenções) para tratar esse assunto. Não podemos restringir os instrumentos de análises e de tratamento de dados que consideraram como um elemento determinante em um trabalho acadêmico. Para facilitar a análise, procura Word e Excel como *software* de tratamento de texto e dados para apresentar as tabelas e gráficos também, SPSS versão 2016 para aprofundar nosso campo de análise de dados no sentido de analisar a relação existente entre as variáveis.

1.3 Interesse acadêmico e profissional do trabalho

A realização deste trabalho fica primeiramente sobre o interesse acadêmico que consiste colocar à disposição de todos (alunos e pesquisadores) que desejam explorar ou investigar as

informações disponíveis em termo de teorias e dados sobre o assunto. Mas também, isso poderia servir como fonte para analisar outros trabalhos enquanto explorando outros contextos, submeter às análises críticas para melhorar a qualidade e abrir ao debate público. Em uma dinâmica acadêmica pessoal, isso vai permitir aprofundar mais o campo de pesquisa que trata as questões que levam em consideração outros campos semelhantes para cruzar outras barreiras acadêmicas.

Isso vai permitir uma acumulação de experiências na área de políticas públicas como campo de conhecimento em termo de monitoramento e avaliação dos projetos também, permite trabalhar como experto em avaliação de programas a caráter acadêmico e empírico nos diversos campos interdisciplinares. Por fim, envolver mais no campo da pesquisa, seja para as instituições que desejam produzir os trabalhos empíricos, ou seja, como ensino pesquisador para trazer outras ferramentas e contribuição conceituais e teóricas para fortalecer os campos disciplinares.

2 FUNDAMENTOS TEÓRICOS PARA ENTENDER A DINÂMICA DA POLÍTICA COMERCIAL

O comércio internacional como o sistema de ramificação do mundo econômico foi desenvolvido através das diversas teorias – o que recai a possibilidade de conciliar a política comercial para explicar o sistema de troca no mercado mundial. Em um primeiro momento, o comércio internacional foi introduzido no século XVI com o mercantilismo sem um fundamento teórico para explicar sua dimensão científica. Em um segundo momento nos séculos XVIII e XIX, com os clássicos e neoclássicos, algumas teorias foram desenvolvidas para uma maior compreensão e uma visão mais clara do comércio mundial. No século XX, foram introduzidas as novas teorias do comércio para fortalecer as políticas comerciais entre os países para uma integração favorável no sentido de melhorar o desempenho comercial como um dos fatores determinante do desempenho econômico.

As teorias convencionais e as novas teorias mostram que a abertura comercial é fundamental para o desempenho comercial que, cada vez mais, encaminha o processo de desenvolvimento sustentável. Nesse contexto, este capítulo vai apresentar, em primeiro lugar, duas dimensões teóricas do comércio: os fundamentos teóricos convencionais e as novas teorias do comércio desenvolvidas e sua importância na política comercial de um país. Em segundo lugar, analisar a evolução do comércio a partir de diversas confrontações teóricas relacionadas com a estrutura do mercado (monopólio, oligopólio e concorrência) e alguns obstáculos da liberalização do mercado sobre o mercado internacional.

2.1 A visão convencional do comércio internacional

O comércio internacional foi introduzido de maneira clandestina com o mercantilismo a partir do comércio triangular no qual envolveu Europa, África e América. Uma primeira forma de comercialização discriminatória entre os países europeus centrais e os países africanos (troca os africanos contra a moeda ou mercadorias) pelos navios ocidentais que os transportaram para trabalhar na América Mazorelle (2008). Esta forma de troca desumanizante favoreceu a

prosperidade da Europa - tornou-se o bloco continental mais próspero da época. Nos séculos XVII e XVIII, uma nova orientação econômica surgiu a partir da revolução industrial na ideia de desenvolver uma política comercial para fortalecer a capacidade produtiva e promover novos produtos no período da revolução industrial. Após essa revolução, a capacidade econômica dos países europeus aumentou em um ritmo exponencial através do respeito das normas de divisão internacional do trabalho e os regulamentos comerciais bilaterais e multilaterais adotados. As políticas desenvolvidas entre os países intensificaram o desempenho econômico de Europa e aumentaram os fluxos rápidos do comércio no resto do mundo.

Smith (1996) em seu livro *A riqueza das nações*, desenvolveu a abordagem “vantagens absolutas” como o processo de especialização na produção de um produto tendo o custo mais barato possível comparativamente aos países concorrentes. Esta abordagem teórica levava em consideração as condições naturais (produto agrícola, de mineração disponível para explorar facilmente), os custos de produção baratos (salários, preço de matéria-prima) e os fatores de produções (mão de obra qualificada e vantagem tecnológica) como fatores determinantes na produção de um bem. Neste ponto de vista, Moreira (2012) afirmou quanto mais desenvolvida fosse a divisão do trabalho, mais especializado e eficiente seria o trabalho, e mais rica a nação. Esta lógica supõe que cada país deve especializar na produção de um bem único e prosseguir a importação de outros bens de maneira inversa para aumentar a competitividade sobre o mercado comercial. Porém,

Se o preço do produto nacional for mais elevado do que o importado, a norma seria necessariamente prejudicial: se um país estrangeiro estiver em condições de fornecer uma mercadoria a um preço mais baixo do que o da mercadoria fabricada internamente, seria melhor comprá-la com uma parcela da produção da própria atividade local, empregada de forma em que se aufera alguma vantagem. De nada interessaria se as vantagens que um país leva sobre outro sejam naturais ou adquiridas, pois a atividade da sociedade só poderia aumentar na proporção em que aumenta seu capital, e este só aumentaria na proporção em que se puder aumentar o que se poupa gradualmente de sua renda (MOREIRA, 2012, p. 214).

Portanto, o aprofundamento da divisão do trabalho dependeria da extensão dos mercados, quanto mais abertos os mercados nacionais, mais ricas seriam as nações integradas pelo comércio (*ibidem*). A preocupação de Smith foi orientada para as medidas estratégicas capazes de alcançar a uma advocacia que possa unificar o comércio para o caminho do desenvolvimento das relações fronteiriças. Um conjunto de medidas tomadas pelos agentes econômicos

(consumidores, produtores e o Estado) na ideia de reduzir o preço dos bens de consumo e os custos de produções internos de alguns bens a fim de cobrir outros mercados externos mais acessíveis aos produtos mais baratos. Essa hipótese supõe que a possibilidade de intercâmbio comercial é possível se os bens são heterogêneos e os preços são diferentes Direr (2008). Todos os desequilíbrios de preços como variáveis preponderantes de troca poderiam ser desvantajosas a partir das técnicas de produções e a abundância relativa dos fatores de produções de cada país. Em outros termos, o processo de abertura comercial tem como objetivo de liberalizar a troca, de liberalizar e controlar os movimentos de capitais na economia mundial.

Ricardo (1996) em seu livro “princípios de economia política e tributação” foi priorizado a vantagens comparativas como o aspecto fundamental de especialização dos países. Essa teoria supõe que todos os países que têm interesses de especializar-se na produção de bens relativamente mais eficaz e importar outro para reforçar a demanda interna. A hipótese fundamental de Ricardo diferenciou-se do ponto de vista técnico e estratégico de produção de bens para o ganho da competitividade. De acordo com o autor, a especialização no processo de produção de um bem é claramente definida, mas um país desejando beneficiar uma vantagem absoluta (caso do Portugal e Inglaterra na produção de vinho e tecidos) teria um salário mais alto e um poder de compra mais importante. Por isso, a troca pode melhorar a condição de cada país de forma diferente, até mesmo, porque, cada país tem uma vantagem comparativa na produção de um bem específico.

O conteúdo teórico de Ricardo supõe que a política de troca é possível se houver um nível de produção compatível entre os países. Os relatórios de evolução econômica traduziram por um nível de lacuna entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos em termo de recursos disponíveis. No caso de troca desigual, com o processo de *offshoring*, algumas atividades de salário baixo, a disponibilidade de fator de produção (mais acessível e mais barato) e a acessibilidade do trabalho entre a zona de troca poderiam influenciar as decisões de política econômica. Portanto, a concepção Ricadiana é mais geral, embora o fundamento hipotético de cada abordagem relevante de um ponto de similitude sobre os indicadores escolhidos, mas de estratégia de produção e de troca bem diferente.

Depois o teorema de Ricardo sobre as vantagens comparativas, introduziu um novo teorema sobre a abertura comercial e o livre-intercâmbio através a introdução de novo técnica de produção para crescer o desempenho econômico a partir do comércio exterior. O modelo neoclássico elaborado respectivamente por Heckscher (1919), Ohlin (1939) e Samuelson em (1948) introduziu a “dotação fatorial”⁷ (fator de produção e tecnologia) em cada país como o fator explicativo da diferença de preço. A ideia central é que o comércio internacional é explicado pelas diferenças de dotações de fatores de produção entre os países, isto é, os países tendem a exportar ou importar os bens cuja produção dependa da abundância (escassez) de terra, trabalho e capital (MOREIRA, 2012, p.215). Esse modelo supõe que os fatores de produção são múltiplos (Capital-Trabalho) ao contrário da hipótese de Ricardo onde havia um fator único (trabalho). Ademais, o custo de oportunidade constituindo um fator explicativo na produção de bens. Quer dizer, a lógica Ricardiana supõe que o custo de oportunidade é constante⁸ e o modelo Heckscher – Ohlin – Samuelson (H-O-S) supõe que o custo de oportunidade oferta a produção depende da renúncia favorável de cada bem respectivamente Fabrice (2008)⁹.

Para isso, em economia abertura as vantagens comparativas depende da capacidade de produção em qual o relatório de capital/trabalho é mais favorável. De fato, com uma mesma função de utilidade e de demanda relativamente igual – associada de um mesmo fator de produção e de preferência igual, a diferença de preço depende do nível de abundância do bem produto a partir do fator de produção disponível e acessível dentro cada país.¹⁰ O modelo de HOS, é, em outro, uma visão mais extensível de Ricardo o ponto que o comércio facilitou uma economia mais diversificada (dois países, dois bens e dois fatores de produções) através da capacidade interna de cada país em termos de abonaça de dotação de fator permitindo aumentar a produtividade efetiva.

Leontief (1947) demonstrou a limite do modelo HOS que, de acordo com ele, a troca comercial traduziu por um resultado inverso. O argumento de Leontief focalizou sobre uma

⁷ A dotação fatorial é o relatório entre o capital e trabalho (K/L) global de um país.

⁸ No caso de Inglaterra, o custo de oportunidade de tecido (medido em vinho) é igual a relatório (aLD/ Alv), ou seja 0,83 unidades de vinho, independentemente da quantidade de tecido já produzido.

⁹ A hipótese do modelo de HOS em economia fechada tem como pressuposto que na economia existe uma relação {2,2,2}, quer dizer dois países, dois fatores de produções e dois bens.

¹⁰ Através esta consideração, se um país tem um relatório capital/trabalho mais alto com uma capacidade de produção mais intensivo, o preço de bem produto é mais barato comparativamente de maneira inversa.

análise crítica de troca dos Estados Unidos através de um estudo de caso para entender a controvérsia da noção de nível insensível do fator disponível em abundância descrito no modelo H-O-S. O segundo autor supõe que a economia americana tem um nível insensível em abundância de capital e uma raridade em termo de mão obra. O paradoxo de Leontief mostrou que a importação em capital dos Estados Unidos em relação ao resto do mundo é superior em exportação em capital¹¹

Kenen (1965) refutou a versão de Leontief e, introduziu a qualificação do trabalho como fator determinante para analisar o nível de desempenho de cada categoria de profissional e, por conseguinte sua qualificação. A abordagem dele supõe que a educação, a formação profissional e a aprendizagem pela prática são os elementos indispensáveis para explicar a acumulação do capital humano. Nesse caso, o capital social dos Estados Unidos (capital humano e capital física) permitiu uma exportação mais intensiva em capital no resto do mundo que em importação mais. Ele introduziu também o papel da pesquisa e desenvolvimento na indústria americana para justificar a capacidade intensiva do capital dos Estados Unidos.

Por consequência, a visão tradicional do comércio leva em conta os diferentes aspectos de produção dos bens, assim como a identificação da capacidade potencial de todos os países em termos de dotação fatorial para aumentar a competitividade no mercado exterior. Podemos dizer, com a abertura comercial, os agentes econômicos têm a possibilidade de compensar as demandas internas a partir dos bens não usados de outros países excedentes. Esta relação comercial desenvolvida permite aos países tendo um excedente comercial de distribuí-los para aumentar a balança comercial. Ademais, é considerada como um fator permitindo amplificar as possibilidades de troca ao benefício de consumidores locais bem como, tem como efeito de reduzir o consumo futuro e o investimento do país importador.

O déficit comercial registrado a partir da incapacidade interna de produção poderia desenvolver um estado de dívida estrutural assim como diversos obstáculos sobre os termos de

¹¹ O fundamento hipotético do paradoxo de Leontief supõe que a parceria comercial entre Estados Unidos e resto do mundo é relativamente semelhante ao caso do modelo HOS com a consideração que todos outros países são considerados como um para construir sua hipótese principal.

troca e a balança de pagamento. Em outros termos, a variação alta da taxa de juros mundial poderia aumentar consideravelmente e, provocaria a restrição orçamentária através da demanda externa e a dívida externa sobre a economia interna. Ademais, os efeitos da taxa de juros sobre a renda disponível poderiam diminuir a propensão marginal de consumo dos agentes, aumentar o custo de déficit comercial na economia, aumentar também a dívida pública e diminuir o consumo futuro.

2.2 As novas teorias do comércio internacional

As novas teorias do comércio internacional introduziram algumas abordagens diferentes com as visões convencionais por causa de sua compreensão específica dos fatores determinantes da evolução recente da troca. As ideias de Smith, de Ricardo e o modelo H-O-S sobre as vantagens absolutas e comparativas não são suficientes para entender o funcionamento do mercado mundial. A partir dessa concepção, o conceito da “economia de escala”¹² (interna e externa) foi introduzido na economia como uma espécie de catalisador permitindo explorar massivamente o potencial econômico de um país a outro. Nesse raciocínio,

O comércio internacional possibilita que cada país produza uma variedade restrita de bens que proporcione a obtenção de vantagens de economia de escala sem sacrificar a variedade de consumo, de tal forma que o comércio internacional amplia a variedades dos bens disponíveis no mercado. A análise do modelo de concorrência monopolística deixa em evidência que as empresas, ao se inserirem no comércio internacional, ampliando o mercado mundial, proporcionarão maiores ganhos de escala e maior variedade de produtos ofertados no comércio, com um equilíbrio de preços no longo prazo mais benéfico ao consumidor. Logo, a conclusão básica do modelo de economia de escala é a de que o comércio internacional é positivo para o desenvolvimento econômico das nações na medida em que ele amplia e integra o mercado, proporcionando ganhos para todos os países envolvidos (MOREIRA, 2012, p. 217).

Krugman e Obstfeld (2004) supõem que a crescimento econômico e a troca internacional tomaram uma extensão relativamente multiforme sobre a lógica de convergir à economia mundial em uma perspectiva mais ampla. As visões convencionais das vantagens comparativas (rendimento de escala constante) sobre a localização de especialização e o senso de troca são

¹² Os retornos de escala representam o aumento da eficiência (a ver com menos médias) como resultado do aumento dos fatores de produção. As economias de escala refletem o declínio no custo médio de produção após um aumento da produção.

automaticamente substituindo pela nova abordagem à medida que a mobilidade internacional dos fatores aumentou. Daqui, uma nova apreensão do comércio internacional que favoreceu a introdução de nova ferramenta e de outra análise capaz de fortalecer a condição de troca em ausência da vantagem comparativa.

O fundamento da economia de escala se concentra sobre a troca semelhante através do “comércio Inter-ramo”¹³ como fator complementar entre dois países. Esta nova estrutura de mercado é resultado de um duplo efeito: a economia de escala externa que desenvolveu uma desconcentração da empresa e um aumento da competitividade, à inversa, a economia de escala interna provocou uma vantagem de custos e um aumento da competição imperfeita Krugman e Obstfeld (2004). Todavia, o modelo de HOS supõe que os mercados são perfeitamente competitivos, portanto a troca internacional não pode ser o efeito de aumento da concorrência Fabrice (2008). Para isso, uma das principais deficiências da teoria clássica e neoclássica residiu no fato de considerar as mudanças tecnológicas como uma variável exógena ao sistema econômico e com isso não compreender que as transformações tecnológicas e inovações são propriedades inerentes ao processo econômico (DOSI et al. 1990, apud MOREIRA, 2012, p 219). Portanto, todas as tentativas de especializações do tipo Ricardiana e/ou HOS poderiam desenvolver um sistema de monopólio que, em outro, contrário com a lógica de troca internacional para reduzir o poder monopolista e oligopolista dos países.

Para entender o fenômeno de eficiência do mercado na economia, se deve fazer objeto de uma análise de custos médios dos fatores de produções que poderiam diminuir consideravelmente o nível de produção. Em termo de “eficiência externa”¹⁴ as empresas beneficiam da “externalidade positiva” para explicar a correlação existente entre o aumento da

¹³ Este mecanismo de comércio explicou no contexto dos países desenvolvidos. Isso é explicado a partir de uma medida de política cambial Franco-Alemanha tomada para trocar as produções agrícolas da França contra os maquinários forradores da Alemanha. Como constatação, esta forma de câmbio é a priori compatível com o modelo Ricardo & HOS sobre a nação da capacidade intensiva em abundância de fator. Em realidade, França poderia ter especializado na produção agrícola e Alemanha nos maquinários forradores por que França tem uma vantagem comparativa nos produtos agrícolas e Alemanha nos maquinários forradores. A verdade, com o desenvolvimento do sistema de agricultura mecanizada, existe um fator de dependência interramo para explicar o aspecto de especialização clássica.

¹⁴ A eficiência de escala é externa à empresa quando encontram-se origem fora da empresa, que se beneficiam da mesma maneira para todas as empresas do setor e que se manifestam com o aumento de produção de filial.

produção e o desempenho da infraestrutura. Ademais, o conceito da economia escada externa evocada acima constituindo um elemento fundamental na dinâmica de concorrência para fortalecer o mercado internacional. Helpman (1984); Helpman; Krugman (1986) apresentaram a economia de escala interna como o fenômeno de "especialização aleatória"¹⁵ das empresas a partir dos fatos estilizados de desempenho econômicos.

Em situação de economia de escala interna, a estrutura de mercado compatível é o monopólio porque, ele permite o fortalecimento da competitividade e a visibilidade de uma empresa sobre o mercado exterior. Esse sistema de mercado não é deliberado, mas atribuído por uma estrutura condicionada (monopólio do Estado) capaz de garantir a competitividade externa sem comprometer o mercado interno. O papel desse mercado é fundamental para garantir um nível de comércio de um país tendo de baixa capacidade industrial também, permite o desenvolvimento da capacidade de integração mais fácil sobre o mercado internacional. Porém, o efeito pro-concorrencial da troca sobre o mercado internacional diminui o poder de monopólio da empresa local, mas capaz de dotar um poder de dominação do mercado mundial através do mecanismo de *dumping*¹⁶ da exportação. A partir disso, a economia local poderia beneficiar-se de uma extração de renda através da taxa de importação para aumentar a balança de pagamento. A capacidade monopolística interna da empresa aumenta a competitividade externa e desenvolve um impacto positivo sobre a balança comercial bem como, poderia explicar a dinâmica de concentração interna para intensificar o poder de competitividade.

Brander e Spencer (1981) desenvolveram um modelo oligopólio específico no comércio internacional para fortalecer o nível de competitividade externa das empresas. Esse modelo teve como pressuposto lógico uma política de agrupamento de grandes empresas locais que poderiam ser consideradas como um fator decisivo para ampliar a capacidade de exportação das empresas.

¹⁵ A lógica de especificação aleatória supõe que dois países tendo essas características seguintes: os bens são homogêneos, mesma função da utilidade, uma mesma abundância em fator de produção, um mesmo nível de acessibilidade de tecnologia e a capacidade de troca poderiam avaliar suas capacidades de monopólio e oligopólio.

¹⁶ Uma política de discriminação pelos preços permitindo de vender a um preço competitivo e menor para ganhar o mercado internacional.

Esta estratégia oligopolista restringe a concorrência destrutiva interna entre as empresas e, serão rentáveis economicamente pelos oligopolistas e pelo Estado através os impostos recolhidos.

Brander e Krugman (1983) introduziram um modelo colocando em relação o comércio entre ramo e o *dumping* econômico como os critérios típicos da estrutura do mercado de oligopolista em economia abertura. Essa abordagem criticou o modelo oligopólio de Cournot em 1883 que diminui a capacidade concorrencial externa das empresas através dos métodos de produção em situação de monopólio interno. Quer dizer, o efeito pro-competitivo supõe que o papel estratégico do comportamento das empresas na aparição de um comércio inter-ramo também, adaptativo o mesmo comportamento para fixar a produção total em função da produção competitiva. Portanto, Cournot considerou a estrutura oligopolista como a matriz de política comercial capaz de gerar a competitividade das empresas através da política de ramificação das empresas para consolidar a potencialidade de cada uma em termo de produtividade.

Todos os modelos desenvolvidos (convencionais, novas teorias) no comércio têm como objetivo medir o efeito do desempenho comercial a partir das interações estratégicas dos autores para o ganho de troca. De um lado, as visões convencionais da abertura comercial vêm-se em uma perspectiva mais diversificada ao ponto que a competitividade e o ganho do mercado devem ser determinados em função da especialização (completa e incompleta) dos países em um bem particular. De outro lado, as novas teorias supõem que a competitividade depende fortemente da interação estratégica de outra estrutura do mercado como: monopólio e oligopólio como nova forma de competitividade para melhorar a capacidade interna também, cobrir a demanda externa. A estratégia política comercial compatível às concepções relativamente registraram em um quadro específico para aumentar a partir da exportação e substituindo a partir da importação em produto doméstico. Em outras palavras, as teorias do comércio permitem ampliar a capacidade interna de um país para fortalecer seu nível de competitividade externa no perspectiva de manter uma balança comercial sempre excedente.

É óbvio que o comércio internacional pode contribuir para um processo de causalidade cumulativa, em que o crescimento das exportações aumenta a produtividade das firmas via

economias de escala, e este aumento de produtividade torna as exportações mais competitivas (DE NEGRI; ARAÚJO, 2006). De Negri e Salerno (2004) introduziram a internacionalização com base em inovação tecnológica afeta positivamente as exportações, mas também cria um ambiente de trabalho mais acessível em termo de remuneração e qualificação. Ademais;

Um fato primordial no processo de internacionalização da alta tecnologia, com alta concentração nos países desenvolvidos, é a importância das empresas multinacionais nas atividades tecnológicas e no jogo do comércio internacional. Uma das principais estratégias das empresas multinacionais é a cooperação empreendida com governos e comunidades científicas, com o objetivo de ampliar de forma substancial as atividades em P&D e registro de patentes para lograr maiores degraus no processo de inovações e progresso tecnológico (MOREIRA, 2012, p. 224).

Arbache (2005) mostrou que os investimentos das firmas no exterior têm um impacto positivo sobre o crescimento da firma e o desemprego. Porém, a inovação tecnológica como fator exógeno paralisou o processo de produção nos países subdesenvolvidos em razão de enfraquecimento da indústria para garantir o padrão de competitividade e de produtividade, assim como as grandes dificuldades financeiras encontradas e o fracasso de recursos humanos que atrasaram o desempenho econômico.

2.3 As novas interações estratégicas sobre o mercado internacional

O desenvolvimento das relações comerciais entre os parceiros efetuado através das interações estratégicas na troca de bens e serviços para uma balança comercial excedentária. A evolução contemporânea do comércio internacional marcada por uma vasta mobilidade de fatores de produções ligadas à industrialização e inovação tecnológica e a campanha crescente da internacionalização das empresas multilaterais.

As mudanças dos padrões tecnológicos e institucionais exigem um modelo teórico que propicie a compreensão de um comércio internacional marcado pelas assimetrias de natureza tecnológica, inovações, ambiente competitivo e organizacional entre os países, fatores estes que têm como consequência um ambiente dinâmico e, concomitantemente, incerto para os agentes econômicos. A tecnologia não pode ser reduzida a livre informação gratuita disponível no mercado, pelo contrário, cada paradigma tecnológico tem sua forma específica; ordenados, cumulativo, são padrões de mudanças técnicas irreversíveis, com cada país tendo sua especificidade (fato este que origina fortes diferenciações de inserção entre os países no comércio internacional) (MOREIRA, 2012, p.219).

Este sistema configura-se em uma estrutura mais acessível ao movimento dos agentes econômicos sobre o mercado financeiro e mercado de ações para um ambiente financeiro mais atrativo, mas também desenvolve outras possibilidades e a capacidades de programar o jogo estratégico do mercado externo. As ramificações das empresas multinacionais consideradas como o vetor principal no investimento internacional e o progresso técnico do mundo. Desta evolução, observa-se uma mudança estratégica entre as multinacionais tradicionais (técnico de produção e de troca) e as redes multinacionais atual com a NTCI (Novas Tecnologias de Comunicação e Informação) também, a extensão da internet (comércio eletrônico) para uma troca que reflete a tendência do mercado. Esta nova orientação de comércio relacionada com uma nova conotação do ambiente de troca contemporâneo. Uma nova concepção que desenvolve uma dupla relação entre as empresas e as subsidiárias (sociedades afiliadas e ramos) também, as empresas com suas redes subcontratações e as empresas parceiras. Nesse âmbito, vemos o movimento dos capitais nas empresas multinacionais na política comercial internacional para entender mais a dinâmica de monopólio de governabilidade dos empresários e a capacidade de controlar os investimentos ainda mais, o poder de influenciar as decisões sobre o mercado mundial e a capacidade de dirigir a política comercial.

O modo de funcionamento das empresas associadas em uma combinação de setor de subcontratação¹⁷ e a licença de produção de uma empresa multinacional para crescer a produtividade e a competitividade. Em primeiro lugar, o sistema de produção subcontratação facilita aos subsidiários algum cenário relacionado com os comprovantes para o *offshoring* capaz de buscar de melhor custo de oportunidade na aquisição das matérias-primas e a melhor qualidade da produção. Portanto, esta forma de produção fortalece mais o princípio da cadeia dos valores através dos eixos de produções, as estratégias de reagrupamentos dos produtos e os eixos de comercializações. Em segundo lugar, a "licença de produção"¹⁸ oferece a oportunidade para os empregadores de criar empresas próprias (compras de uma marca de produção) para crescer a visibilidade das empresas internacionais (caso de McDonarl's, CocaCola, Microsoft, Nike, ...).

¹⁷ A produção subcontratação supõe uma interdependência entre as empresas com uma estrutura hierárquica e separada da empresa principal e suas derivadas.

¹⁸ A licença de produção associada com os comprovantes de produção ou separação da produção, os comprovantes de transferência de tecnologia e transferir as maquinam e ajuda técnica como fator de fortalecimento a capacidade de produção das empresas.

Hymer (1960)¹⁹ ainda mais, introduzida a teoria da vantagem específica como fator explicativo da nova estratégia de produção sobre o mercado mundial para explicar esse novo modo de produção entre as empresas.²⁰ Nesse caso, o efeito de rede tem como responsabilidade estratégica de pesquisar novos provedores, construir outra cadeia de valores e facilitar uma comercialização de baixo custo de transporte e comunicação.

As formas de cooperações do comércio relacionadas com as alianças estratégicas, em relatório com a transferência tecnológica, o compartilhamento de produção e “joint venture”²¹ internacional são elaborados para facilitar as trocas. Nesse raciocínio, a estatística do investimento internacional nessa forma de mercado considerada como um aspecto fundamental do comércio, por sua vez, supõe que ao fluxo e o estoque de capitais estrangeiros são determinados a partir do aumento o PIB mundial.²² Essa abordagem é *a priori* centralizada sobre a depreciação do capital técnico (obsoleto ou desgaste de material) e a apreciação do estoque de capital financeiro pela aparição de novas máquinas e de novas versões de *software* apropriados ao modo de produção.

O Investimento Direto Estrangeiro apresenta também uma forte proporção no investimento internacional – o papel da estrutura de mercado nas decisões de multinacionalização é fundamental para controlar a escolha estratégica dos empresários. Vernon

¹⁹ Uma teoria que desenvolveu três características centrais (tecnologia, dimensão, marca) permitirem de entender a determinação da multinacionalização das empresas através suas políticas produção e gestão dos recursos. Seguindo esta teoria, os regulamentos da estrutura de mercado de tipo monopólio e oligopólio correspondem aos critérios tecnologia, administrativo, comercial e ou financeira são relativamente associada da situação macroeconômica de melhorar sua eficiência e a penetração do mercado.

²⁰ A empresa que tem a licença de produção é apenas uma empresa que compra um direito de produção sem ser uma entidade separada da empresa principal, mas deve respeitar os critérios de produções estatizadas e de comercialização definidas pela empresa contratador.

²¹ Uma Joint Venture (JV) é uma entidade legal formada por duas ou mais partes com o propósito de empreender uma atividade econômica comum. As partes concordam em criar uma nova entidade, contribuindo para o capital e, em seguida, compartilhando as receitas, despesas e controle da (JV). A (JV) pode ser formada para realizar um único projeto ou com a finalidade de buscar uma cooperação duradoura, como no caso da (JV) entre a Sony e a Ericsson. A (JV) deve ser diferenciada da aliança estratégica, que não envolve o agrupamento de capital dentro de uma estrutura legal também é muito mais flexível (não há criação de estrutura legal do tipo de empresa, mas às vezes há trocas de compartilhamento cruzado).

²² O estoque do capital estrangeiro incluindo a capital doméstica e a capital ao controle estrangeiro para entender do ponto de vista econômica acumulação do capital, função de taxa de poupança e a rentabilidade descontada do investimento. E, do ponto de vista da contábil compatível ao crescimento do estoque do capital nacional ou estrangeiro depende da apreciação e ou depreciação do estoque existente.

(1966) introduziu a teoria do ciclo de vida dos produtos para analisar o comportamento da implantação externa das empresas e a escolha de exportação. Esta teoria supõe que a capacidade estratégica das multinacionais é necessária pelas políticas de comercializações adequadas, a integração de novos mercados capazes de ampliar suas perspectivas e dotar de novas políticas inovadoras possíveis para obter o poder de mercado.²³

Em realidade, a decisão da implantação de uma empresa no exterior depende da escolha estratégica das multinacionais. Exceto das teorias Hymer (1968), Vernon (1966), o poder monopolístico e oligopolista não são suficientes, é essencial colocar também à competitividade (melhorar a produtividade e diminuir o custo de produção), pesquisar de novo mercado (relação de proximidade dos consumidores), necessidade de evitar a barreira tarifária e não tarifária e o desejo de fortalecer a competitividade global da empresa são fundamentais na economia. Outros aspectos de localização explicam as restrições de aglomeração fundida sobre a externalidade. Por exemplo, as restrições relacionadas às produções (disponibilidade de matérias-primas, outros fatores de produções e custos de transportes e comunicação), as restrições relacionadas à proximidade de mercado (dimensão de mercado, restrições linguísticas e culturais), as restrições fiscais e sociais, as restrições ambientais e os efeitos da aglomeração são também determinantes. Então, as diferentes teorias desenvolvidas mostram que a análise estratégica das empresas multinacionais concentradas sobre a nova economia geográfica que têm como origem a economia regional, economia internacional e economia de desenvolvimento.

Gossman e Helpman (1990) mostraram a importância da abertura comercial, o que ocorreria, segundo os autores, graças ao seu poder de importação dos bens e serviços e da nova tecnologia para aumentar o desempenho econômico. De acordo com eles, isso provoca a partir da aprendizagem pela prática e a transferência de tecnologia a possibilidade de crescer a um ritmo mais rápido a economia. Uma abordagem não eficaz no caso das pequenas economias porque, existe uma probabilidade em qual essa economia encontra uma situação restringida onde a especialização no setor de atividade procura uma fraqueza valor acrescentada considerando os

²³ A teoria do ciclo de vida do produto supõe que a produção de um bem associado a quatro fases respetivamente: nascimento, crescimento, maturidade e declínio.

custos da produção. Essa consideração lógica supõe que uma política protecionista é fundamental para aumentar a capacidade e a competitividade interna da economia, aumentando com isso o consumo de massa e a exportação do excedente de produção, quando há excedente. Portanto, promover uma política de liberalização operacional e efetiva capaz de desenvolver uma economia mais atrativa ao investimento estrangeiro e de confrontar a concorrência do mercado internacional é determinante para eles.

2.4 A dinâmica do comércio internacional para uma melhor compreensão da falha de Haiti no comércio exterior.

Para entender a dimensão central do comércio internacional nos países empobrecidos, o debate deve se centralizar sobre as dinâmicas políticas desenvolvidas através dos diferentes acordos (bilaterais e multilaterais) e os critérios de visibilidade externa. Desde a década 1960²⁴, os indicadores econômicos (balança comercial, crescimento econômico, termo de troca...) marcam para uma nova forma de desproporcionalidade na repartição das riquezas mundiais e uma lacuna considerável na representação do PIB. A partir dessa afirmação, nós entendemos que a abertura comercial é sem dúvida diminuir o grau de acessibilidade dos países pobres sobre o mercado mundial. Nesse raciocínio, a visão antiliberal identifica as relações internacionais entre os países do centro e da periferia desigualdade de produtividade nas trocas comerciais, de tal forma que ficava evidente a não distribuição equitativa dos frutos do progresso técnico (PREBISCH, 1949; apud MOREIRA, 2012, p.221). Porém, os argumentos afirmam que o parceiro comercial deveria ser adotado em uma perspectiva de exploração das vantagens comparativas para uma aceleração crescente da economia mundial e uma alocação ótima dos recursos disponíveis capazes de reduzir a pobreza mundial.

A natureza do desequilíbrio entre as nações reside no fato de que o progresso técnico reduziu a proporção em que os produtos primários intervêm nos valores dos produtos finais e

²⁴ Alguns países como a República da Coreia e a China e outros países asiática na década de 1960; Países asiáticos, como Tailândia, Malásia e Cingapura, na década de 1970; China nos anos 80; bem como os países da América Central e América Latina nos anos 90, como o Chile, Brasil, Índia, Austrália etc.

isso teve como consequência uma redução da demanda global por produtos primários (PREBISCH (1949, 1952), apud MOREIRA, 2012, p.221). A partir disso, as diversas estratégias comerciais desenvolvidas têm menores possibilidades de oferecer as vantagens sobre o progresso tecnológico, incapaz de desenvolver uma economia escala também, desenvolver um fraco de difusão de conhecimento adequado para melhorar seu nível competitividade e a capacidade concorrencial. No entanto, no campo da política comercial, aos regulamentos de comercialização deveriam ser semelhante – requeria a criação de um ambiente macroeconômico favorável (concorrência, investimento, fortalecimento institucional, etc.), desenvolveria as redes fronteiras (na fronteira, atrás da fronteira, além das fronteiras) e a competitividade de infraestrutura (energia, comunicação, transporte etc.) interna. Todavia, as medidas tomadas têm como preocupações uma circulação que gera desconfiança e ineficaz das mercadorias para o mercado destino e não podem garantir a conformidade dos produtos e às normas de qualidade, bem como as normas sanitárias e fitossanitárias – uma política interna muito importante para melhorar a competitividade externa.

As mudanças estruturais ocorridas na economia mundial estão estritamente relacionadas com a elaboração de Sistemas Nacionais de Informações que são específicos para cada país, levando em consideração as suas peculiaridades, mas sempre com o objetivo comum de avançar no progresso tecnológico e inovações que propiciem melhor inserção no comércio exterior (NELSON, 1993, apud MOREIRA, 2012, p.223). A questão de política comercial advém de uma dimensão político-administrativa coerente entre os ministérios, os programas públicos e privados conformam os objetivos hierárquicos elaborados pelo governo. Esta perspectiva exige uma participação do grupo de interesses na elaboração de política econômica a partir de um objetivo comum para consolidar as exportações como ferramenta determinante de desenvolvimento sustentável.

[...] no caso de economias em desenvolvimento hoje mais abertas às trocas internacionais, torna-se fundamental considerar o papel das condições internacionais, conjugadas com as internas, na determinação das relações dinâmicas entre comércio e crescimento. Essas condições podem expressar-se em diferentes domínios, macroeconômico, financeiro e comercial, e, assim, ter efeitos sobre essas relações. Ainda que temporários, tais efeitos podem contribuir para mudanças consideráveis não só na produtividade e competitividade, mas também na estrutura e no dinamismo das economias (SARQUIS, 2011, P.119).

A noção de competitividade nos países pobres é sempre questionável porque a capacidade de produzir, distribuir e vender os produtos de maneira eficaz e eficiente considerada como um obstáculo maior para aumentar a concorrência sobre o mercado exterior. De fato, as variáveis como: o Índice de Competitividade Mundial- (ICM)²⁵, Índice de Facilitação do Comércio (IFC)²⁶, relatório *Doing Business* que determinam o nível de competitividade de um país (CCI, 2011) têm baixo grau significado. Os diversos acordos regionais, bilaterais e multilaterais solicitam capaz de consolidar juntamente com desempenho comercial não podem ser ajustar com as interações estratégicas de políticas comerciais e a competitividade exterior. Alguns fatores que necessitam de outros dispositivos a partir de uma reforma estrutural do mercado capaz de minimizar as restrições à exportação, mas também resolver o problema de dependência financeira que arruína o desempenho econômico.

Estimular o desempenho econômico e comercial cobiça uma intervenção progressivamente dos atores potenciais (poderes políticos, organização do setor privado, empresários) nos diferentes setores de atividades com novas abordagens na reforma do comercial nacional. Os critérios administrativos ligados às cadeias de valores e cadeias de suprimentos como bases logísticas devem ser perceber como um conjunto de instrumentos de política comercial (custos dos *inputs*, custo dos serviços de infraestruturas, ambiente de negócio, conformidade ao princípio estabelecer, etc.) para um enquadramento alojamento da realidade local em nível internacional. Todas as perspectivas de investimentos públicos nas infraestruturas básicas em reforma nacional acompanhado da liberalização de troca vão intensificar o crescimento desejado. Em outros termos, os atores públicos devem oferecer as medidas de incitações ao investimento e à inovação, assim como criar uma estrutura de gestão eficaz para melhorar a produtividade.

²⁵ O Centro Comercial Internacional (CCI) introduz o índice de competitividade mundial concentrada sobre 12 fatores como: Instituições, infraestrutura, ambiente macroeconômico, saúde e educação primária são os fatores essenciais da competitividade. O ensino superior e a formação, a eficiência do mercado de bens, a eficiência do mercado de trabalho, o desenvolvimento dos mercados financeiros, a maturidade tecnológica e a dimensão do mercado são essenciais para melhorar a eficiência. O grau de satisfação e inovação na comunidade empresarial permite dizer se uma economia é ou não orientada para a inovação.

²⁶ O índice de facilitação do comércio correspondido o índice mede o desenvolvimento de instituições, políticas e serviços destinados a facilitar o comércio e concentrar seus índices (acesso ao mercado, administração de fronteiras, infraestrutura de transporte e comunicação, ambiente de negócios).

Nesse cenário, as estratégias de segurança institucional exigem nova abordagem de funcionamento administrativo a partir de uma visão mais global sobre a questão de privatização e o monopólio do estado derivado do sistema neoliberal como fator que poderia deteriorar ou melhorar o desempenho econômico. Alguns critérios regulamentários essenciais do mercado para um melhor jogo estratégico do sistema de concorrência. As medidas de política que deveriam ser o centro de todas as decisões públicas para melhorar o setor de infraestrutura com uma parceira público-privada pela modernização do setor de transporte (portos, rede rodoviária, transporte aéreo), o setor da telecomunicação (rede internet, fibra ótica) e o setor industrial (energia disponível, rede elétrica) indispensáveis na produção – a diminuição de desperdício de recursos. Nesse caso, a industrialização do sistema de produção é primordial para uma produção agrícola mecanizada – uma subcontratação moderna para remediar o sistema de agricultura de subsistência e rudimentar. Todas as dedicações de infraestruturas acumuladas são necessárias, mas não suficiente. O investimento estrangeiro como incitador de desempenho é fundamental para aumentar a capacidade interna em termos de recursos financeiros disponíveis e, capaz de contribuir para o crescimento econômico, o desenvolvimento e a forte exportação de bens e serviços.

De acordo com as diversas constatações, a visão contemporânea do fenômeno da globalização marcada por um misturar de comércio dos bens e serviços, ao contrário ao período interior que caracterizou por uma vaste exportação dos produtos de base e os bens industriais (CCI, 2011, p.47). É óbvio que a tecnologia avançada favorece um comércio mundial dos serviços mais rápido do que a exportação dos bens. Todavia, o aprofundamento internacional dos mercados mundiais apresenta uma tendência mais desfavorável aos serviços e cresce uma forte demanda de Investimento Direto Estrangeiro (IDE) dos países empobrecidos. A dependência financeira tem como efeito diminuir os recursos financeiros pela aquisição das matérias em alto porte tecnológico, não facilitou o financiamento dos projetos viáveis, incapaz de redinamizar o sector de exportação. Para isso, a escolha de internacionalização como fonte de pesquisa de novo mercado (investimento horizontal)²⁷, de novos recursos (matérias-primas) e de nova

²⁷ Uma forma de investimento geralmente adotado pelos multinacionais nos diferentes impressas internacionais para fortalecer suas capacidades financeiras.

oportunidade na economia de escala (investimento vertical)²⁸ exigem outras alternativas na área de política comercial para maximizar as eficiências.

A presença de IDE como instrumento financeiro na economia não pode revitalizar o sistema de “diversidade econômica”²⁹ de alguns países conforme ao respeito das normas internacionais. O relatório entre o IDE e o crescimento econômico desenvolvido um nível de acessibilidade não proporcional, um fracasso de cadeia de aprovisionamento, bem como as tecnologias e *know-how*. Os diferentes acordos internacionais registrados de restrições consideráveis de fundos públicos e inadequações de financiamento privado das empresas (setor bancário, mercado dos capitais e outros setores particulares). Um conjunto de decisão não pode resolver os diferentes problemas relativamente à ausência de operacionalização do mercado dos capitais locais, a não acessibilidade de empréstimos no mercado de crédito eterno, peso da dívida pública e insolvabilidade aos pretores estrangeiros. A utilização não ótima de IDE afeta negativamente o desempenho econômico e aumenta os riscos comerciais, agrava mais a dívida exterior e aumenta a peso do mercado do crédito como fator prejudicial ao bom funcionamento da economia.

A escolha estratégica na tentativa de manipulação dos termos de troca herdada da teoria dos jogos desenvolvida por Nash (1994)³⁰ introduziu no comércio internacional como instrumento de tomada de decisão entre o protecionismo ou o livre mercado. Esta teoria consiste em pesquisar simultaneamente o ganho positivo do comércio inspirado de uma política de cooperação do mercado favorável. Em situação do comércio internacional, o equilíbrio de Nash mostra que o livre mercado é mais apropriado na escolha estratégica do Estado que o protecionismo contra a escolha estratégica do mercado corroborada com a visão de Gossman e Helpman (1990) como mecanismo de longo prazo. O equilíbrio sobre o mercado comercial entre

²⁸ Um investimento do tipo vertical consiste uma divisão geográfica de produção através as áreas de produções (regiões, países etc.) para minimizar os custos.

²⁹ A diversidade econômica traduz uma capacidade interna e externa de um país em treme de produção de bens e serviços também, a capacidade de integração de maneira representativa na economia regional e mundial.

³⁰ Esta teoria introduziu e utilizou no diferente campo disciplinaria (ciências economias, ciências políticas, diplomacia etc...) para entender as interações os escolhos estratégicas dos jogos através o jogo cooperativo para obter os melhores resultados prováveis considerando as múltiplas eventualidades possíveis.

oferta³¹ e demanda³² corresponde a uma grande responsabilidade de cada governo para concretizar os compromissos das demandas dos diferentes grupos e maximizar a confiança da população. Às vezes, as apostas dos diferentes acordos internacionais em vista da implicação do governo nas escolhas políticas, econômicas e sociais confrontar os atrasos sistêmicos externos em razão dos acordos assinados por doadores internacionais para orientar suas visões políticas.

A política comercial que define a oferta e demanda de cada país para cobrir as necessidades internas e externas de um país desenvolvem os efeitos perversos nos países com baixa renda. Muito embora tenham sido feitos esforços no sentido de integrar a dimensão temporal nas análises comparativas internacionais, subsistem importantes diferenças estruturais entre os países, entre seus níveis de desenvolvimento relativo, entre os *timings* e as motivações de suas políticas comerciais (SARQUIS, 2011, P.118). A dinâmica da liberalização do comércio desenvolveu uma expropriação significativa da riqueza – o que levantou sério problema econômico, de exploração sem precedentes da classe proletária em favor da classe precedente. A verdade, a liberalização não chega parar a crise endêmica e caótica dos países empobrecidos porque, as potencialidades econômicas não usaram para um sistema de economia florescente capaz de facilitar uma distribuição equitativa dos recursos, mas para o fortalecimento das reservas dos países ricos – o que se tornou mais drástico e precário.

De fato, podemos ver que o debate nunca foi uma questão de conciliar a economia global com um uso eficiente e efetivo da riqueza disponível no mundo. A economia mundial é controlada por um pequeno grupo de países cujas ideologias convergem em um sistema pragmático que quer monopolizar os recursos do resto do mundo – o que traduziu para o desenvolvimento de um sistema exploração dos países subdesenvolvidos para aumentar seus lucros. Este sistema causou um terrível desequilíbrio econômico e, tornaram-se mais ricos e desestabilizaram a estrutura da economia mais pobre. É evidente que o livre-comércio é a chave

³¹ A oferta de político comercial emana pelo governo tem como responsabilidade de maximiza o bem esta nacional, guiar do escolhe público para garantir a reeleição e concentra ao reforme social como aspecto demissível contra os formes de repressão e revolta populário.

³² A politica comercial centrada sobre a demanda supõe que as condições atribuindo às regras estabelecidas no mercado para regularizar os funcionamentos os exportadores (acessibilidades nos mercados exteriores), os produtores (proteção da concorrência) e os consumidores (maximização das satisfações) são no cento de todas as decisões do escolho de cada grupo de ator.

para o desenvolvimento econômico, os países mais pobres de hoje não teriam como alcançá-lo, pois não possuem sequer o mesmo acesso aos mercados que os atuais países industrializados tiveram para vender os seus produtos primários, pois os preços de commodities vêm caindo e o comércio de produtos agrícolas é altamente distorcido por subsídios (JAKOBSEN, 2005, P.107).

As grandes tendências do comércio internacional em combinação com o processo de globalização acabaram por eliminar as fronteiras políticas, mas desenvolver um efeito de desigualdade exterior entre os países e interior dos países também. A troca entre os países pobres e países ricos mostra que as categorias que têm os recursos naturais disponíveis não são as categorias que garantem a gestão – caso da Europa-África. Assim, os países pobres sofreram uma forma de exploração excessiva em seus recursos para aumentar as reservas dos países desenvolvidos. Para isso, existe uma lacuna entre os países que procedem as matérias-primas e os países que têm mais reserva também, um debate entre os países prosseguem mais de metais preciosos no porão e aqueles com mais reservas. Portanto, as riquezas dos países pobres poderiam aumentar sua economia e levar ao processo de desenvolvimento sustentável. O debate contemporâneo sobre a liberalização do comércio chama atenção de todos justamente sobre as decisões públicas tomadas pelos países nortes para empobrecer os países sul.

A observação de hoje passou por um momento difícil dos países que são incapazes de satisfazer às necessidades internas e anteciparem-se aos choques externos. Uma estrutura que paralisou sistematicamente a economia nacional para cooperar com o mercado global. O aumento das empresas multinacionais tem como principal objetivo fazer um inventário e repatriar todas as matérias-primas externas disponíveis. Os problemas tecnológicos encontrados na extração dos recursos favorecem a exploração de recursos em benefício dos países ricos para aumentar suas riquezas. Embora, a exportação de matérias-primas permitido obter um pagamento dos empréstimos não conseguiu melhorar a saúde de sua economia, repercutiu negativamente sobre a estrutura da econômica, mas permitiu às empresas multilaterais controlar uma parte significativa do mercado global ainda mais, capturar as transações à escala mundial.

Apesar da quantidade significativa de moeda que circula em rede na economia mundial, isso não permite aos países pobres acesso facilmente aos diferentes circuitos do mercado mundial. Além disso, a liberalização do comércio não considera para eles como uma dinâmica de

diversificar os recursos e de intensificar os mercados para uma economia mais próspera. No entanto, o desenvolvimento de blocos econômicos há por efeito diminuir consideravelmente o padrão de acessibilidade dos recursos disponíveis e, desorientar as perspectivas de políticas comerciais. A partir disso, a parceria comercial ofereceu aos países desenvolvidos o monopólio de governabilidade do mercado para controlar e explorar uma grande parte da riqueza mundial – o que, em outro, transforma em uma estrutura do mercado onde as figuras emblemáticas desses blocos possuem os potenciais recursos e se qualificam como grande poder econômico.

Nesta percepção, o processo de liberalização do mercado foi, às vezes, precedida normal porque os poderes públicos acreditaram que eles vão gerar provavelmente os lucros vertiginosos para melhorar o padrão de bem estar social. No entanto, é claro que os dispositivos implementados não foram a favor dos países pobres e não melhoraram o crescimento econômico. Isso refuta a tese de que a liberalização iria desenvolver a unificação de instituições e regiões que lhes permitisse liberar os fluxos de mercado ainda menor, ofereceu a oportunidade de aumentar a concorrência entre os mercados, garantir a boa governança e especialização para as normas do comércio internacional – o que leva em consideração uma fraca política macroeconômica e uma gestão institucional deficiente no Haiti.

Se nós analisamos o desempenho econômico após os diferentes acordos de mercado livre, a maioria dos países pobres tem um nível de desempenho econômico muito baixo, exceto alguns países como o Brasil, a Austrália (Banco Mundial, 2018). De fato, a situação alarmante para os países que dependem de ajuda externa, transferências sem contrapartida e de apoio orçamentário. O que confirma o baixo ritmo de crescimento e a alta taxa de crescimento de sua população. Portanto, não existe realmente uma política de desenvolvimento que possa se circunscrever no processo de desenvolvimento sustentável comparativamente com os objetivos do milênio.

Em uma visão mais ampla, a estrutura neoliberal tem uma contribuição econômica considerável que se traduz pelo nível de convergência econômica dos países pobres para os ricos . O desenvolvimento desse fenômeno não chega à unificação do mundo econômico, não chega garantir realmente a transferência tecnológica e a mobilidade dos trabalhadores, mas uma forma de internacionalização das empresas e de concentração geográfica das atividades econômicas ao benefício dos poderes econômicos. Ela permite também, uma forma de troca desproporcional

visando transformar os países não industrializados como de sempre província de comercialização. Alguns parâmetros contrários com a teoria rotacional de Sorgho (2013)³³ para melhorar os acordos comerciais, facilitar um idioma intercâmbio, a moeda de troca e as áreas de proximidade para maximizar o fluxo comercial.

No entanto, a dinâmica da globalização está sem dúvida tem duas considerações importantes no comércio internacional dos países pobres. De um lado, as barreiras alfandegárias que foi uma blocagem são destruídas para facilitar a concorrência injusta, desestabilizar a pequena economia e aumentar a dependência de bens de consumo. De outro lado, não fortalece o ganho de troca, desenvolver de baixo crescimento econômico e de alto custo de transação de aquisição tecnológica adequada ao desempenho econômico.

O caráter vicioso da política neoliberal resulta em uma estrutura de mercado onde as interações estratégicas são definidas pelos poderes econômicos, manipuladas para eles e podem mudar ou influenciar sem o consentimento de todos os autores. Um plano de dominação efetuada pelos poderes econômicos através das organizações internacionais como para controlar os movimentos de capitais e circuito do mercado mundial. Além disso, adicionado outras instituições de controles, a capacidade de influenciar as decisões públicas e o fenômeno de dívida pública que atrasa mais o desempenho comercial. Em outros termos, as instituições bilaterais e multilaterais influenciam as principais decisões políticas e administrativas; decidem sobre a escolha de líderes políticos e comprometem o futuro dos países. Suas contribuições ficam mais prejudiciais com o desempenho econômico quando analisamos os relutados registrados em termo perdas de humanas em situação de vulnerabilidade, a instabilidade macroeconômica e política crônica e o modo de funcionamento do ambiente de negócio.

³³ O modelo gravitacional é um modelo empírico usado em economia para entender o papel da distância no comércio internacional. Ao contrário das teorias econômicas tradicionais, o modelo gravitacional integrou profundamente à distância como fundamento teórico da economia internacional, com uma contribuição muito importante para as diferentes perspectivas de desenvolvimento perseguidas. Esse modelo permitiu de examinar os diferentes determinantes dos fluxos de comércio bilateral entre os países e se tornou uma ferramenta padrão para modelizar o comércio internacional nas últimas duas décadas (Fontagné e al., 1999). Ele permite também de analisar as consequências da liberalização do comércio, da criação de comércio e dos efeitos de desvio associados às áreas de livre comércio e o impacto da distância sobre o volume de comércio.

3 CONTEXTO DE INTEGRAÇÃO DO HAITI NO COMÉRCIO INTERNACIONAL

Desde o período colonial (1626-1804), a ilha do Haiti foi reputada à vocação agrícola – isso se deve à sua capacidade de produção nos diferentes tipos de produtos (café, algodão, cacau, cana-de-açúcar, vetiver) na região Caribe. Nesse período, Haiti teve uma capacidade de produção capaz de cobrir a demanda da região Caribe, uma parte da Europa (França e Inglaterra) e os outros países da América ainda mais, foi o maior país exportador da região Caribe. Porém, este período não foi atribuído com uma medida de parceria comercial, mas uma forma de exploração ao longo de dois séculos. Após a revolta escravagista em 1804, a ilha foi subdividida em duas repúblicas (República do Haiti e República Dominicana), sendo que a República do Haiti ocupou a região leste da ilha como primeira república negra independente. Esta parte ocupada pelo Haiti manteve a mesma potencialidade produtiva que as outras regiões Caribenhas, embora apresentasse algumas exceções, dado os seus antecedentes de devastações que afetaram a colônia no período da abolição de escravidão.

Junto da criação dessa nova República, uma reforma agrária foi programada no sentido de garantir a redistribuição das terras para fortalecer a economia, embora tal política tenha resultado de grande problema agrário que provocou uma complexa luta de classe. Essa maneira de distribuição da terra (pequeno latifúndio) adotada foi incapaz de garantir uma equidade distributiva, desencadeando conseqüentemente em uma forma de *lumpemproletariat* rural atribuído com uma distribuição de parcela de terra ao grupo revolucionário que não prosseguiu de terra cultivável – o que transformou em uma agricultura de subsistência. Além disso, a fase de lançamento da economia pós-guerra marcou por uma situação de produção rudimentar que paralisou o crescimento econômico o ponto que a demanda interna foi pouco satisfeita. Bernadin (1997) qualificou este período como uma conjuntura delicada na história econômica e social do Haiti, além de criticar as políticas agrárias que não visaram uma legislação capaz de valorizar o espaço agrícola.

3.1 A liberalização comercial no impasse do sistema neoliberal

É óbvio que a liberalização do comércio na ideia de unificar o mundo econômico iniciou a partir da globalização econômica e financeira na década 1970. Nessa mesma época a doutrina neoliberal surgiu como novo pensamento econômico mais formalizado para dotar o comércio mundial de outras ferramentas de decisões no modo de organização dos mercados. Porém, o livre funcionamento dos mercados defendido esse sistema acumulado um conjunto de resultados benéficos para alguns países e perigosos para alguns outros o ponto que as lacunas são claramente visíveis em termo de disparidade de riquezas criadas na economia mundial – daqui o sistema de mercado em qual pertencente à economia Haitiana.

A história de pensamento econômico ensinou que a dinâmica de troca na economia mundial na sua primeira forma de exploração começou principalmente na Europa com na troca de bens e serviços de maneira razoável.³⁴ Um período em que a quantidade de riqueza e o poder econômico de uma nação são medidos a partir do peso de reservas ouro procurados no sentido de obter uma balança comercial excedente. Se realmente alguns acham que a primeira forma de comércio foi iniciada pelo mercantilista, está claro que o comércio não foi feito na intenção de tornar a economia mundial em uma dinâmica mais próspera. Com a evolução do sistema capitalista, a economia mundial mudou de diretiva, porque a nova concepção da troca econômica não apenas tornou-se uma questão de metais preciosos, mas também uma forma de exploração massiva dos recursos de tipos diversos – daí uma primeira tentativa de explicação do comércio que encontrou sua origem no subimento do capitalismo industrial que gerou um forte crescimento ao benefício dos países desenvolvidos que, enquanto, engendrou a crise econômica e financeira em 1929.

Os antecedentes da globalização não são sem consequências sobre a economia dos países pobres, porque este processo de comercialização apresenta uma visão gigantesca e magnífica no prelúdio da liberalização comercial no sentido que os poderes públicos acreditam que eles vão

³⁴ Uma forma de intercâmbio não toma em consideração o valor e a proporção dos bens trocados no mercado mundial. Às vezes, as matérias primas, as reservas de ouro, as reservas de petróleo e todos os metais preciosos no porão são trocados contra os produtos de primeira necessidade sobre a base de ajudar alimentar, assim como uma prática de saques e de dilapidação dos principais recursos minerais com um baixo preço e retorná-los sobre a forma de produtos acabados com de preços exorbitantes.

gerar os lucros suficientes para melhorar o padrão de vida de sua população. As constatações atuais afirmaram claramente que os dispositivos tomados para fortalecer a economia mundial não foram em favor dos países empobrecidos ainda mais, as novas medidas de políticas comerciais tomadas não chegaram a melhorar seu crescimento econômico e o bem-estar social dos cidadãos. Esta abordagem supõe que a liberalização desenvolveu um aspecto da unificação de instituições dos países e regiões beneficiaram os fluxos de mercado. Todavia, ela não ofereceu aos países pobres a oportunidade de aumentar a concorrência dos mercados, programar a boa governança e manter o mecanismo de especialização às normas do comércio internacional. Isso são os antecedentes que levam Haiti a ser um dos países mais pobres na América, fator responsável por sua situação de precariedade econômica gravíssima derivada da influencia preponderante das empresas binacionais e multinacionais para salvar a predominância econômica mundial.

3.2 A dinâmica comercial do Haiti no mercado mundial

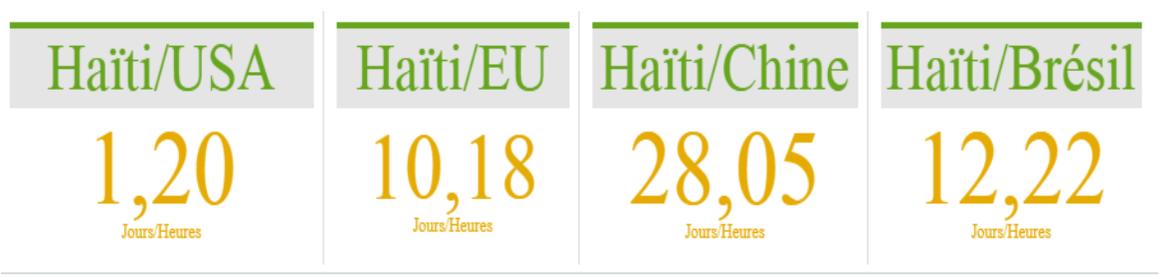
Para entender a evolução do comércio no Haiti, existem duas grandes fases indissociáveis que voltaram no período colonial com a emergência do sistema do capitalismo e a emergência do sistema neoliberal. Em primeiro lugar, uma fase de comércio clandestina iniciou no século XVIII com os países europeus principalmente a França e Inglaterra na primeira metade do século XX com os países da América, particularmente os Estados Unidos. Em segundo lugar, uma fase mais formalizada e efetiva na segunda metade do século XX englobou praticamente todos os parceiros comerciais na década 1960 a partir da integração do Haiti no GATT e na década 1995 com OMC que exigiram os critérios particulares através as decisões de política comercial em conformidade das novas normas de funcionamento do mercado mundial.

3.2.1 A fase clandestina do comércio exterior

É evidente que a posição geográfica do Haiti desempenha um papel importante no mundo econômico para desenvolver de um relatório comercial. O país posiciona-se em um eixo ideal pela exportação graça a sua proximidade com os Estados Unidos, as relações marítimas com os

países na Caribe – sua relação marítima com o canal do Panamá e sua posição no oceano pacífico como uma interseção de exportação no principal porto da América Latina e Europa ocidental. Esta posição geográfica permitiu desenvolver uma parceira comercial com diversos países sem a assinatura dos acordos comerciais. A figura abaixo mostra que o posicionamento geográfico dos Estados Unidos ocupados à primeira linha de comercialização marítima apesar da dominação de Europa ocidental na primeira vaga do comércio clandestino.

Quadro1: Posicionamento geográfico do Haiti com seus parceiros comerciais.



Fonte: Centro de Formação e de revestimentos (CFI) / Ministério Comércio e indústria (MCI), 2018.

Na primeira metade do século XIX, o comércio Haiti-França desenvolveu uma tendência clandestina em razão de ausência de acordos bilaterais assinados para regular a troca. Todavia, a partir da segunda metade desse século, essa forma de parceria foi substituída pelos Estados Unidos e Inglaterra. Entre 1830-1880, a França foi beneficiada por parte importante do comércio clandestino, ou seja, uma importação de 90% dos produtos de consumo e de matérias-primas contra a exportação dos produtos manufaturados em Haiti apresentou 80% a 90% Perchellet (2010). Enquanto, a exportação da cana-de-açúcar no período colonial foi substituída em exportação de café, seja 30% em 1818 a 1837 em França (Nantes, Bordeaux, Marseille, Havre) e passou o alto de 50% no resto do mundo em 1867 a 1876 também, uma exportação média de madeira de 23% entre 1827 a 1876 Benois (1972). Ainda, os dados abaixo mostram desde 1858³⁵, a França perdeu esta parte importante do mercado e, que foi transferido com os Estados Unidos e a Inglaterra respectivamente. Portanto, os Estados Unidos ocuparam uma grande parte

³⁵ Esta informação citada no texto ‘Des siècles de colonisation et de domination’ por Sophie Perchellet em 2010 dentro: Dictionnaire universel théorique et pratique du commerce et de la navigation, Tome 2, librairie de Guillaumin: Paris, 1861.

do mercado e tornou-se o principal parceiro comercial bilateral – que traduziu por uma primeira forma de dominação comercial pelos Estados Unidos no século XIX.

Tabela 1: O comércio internacional entre Haiti e outros Países em 1858.

Países	Importação em %	Exportação em %
Estados Unidos	55,76	21,75
Inglaterra	19,84	36,74
França	13,34	29,42

Fonte: Perchellet, (2010).

Desde este período, particularmente na época de ocupação americana (1915-1934), a economia do Haiti conheceu uma segunda forma de dominação americana. Os dados abaixo mostram uma balança comercial simplesmente deficitária considerando os problemas de coordenações nas cooperações comerciais no início do século XX.

Tabela 2: A relação comercial do Haiti-Estados Unidos.

Anos	Importação	Exportação	Balança comercial
1927	11, 071, 000	1, 247,000	- 9, 824,000
1933	3, 595, 000	804, 000	-2, 791,000
1937	4, 048,000	2, 896,000	-1, 152,000
1938	3, 642,000	2, 967,000	- 675,000

Fonte: Bellegarde, (1921).

Bellegarde (1921) caracterizou este período como sendo uma situação de fraqueza de recursos humanos disponíveis (cônsul, adidos comerciais, conselhos do comércio externo) e as organizações de cooperações externas (Câmara de Comércio ou departamento do comércio exterior, criar um plataforma de publicação oficial em relatórios dos ramos de atividade econômica) para desenvolver nova oportunidade e nova visibilidade na escala mundial capaz de

alimentar as políticas comerciais através dos relatórios de publicações nos diários para divulgar as informações necessárias pelas firmas comerciais, os produtores e os exportadores. Um período foi marcado por uma vasta importação de bens de consumo de primeiras necessidades (produtos agrícolas e produtos do mar) dos Estados Unidos e Canadá – algum produto que o país poderia produzir e exportar em grande escala para aumentar sua capacidade de exportação. O problema de fraqueza de recursos (Banco de Desenvolvimento Agrícola e Industrial, instituição profissional) neste setor foi responsável pela situação degradante da economia e diminuir bastante a possibilidade de melhorar as proficiências dos produtores.

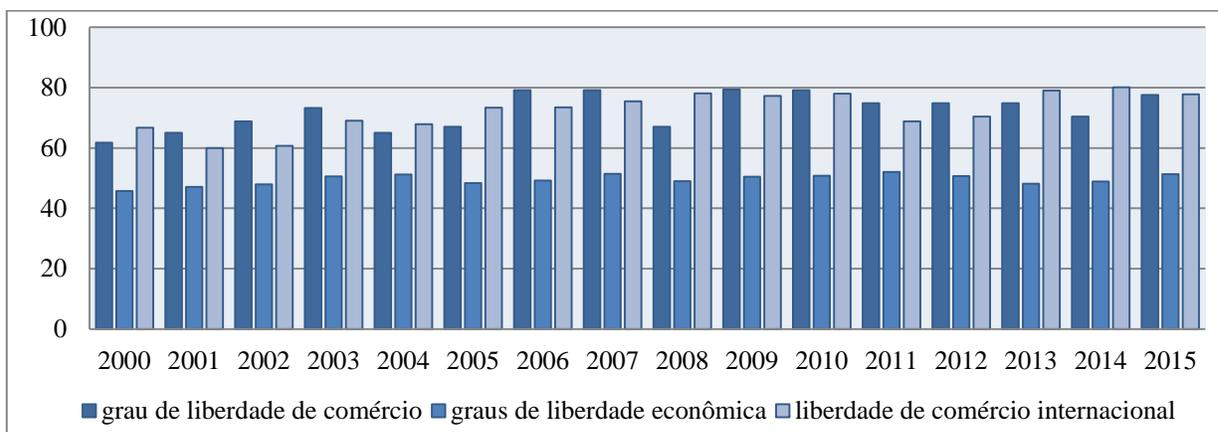
3.2.2 A liberalização efetiva do Haiti no mercado mundial

Esta fase de liberalização foi associada com os diferentes acordos, os decretos e as leis assinados pelo governo haitiano relativo ao comércio exterior. O primeiro em data correspondeu com sua integração no GATT em 1950 na perspectiva de desenvolver uma nova negociação multilateral capaz de reestruturar e fortalecer sua política comercial com os países membros no sentido de reduzir as tarefas alfandegárias, ou seja, promover uma estratégia de alargamento das políticas comerciais em outros campos de atividades pelo fortalecimento de um comércio interramo e intra-ramo na economia mundial. A partir de sua integração no GATT em 1960, o país introduziu um novo código e as tarifas alfandegárias relativas à proteção das indústrias nacional e o decreto de 1987 para supressão de todos os direitos e taxas à exportação. Ainda, os acordos regionais assinados com CARIFORUM em 1992 para coordenar e supervisionar a alocação dos recursos percebidos através dos Fundos Europeus de Desenvolvimento (FED) destinados ao financiamento dos projetos do Caribe – sua integração na Associação dos Estados da Caribe (AEC) em 1994 como a organização do controle, de cooperação e de ação concreta no campo do comércio – sua integração nas Zonas de Livre Intercâmbio Américas (ZLEA) em 1994 visando colocar em prática uma área de livre intercâmbio em 2005 são considerados como diversas formas de políticas comerciais desenvolvidas pela proteção da economia interna.

Após a substituição do GATT por OMC em 1995, o Haiti confirmou sua integração em 1996 por sua elegibilidade das vantagens oferecidas na organização e o regulamento do comércio

mundial através das medidas tomadas para favorecer uma previsibilidade e a liberdade da troca. Em 1997, Haiti integrou a CARICOM como a organização regional centralizou na coordenação e o alargamento das relações econômicas e comerciais com os estados membros – crescer o padrão da concorrência internacional no sentido de desenvolver uma produção mais diversificada e melhorar a produtividade do trabalho na região. Devemos também mencionar o acordo Cotonou assinado em 2000, o qual a relação comercial preferencial e de ajuda entre a União Europeia (EU) e os países em subdesenvolvimento de África, da Caribe e o Pacífico (ACP) que foi substituído em convenção de LOME criado na década 1980 pela exportação dos bens de consumo (banana, carne, ovo, açúcar) que, transformou-se em Acordo de Parceria Econômica (APE) em 2008. De novos acordos assinados foram colocados em aplicação de nova configuração geopolítica pela integração progressiva e harmoniosa de desenvolvimento regional. Em outras palavras, esses acordos priorizaram a revisão da barreira tarifária ligada com uma reforma no sistema de produção e uma integração regional através do mecanismo de boa governança econômica e financeira para favorecer o desenvolvimento econômico e comercial regional.

Gráfico 1: A configuração do grau de comercialização da economia haitiana.



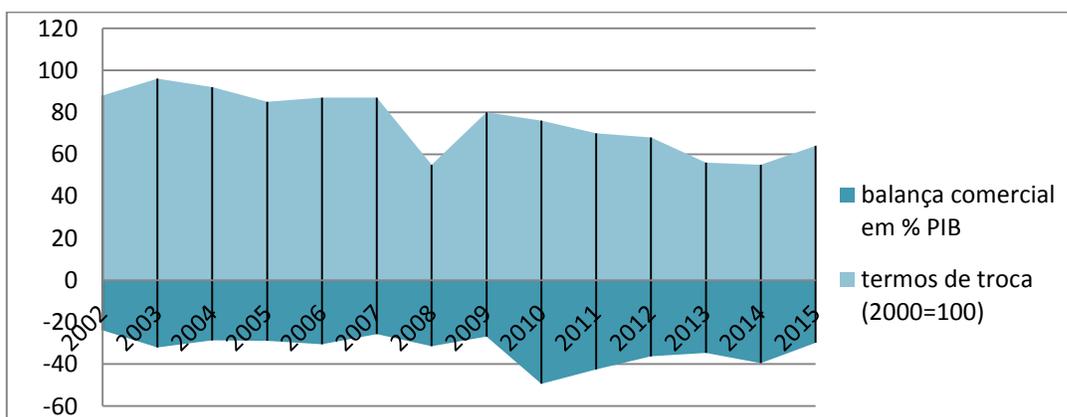
Fonte: Heritage Foundation, Banco Mundial, 2016.

Para entender o padrão de uma economia, cada uma dos indicadores do comércio se traduz por um grau de confiança ou de desconfiança na capacidade de comercialização de uma economia a outra – variam entre [0, 100] para explicar o padrão de segurança econômica de um

país. Neste raciocínio, é claro que todos os valores próximo de 0 (zero) traduzem uma situação de baixo grau de liberdade comercial (interna e externa), ao passo que o seu inverso, isto é, todos os valores próximo de 100 (cem), demonstram uma situação de comercialização mais fácil e tendo pouco limites legislativos ou regulamentários. Portanto, a liberdade do comércio internacional se resume em três (3) aspectos importantes que levam em consideração respectivamente: as tarifas; as altas barreiras comerciais e as restrições estatais no ambiente das transações estrangeiras.

Para tanto, quanto as tarifas, as barreiras ou limitações são importantes, mais o indicador é próximo de 0 (zero) talvez quando, menos a abertura comercial está reduzida. Por outro lado, mais as tarifas ou limitações são mais fracas, mais o indicador está próximo 100 (cem) e, mais o comércio internacional é rentável para um país. A partir dessas informações, durante as duas ultimas décadas Haiti desenvolveu uma vasta campanha de parceria comercial ao ponto que seu peso econômico se tornou mais vulnerável e, não pode resistir ao fluxo econômico mundial. O gráfico acima mostra que a liberdade do comércio para o resto do mundo é bastante significativa mais, seu desempenho econômico é bem complexo considerando a fraqueza da balança comercial e seus termos de troca como duas variáveis responsáveis à capacidade produtiva de uma economia.

Gráfico 2: Relação dos termos de troca e da balança comercial (2002-2015).



Fonte: Banco Mundial, IHSI, 2016.

Como indica o gráfico acima, a situação comercial do Haiti é bastante complicada. Os termos de troca como índice responsável o padrão significativo do comércio traduzem uma tendência

desconfortável porque, a proporção dos preços à exportação (índice de preço a exportação) e os preços à importação é abaixo da linha de competitividade comercial – quer dizer, os valores são inferiores a 100 (cem). O país é incapaz de crescer sua capacidade produtiva para compassar os preços de importações em razão do fraco das exportações, ou seja, incapaz de manter a competitividade de preços (depreciação da moeda ou baixo dos preços dos produtos locais) e/ou a competitividade estrutural (vantagem tecnológica sobre os produtos onde a demanda está em progressão) ao benefício da economia. Para tanto, a curva dos termos de troca acusa um ritmo decrescente para explicar o grau de deterioração continuada na atividade do comércio internacional. Uma situação que deveria obrigar uma política econômica capaz de melhorar o efeito preço (elasticidade da demanda em relatório com o preço) com possibilidade que a demanda vai crescer o mesmo ritmo com o efeito preço assim como, modificar a estrutura (efeito da estrutura) de exportação para exportar os produtos de valores acrescentados.

De fato, o Índice de Preços de Consumo – IPC (particularmente os produtos locais) empregado como o indicador permite analisar a evolução da inflação (crescimento continuando preços dos produtos principalmente, o nível ascendente dos produtos derivados de petróleo) e os impactos da taxa de câmbio são assim considerados como os indicadores subjacentes para explicar a tendência inversa da curva. No caso de Haiti, este índice não tem sido vantajoso considerando as tendências dos países que oferecem melhores desempenhos econômicos nesta região. Nesse sentido, dois fatores podem explicar isso: o índice de instabilidade macroeconômica (os efeitos dos problemas conjunturais e estruturais) e o índice de competitividade econômica (a incapacidade de cobrir a demanda mundial). As medidas de políticas comerciais tomadas não podem ser benéficas às vantagens comparativas nem as vantagens absolutas do comércio que, cada vez mais, é importante no processo de desenvolvimento econômico. Este problema de competitividade comercial se traduz por um declínio da produção local para aumentar a importação – o que, portanto, afirma qualquer aumento da importação reduz a produtividade dos *imput* na economia. Em outro termo, quando os preços dos produtos importados forem inferiores aos preços dos produtos locais a escolha dos consumidores orientada para os produtos importados.

Este mesmo gráfico indica o efeito subjacente da variação decrescente do índice de preços dos produtos importados sobre os preços dos produtos locais para entender o fenômeno

de *dumping* econômico adotado no sistema da economia neoliberal. Um sistema de mercado que consiste em aumentar a dependência econômica dos países em subdesenvolvimento (caso dos Estados Unidos sobre Haiti) e, restringir os agentes econômicos (consumo, produtor, Estado) para que os bens e serviços estrangeiros para satisfazer a demanda interna sem perceber uma política de fortalecimento das atividades econômicas internas. Essa escolha de dependência comercial provocou um declínio na produção local que, ainda associado com o método de produção rudimentar, e incapaz de aumentar o PIB nacional, o ritmo da taxa de crescimento da população que aumenta a demanda interna. Esta situação de crescimento da produção provocou uma demanda exterior maior e, favoreceu uma medida de não valorização de produção local. Ainda mais, o problema de falta de políticas públicas de infraestrutura que limita o transporte, a distribuição dos produtos, o alto nível de custo de produção que desencoraja os produtores locais de investir mais para melhorar o PIB.

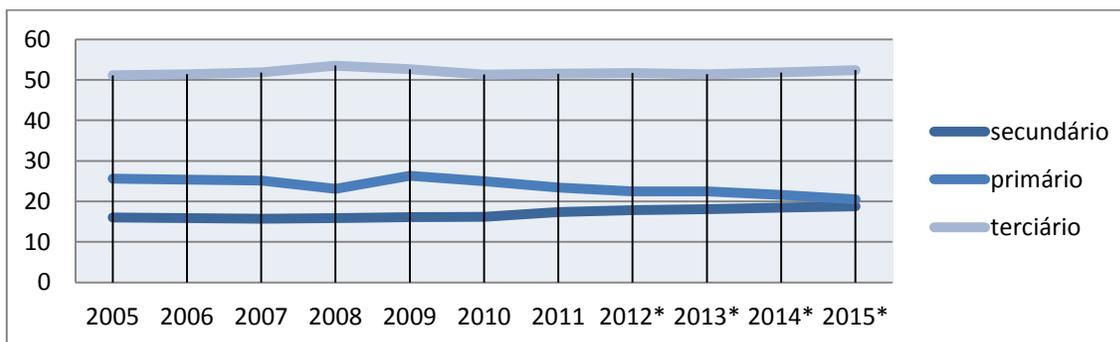
O período mais crucial da economia foi iniciado na década 1980 através da iniciativa tomada pela liberalização integral do mercado sem promover uma política econômica adequada capaz de valorizar os setores produtivos da economia. Este período foi marcado também pelo colapso do regime da ditadura que foi suscitado por diversas turbulências políticas que impactou negativamente na economia e na diminuição intensiva dos principais produtos exportáveis. A economia atravessada de profundas dificuldades políticas particularmente o embargo de 1991, a crise política de 2004, o choques de 2008 da economia mundial (forte aumento os preços dos alimentos), os novos choques da recessão global em 2009 que diminuiram as necessidades de financiamento para fortalecer a produtividade da economia. Ainda, o terremoto de 2010 e a furacão Matthew de 2016 como as duas catástrofes naturais devastadoras que podem explicar as grandes dificuldades econômicas que constituem um bloqueio do desempenho econômico.

O quadro (5) acima traduz uma situação alarmante da balança comercial, principalmente 2010 a 2014 foi marcado por uma deterioração bastante significativa, ou seja, um valor aproximadamente de 40,48 % do PIB em média. Uma conjuntura econômica bem complexa que provocou uma diminuição considerável do PIB real na última década – o que desenvolveu um nível de vulnerabilidade dos agentes econômicos. O enfraquecimento dos setores de atividades local desenvolveu uma economia terceirizada sendo como efeito a implicação da economia informal sem avançar para o desenvolvimento do setor indústria. Todos esses

problemas setoriais reduzem a poupança nacional e o investimento de capital que poderiam melhorar o ambiente econômico através do mecanismo de intensificação e da valorização do setor primário (agrícola, pescaria), a industrialização da economia e o alargamento do ambiente de negócios no sentido de diminuir a dependência da comunidade internacional que constitui como um obstáculo de decolagem da máquina econômica.

Como uma economia a vocação agrícola, o Haiti não chega a explorar de maneira ótima o espaço cultivável para fortalecer o PIB para a valorização do setor primário. Isso se traduz por um declínio desse sector que, no período 1800 apresentou 95% do PIB substituído pelo setor terciário (economia de serviço) sem beneficiado a herança da revolução as técnicas agrícolas e a desindustrialização das economias dos países desenvolvidos no início do século XX (LEFEVRE-FARCY, 1992; GALLOUJ, 1994 apud BENEDIQUE, 2011). Este processo de terceirização marcou-se por um movimento da população rural (êxodo rural/agrícola) substituída com uma campanha de urbanização do comércio – o que ficou para uma agricultura de menor produtividade em razão da fraqueza da tecnologia, ainda sob a dominação do sistema de produção rudimentar.

Gráfico 3: Contribuição do valor acrescentado do ramo de atividade em % PIB.



Fonte: Instituto Haitiano de Estatística e informação (HISI), 2014.

O gráfico mostra um setor primário em constante regressão associado com um setor terciário fortemente desenvolvido em paralelo e um setor secundário muito negligenciado. Este fracasso econômico se traduz em primeiro lugar, por uma diminuição da produção agrícola associada com uma inadequação da tecnologia (conhecimento sistêmico da produção, *know-how*), do problema de especialização e de profissional qualificado (uma produção dependendo da força bruta dos cultivadores e das áreas naturais), as dificuldades de acesso ao crédito agrícola e os custos dos

inputs capazes de aumentar a capacidade de produção interior. Em segundo lugar, por uma economia que não conheceu o processo de industrialização como um sistema de produção de grande escala também, não conheceu igualmente o processo de desindustrialização adotado no sistema da economia mundial atual. De fato, o problema de industrialização da economia corresponde a uma fraqueza da energia (custoso e não abundante), sua incapacidade de beneficiar o mecanismo de *offshoring* das empresas multinacionais também, incapaz de desenhar o movimento do capital estrangeiro. Portanto, a tentativa de industrialização na década 1970 não resultou no fortalecimento desse setor, mas atribuiu com uma manobra de marginalização desse setor que, muito importante transforma-se em setor de subcontratação pouco industrializado sobre a dominação manufatureira e de montagem.

Enfim, a economia marcada por um setor terciário associado à proliferação das microempresas (pequeno comércio) sem nenhuma especialização e de expertise científica, de uma situação acrescentada do comércio informal e uma forte preferência pelos produtos exteriores em razão do efeito preço sobre o mercado local. O padrão crescente do setor terciário na economia haitiana é prejudicial porque ele usa pouco de tecnologia e bastante de mão de obra também, menor capital que de indústria que não pode gerar o crescimento econômico e da economia de escala desejada.

A proliferação do setor terciário favoreceu a assinatura de vários acordos bilaterais de livre mercado e dos acordos-quadros particularmente Venezuela, China, Estados Unidos, Taiwan e República Dominicana por uma política comercial mais diversificada. Enquanto, os Estados Unidos como o potencial poder econômico mundiais ampliou sua parceria comercial com Haiti através dos diversos acordos comerciais preferencias unilaterais assinados respetivamente *Haitian Hemispheric Opportunity through Partnership Encouragement* (HOPE I em 2006, HOPE II em 2008) e notavelmente *Haiti Economic Lift Program* (HELP) em 2010 inscrevam-se no quadro da linha de política econômica estrangeira particularmente, com os países subdesenvolvidos na bacia do Caribe pela quota de acesso em franquia alfândega ao mercado americano e a diminuição de algumas tarifas sobre uma lista de produtos bem específica.

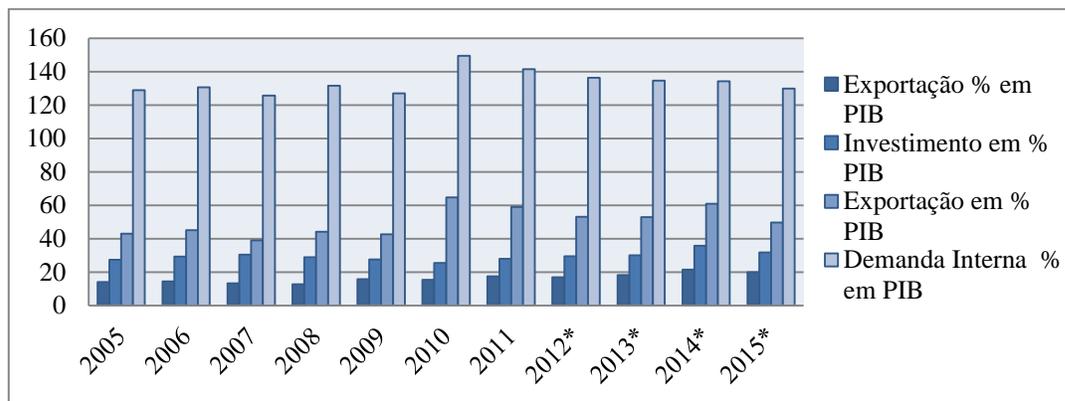
As leis HOPE I e II e HELP são considerados como uma série de extensões do tratamento preferencial concedido unilateralmente de Haiti pelos Estados Unidos (EUGENE, 2017, PP.16-

18). Esses novos acordos facilitaram a exportação de outros tipos de produtos na indústria têxtil (camisetas, casacos, terno), agroindustrial (óleos essenciais), as frutas (manga e abacaxi, manga) notavelmente os outros produtos como café, cacau e arroz biológico pela sua reputação mundial em razão da ausência de qualquer produto químico prejudicial, especialmente de fertilizantes, pesticidas e herbicidas; contra uma importação dos produtos como arroz, petróleo, carne, carro, leite, trigo etc. nessas considerações, os Estados Unidos permanece o principal parceiro comercial do Haiti quando analisamos o fluxo da importação e facilitar a exportação dos produtos sobre o mercado americano.

A parte de outras parceiras quase significativa, quando considerada a potencialidade e a diversidade da economia americana, os acordos que favorecem o comércio haitiano-americano e a distancia que relacionada mesma a troca das mercadorias. Em segunda posição, classifica-se a república Dominicana como República vizinha, relação haitiano-dominicana como única parceira comercial fronteira oferece a maioria dos produtos de primeiras necessidades (ovo, banana, frango...) no início do século XXI. Enquanto, esta República foi controlada pelo Haiti (1822-1844) também, ocupado junto (República do Haiti 1915- 1934 e República dominicana 1916-1924) pelos Estados unidos no início do século XX que, atualmente desenvolve uma economia florescente em favor da República vizinha.

Duas economias (Haiti-RD) tinham a mesma dimensão no século XX, apresentou desde 2000 uma vantagem do mercado em favor da República Dominicana contra Haiti em razão de fraqueza da produção. Os dados mostram que o PIB_{RD} tem \$ 71,584 bilhões contra um PIB_{RH} de \$ 8,032 bilhões, o PIB per capita respectivamente de \$ 6390 dólares contra \$780 dólares americanos (BENEDIQUE, 2018). A ascensão gradual do comércio favoreceu uma dominação sem precedente do mercado dominicano como principal importador terrestre e, favorizou um enriquecimento crescente ao benefício da economia dominicana para explicar o desequilíbrio bilateral das duas economias que poderiam guardar uma mesma proporção do mercado e mesmo ritmo de crescimento. Notavelmente, colocado a parceira comercial de Taiwan e China nas suas capacidades de exportações de arroz – a Venezuela como o principal exportador dos produtos derivados de petróleo do Haiti. A partir dessas informações, o gráfico abaixo apresenta a evolução de cada indicador macroeconômico assim;

Gráfico 4: Os componentes da demanda global em % PIB.



Fonte: BRH / HISI, 2014.

Esta apresentação gráfica se traduz por uma situação de discordância econômica no sentido que a exportação e o investimento afixaram respectivamente a menor proporção no PIB, ou seja, 17,94 % e 32,40% em média. Esta baixa de exportação compensada pelo crescimento da importação explica a evolução crescente da demanda interna (consumidor, empresário, administração pública), ficaram solto 146,93 % em valor média do PIB diminuir o crescimento econômico e aumento mais a dependência externa. Em 2010, a exportação e a demanda interna acusaram o maior valor de dependência, seja 64,75 % e 149,40 % respectivamente. Um conjunto de problema tendo como antecedente principal o aumento progressivo dos gastos públicos, a deterioração de mercado de desemprego, um salário mínimo baixo à evolução do Índice de Preço o Consumo, a fraqueza de investimento relativo à inflação galopante, o aumento cumulativo da taxa de câmbio e a evolução da taxa de juros como componentes maiores do desempenho econômico. Daí, a necessidade de entender a evolução de outras variáveis como a inflação e a taxa do câmbio que têm um papel central na depreciação da moeda local que é determinante para ver outro ângulo de análise da situação.

Entender os grandes problemas ao investimento econômico supõe uma compreensão de evolução da inflação e da taxa de câmbio como dois indicadores responsáveis a fraqueza de produção local. Além disso, a evolução crescente de cada uma e as consequências subsequentes permitem assimilar os fatores explicativos da baixa capacidade de financiamento do Estado, as

razões prejudiciais aos credores no "mercado dos fundos para empréstimo"³⁶ e o problema de fortalecimento do padrão de credibilidade aos credores internacionais como alguns fatores responsáveis da baixa competitividade.

Quadro 2: Evolução da inflação e a taxa de câmbio.

Anos	2005	2008	2011	2015	2017	2019
Inflação	15,7	15,5	8,5	9,0	14,7	17,2
Taxa de Câmbio	40,45	39,11	40,52	50,71	61,74	80,0

Fonte: HISI, BRH, 2019.

Como os indicadores macroeconômicos, essas variáveis permitem entender a evolução do índice de preços ao consumidor (IPC), além de ser capaz de medir a variação da inflação em longo prazo. O índice de preços ao consumidor no Haiti reflete geralmente uma tendência alta, contrariamente aos países que oferecem melhor desempenho econômico. A alta variação recai em uma evolução crescente do índice de instabilidade macroeconômica que corresponde com os efeitos adversos dos distúrbios cíclicos e estruturais e o índice de competitividade econômica que fica sempre incapaz de florescer no mercado global. Os diversos momentos cruciais traduziram pela flutuação da inflação neste período que encontra sua origem na crise político-econômica de 2004, o período 2008 correspondeu com a crise econômica e financeira mundial – o motim de fome associado com uma inflação importada pelos custos ou pela demanda que desencorajou a produção e uma fraqueza de competitividade no mercado mundial.

Em 2009, a economia haitiana beneficiou uma diminuição considerável dos preços não fez sofrer influência sobre os polos de investimentos produtivos, devido, sobretudo, a uma forte contribuição de ajuda internacional e a cancelamento de uma grande parte da dívida multilateral. A alta variação em 2011 esteve atrelada com o terremoto de 2010, cuja tendência baixa 2011 corresponde também à ajuda internacional e os últimos períodos crescentes que correspondem com o pouco crescimento econômico – a instabilidade política e a diminuição do apoio

³⁶ O mercado de fundos para empréstimos é, em economia, mais especificamente em macroeconomia, o mercado regido pela lei da oferta e da demanda onde todos os poupadores depositam suas economias e onde todos os tomadores de empréstimos visam os fundos. A diferença entre a poupança e o investimento de um país economicamente aberto é igual os valores da balança comercial. Nesse mercado, a taxa de juros é tanto a remuneração da poupança quanto o custo do empréstimo.

orçamentário. Enfim, dois últimos momentos inflacionários mais cruciais atribuídos ao período de 2017 e 2019 onde a economia reconhecida à inflação mais alta especialmente um valor de 17,2 em março 2019. Além dessa consideração, houve um declínio acentuado na produção local o que abre o caminho às padrões altos das importações. É claro que, quando um país importa muito, isso gera um impacto negativo no investimento produtivo e, os preços dos produtos importados são inferiores aos preços dos produtos locais por uma medida de concorrência desleal – o que leva os consumidores a maximizar suas satisfações e desencorajados dos investimentos produtivos nos setores capazes de criar as riquezas.

A flutuação ascendente da taxa de câmbio é o resultado das medidas políticas de troca inadequadas para controlar o mercado monetário. Portanto, a tendência acrescentada da taxa de câmbio influencia grandemente o desempenho econômico associado com a prática deficiente da política fiscal do Estado, que requer a intervenção das autoridades financeiras no sentido de compensar os déficits orçamentários registrados. Os dados do Ministério da Economia e das Finanças – MEF, as informações do Banco Central mostram que o déficit orçamentário acusou uma proporção significativa. O que explicou que de 2013 a 2018 a flutuação passou a assimilar com os valores, respectivamente, de 2,7 bilhões a 24 bilhões gourdes³⁷. Este problema de déficit registrado está relacionado com a fraca da justaposição de uma política mista (política orçamentária e monetária), a dupla circulação de moeda na economia e o problema da dependência do Banco Central pelas autoridades públicas para estabilizar a política monetária – o que provoca automaticamente o aumento da quantidade de moeda em circulação para compensar os gastos públicos contra a previsão de receitas públicas que sempre substituiu pelo apoio orçamentário.

De fato, a redução do apoio orçamentário e a falta de criação de riquezas na economia como fonte de renda vão paralisar a estrutura do mercado financeiro e, também, um fluxo de importação em dólares americanos que influencia a taxa de câmbio, as compras público-privadas como principais fatores de depreciações da moeda local. Uma situação econômica e política muito controversa que se traduziu pelas escolhas inadequadas ligadas na quase totalidade das operacionalizações financeiras efetuadas em moeda estrangeira, particularmente em dólares

³⁷ Moeda oficial do Haiti

americanos – o que leva a uma perda de competitividade, uma fuga de moeda e escassez o dólar no mercado local.

3.3 O comércio internacional no contexto da economia haitiana

É sem dúvida que a integração do Haiti no mercado mundial não é uma decisão deliberada em termo de potencialidade econômica, mas uma exigência das Instituições Financeiras Internacionais – IFI (FMI, BM,...) para o acesso do comércio internacional. Uma tendência que leva a uma forma de dominação dos mercados relativamente ligada ao grau de vulnerabilidade do país que, portanto, assimilou com uma dependência econômica e financeira devida ao fato do alto crescimento da população em relação com a baixa capacidade produtiva de bens e serviços na economia. Isso descreve claramente uma situação semelhante da tabela do subdesenvolvimento dos países que enfrentam uma taxa de desemprego endêmico, a incapacidade de financiar os investimentos através à poupança por causa da baixa renda e não podem honrar os compromissos internacionais. Por isso, o círculo vicioso do subdesenvolvimento no qual está mergulhado o Haiti – o que é a resultante do mecanismo de exploração das riquezas através do mecanismo da liberalização do comércio.³⁸

No contexto neoliberal, este conceito se reforça, mas não antes tributário às varias interpretações e apresenta uma visão mais degradante no olhar da política comercial ministrada a globalização econômica. Amin (1973) introduziu a noção de especialização internacional desigualdade para explicar as lacunas entre os países e a distribuição das riquezas nas sociedades. Nesse sentido, é claramente que a participação dos países pobres no comércio internacional desenvolveu uma dependência técnica, humana e financeira de maneira que as políticas governamentais estabelecidas são influenciadas pelas decisões dos poderes econômicos assim como, exercem os efeitos dominantes a fim de sujeitá-los às condições desfavoráveis para acumular mais de riqueza.

³⁸ Os países subdesenvolvidos sofrem de uma exploração excessiva da riqueza bruta pelos países desenvolvidos com um baixo valor e importam dos produtos acabados a um preço mais alto.

Sen (2010) apresentou o desenvolvimento como a estrutura mesmo do subdesenvolvimento. Isto traduzido por uma coabitação de um setor moderno dominado das empresas transnacionais ao setor tradicional, sem nenhum treinamento entre os dois. A partir dessas interpretações, existe um padrão desigual de produtividade, de renda e más condições de vida das pessoas. E, finalmente, a abordagem mais acomodada com a realidade atual supõe que o subdesenvolvimento está ligado aos fenômenos naturais (clima, demografia, religião, cultura, mentalidades, recursos) que compromete as medidas de políticas públicas sem ignorar as considerações mencionadas anteriormente que são assim responsáveis o grau degradante da economia haitiana.

A parceria comercial pode ser um fator determinante para analisar e identificar a capacidade de cada país para cobrir a demanda interna através do mecanismo de oferta e da demanda global para manter o equilíbrio no mercado dos bens e serviços, mas, isso se inscreve em uma axiologia contrária no contexto haitiano. Haiti é signatário de vários acordos comerciais enquanto, o ambiente econômico apresenta uma tabela desfavorável com uma tendência acrescentada das desigualdades sociais e da precariedade que, de certa forma, são as consequências da dinâmica de liberalização do comércio na sua perspectiva de exploração significativa das riquezas nos países subdesenvolvidos. Isso levou a sérios problemas sociais através o mecanismo de transformação de Homens em bens, uma diminuição da soberania nacional (influência decisória política e diplomática conforme com a estratégia geopolítica) e uma exploração sem precedente da classe proletária ao benefício da classe procedente.

Dessa forma, podemos dizer que a liberalização do comércio não se inscreve em uma dinâmica paliativa para resolver a crise econômica caótica do Haiti porque, isso nunca foi objeto de buscar as riquezas que poderiam contribuir em uma economia florescente. Daí, a liberalização comercial transforma a economia haitiana em uma situação mais drástica e precária, notavelmente os países subdesenvolvidos tendo as mesmas características comuns para retardar seus mecanismos de desenvolvimento. O neoliberalismo, na sua dimensão doutrinal agrupa:

[...] “as políticas que promovem a lógica do Estado Providência, defendendo a privatização dos sectores tradicionalmente geridos pelo Estado, como a saúde, a educação, as pensões e as reformas, e opõe-se genericamente à intervenção do Estado na economia, defendendo o livre funcionamento do mercado como instrumento regulador e defendendo o livre funcionamento da economia como instrumento

redistribuído da riqueza”, não chega a um plano estratégico de ramificação econômica e de diversificação dos recursos no benefício do país (CAMPOS; CANAVEZES, 2007, p. 20).

O problema do Estado fraco consiste como um obstáculo para garantir uma economia viável financeiramente que ultrapassou suas competências e atribuiu com os momentos difíceis para satisfazer às necessidades internas e, antecipar aos choques externos – uma estrutura de mercado que paralisou sistematicamente a economia nacional. Essa vasta campanha de mobilização das empresas multinacionais na segunda metade do século XX tem como principal objetivo repertoriar e recuperar todas as matérias-primas disponíveis em razão dos problemas tecnológicos encontrados e, desenvolveram uma estratégia de exploração abusiva em relação aos recursos para aumentar suas riquezas.

Sendo assim, suas matérias-primas são exportadas, mas não puderam obter recursos financeiros suficientes para garantir o investimento, e ainda mais, depende estritamente do entretimento exterior, da ajuda pública e não conseguiram melhorar a saúde de sua economia. O que fortalece mais a presença da comunidade internacional no controle de uma parte significativa dos recursos e capturou as transações financeiras destinadas ao lançamento da economia. Disso decorre um controle estrito do mercado através da liberalização financeira a partir da emergência do comércio internacional que, apesar de tudo, facilitou uma circulação em rede de uma quantidade importante de moeda permitindo-lhes controlar os diferentes circuitos do mercado sem uma perspectiva de emergência da economia. A liberalização do comércio deveria ser uma maneira de diversificar os recursos e de intensificar os mercados para uma economia mais próspera transforma-se em simples mecanismo de exploração das riquezas e, ofereceu a construção de blocos econômicos com um poder de monopólio na sua manobra de governabilidade capaz de controlar e explorar uma grande parte da riqueza mundial.

Esta interpretação se traduz especificamente no caso do Haiti porque, a econômica nunca apresentou um grau de desempenho capaz de cobrir o consumo interno – ver aumentar sua capacidade de exportação. Daí, Haiti deveria inevitavelmente adotar uma política protecionista no sentido de fortalecer a capacidade de produção para reduzir a dependência exterior e capaz de garantir competição com os parceiros econômicos. Esta incapacidade de produção desenvolveu

uma forma de *dumping*³⁹ econômico que agravou mais a estrutura de produção e aumentou consideravelmente a demanda interna para a aquisição dos bens e serviços exteriores.

Por conseguinte, os países subdesenvolvidos beneficiários do comércio exterior são o Brasil, Austrália e alguns países Ásia que têm uma taxa de crescimento rápido (Banco Mundial, 2018) após, a situação de alguns outros é alarmante, particularmente os países que dependem fortemente dos credores internacionais. No contexto haitiano, este nível de dependência ocasionou os antecedentes complexos sobre a condição de vida dos cidadãos. Isso se traduz por uma fraqueza política econômica no processo de desenvolvimento sustentável comparativamente com os objetivos do milênio. O que agrava mais os indicadores macroeconômicos e, provoca uma situação de crises sem precedentes, mas também acarreta em um fracasso para integrar adequadamente o mercado mundial.

O comércio do Haiti transforma-se em uma dimensão de monopólio de feito ao detrimento de um monopólio de direito de maneira tácita e violenta sobre a importação de um pequeno grupo de importadores de posições dominantes sobre aos consumidores finais. A violação das regras de funcionamento de mercado se traduz por um problema de especulação na economia, quer dizer, os lucros criados pelos empresários não são o resultante das riquezas criadas, mas o resultado das operações de compras e vendas dos produtos importados e uma intenção de compra a preço baixo para vender mais altos depois, dentre outras técnicas de manipulação do funcionamento do mercado local. O comportamento dos importadores na economia orienta-se para a exclusão dos produtores nacionais no circuito de distribuição que exige a intervenção do Estado para tranquilizar o sistema de aquisição e de distribuição de maneira legal, administrar uma estrutura formalizada para garantir o respeito das regras do mercado, valorizar a produção nacional e manter um sistema de controle sobre os preços, a qualidade e a fiabilidade dos produtos.

Se focarmos sobre os resultados da economia haitiana, as medidas de políticas resultam em às grandes consequências sobre o procedimento de gestão de bens públicos ainda mais, os quadros

³⁹ *Dumping* é uma prática comercial que consiste se consiste, consiste em algo, em uma ou mais empresas de um país vender seus produtos, mercadorias ou serviços por preços extraordinariamente abaixo de seu valor justo para outro país, por um tempo, visando prejudicar e eliminar os fabricantes de produtos similares concorrentes no local, passando então a dominar o mercado e impondo preços altos.

legais usados são desatualizados com os regulamentos recentes do mercado. Um fator bem importante que leva uma influência de outras legislações de mercado não compatível com a realidade do mercado local e desenvolve uma situação desconfortável e prejudicial na adaptação no modo de funcionamento do mercado mundial. O aspecto vicioso da liberalização comercial explica que no caso das pequenas economias, isto não será capaz de melhorar o compromisso econômico, conforme o peso do comércio mundial, o interesse dos atores públicos na estratégia dos mercados competitivos. Um processo efetuado pelos países desenvolvidos às instituições comerciais e financeiras para eliminar as estruturas econômicas fracas e suas importâncias para revitalizar e economia local. Além da parceria comercial e o fenômeno da privatização de bens públicos, as crises institucionais impactam negativamente sobre os serviços públicos e os serviços sociais básicos o ponto que uma grande parte das decisões públicas depende da comunidade internacional. Quanto aos serviços públicos privatizados, as instituições bilaterais e multilaterais influenciam as principais decisões políticas e administrativas e a escolha de líderes políticos depende de mãos invisíveis à economia é sujeita a um grau de vulnerabilidade que comprometeria mais o futuro.

Santos (2001) apresenta a globalização como fábula, como perversidade e como possibilidade aberta ao futuro de uma nova civilização planetária, mas não como sistema visando promover uma liberalização ao benefício de todos. A dimensão de perversidade supõe uma polarização da riqueza e da pobreza (desempenho crônico, a pobreza aumenta mais, as classes médias perdem em qualidade de vida e o salário médio tendo a diminuir), a segmentação dos mercados e das populações submetidas, a destruição da natureza (poluição como fator de degradação ambiental através da emissão de gases de efeito estufa), mas também uma tentativa empírica e simbólica de construção de um único espaço unipolar de dominação. O segundo autor afirmou que, isto é, um sistema caracterizado pela emanção dos atos que prejudiciais repousam sobre os egoísmos, os cinismos e a corrupção que afetam o sistema de saúde (mortalidade infantil, desrespeito dos progressos médicos e de informação) e um sistema de educação de qualidade cada vez mais inacessível. Em outras palavras, a globalização se apresenta como um sistema de aprofundamento da competitividade, da produção de novo totalitarismo, a confusão dos espíritos e empobrecimento de massas – um grau de incapacidade do Estado de regular a vida coletiva. Um conjunto de constatação que, de acordo com ele, necessita o estabelecimento

da globalização que teria como missão construir uma nova centralidade do social que constituí a base para uma nova política – uma nova consciência coletiva, uma nova filosofia moral contra a doutrina mercantilista e um plano de valorização de uma solidariedade e de cidadania. Uma unificação das técnicas e das normas instrumentais que poderiam servir dialeticamente, de trampolim para uma nova humanidade e de novos valores simbólicos.

4 IMPACTOS DO ENFRAQUECIMENTO INSTITUCIONAL NAS EXACERBAÇÕES DO SISTEMA NEOLIBERAL NO HAITI.

O fracasso da economia haitiana não é apenas o resultado da liberalização comercial, mas também resultante das diferentes crises cíclicas e estruturais internas derivadas dos problemas de governabilidade. Essas crises caracterizam-se por um nível de instabilidade política crônica (“má governança”⁴⁰ e outras turbulências políticas), uma divergência de interesses populares (repressão permanente das forças estabelecidas, a pauperização de massa, a criação das favelas) e de baixo programa de industrialização pela na economia. Há também, diversas controvérsias no processo de bloqueio progressivo do Investimento Direto Estrangeiro (IDE) e um grau de corrupção bem alta – os quais constituem os corolários que paralisaram o sistema econômico atual.

No entanto, a situação econômica observada nunca conheceu uma expansão apesar das medidas exigidas pela mudança do sistema econômica mundial a partir de sua adoção da política neoliberal. Os antecedentes de crises recorrentes constatadas atuais são as consequências das instabilidades política (período da derrocada da ditadura em 1986) que desestabilizou o comércio interno e as intervenções internacionais pós-ditadura (particularmente na década 1990) no processo do fortalecimento institucional. Esta precariedade econômica é assim um conjunto de problemas mais antigos encontrados em sua origem a partir da história colonial do Haiti (séculos XVII e XVIII) com as explorações dos recursos, o isolamento do país no hemisfério continental americano, a presença de uma elite predadora (mulatos crioulos e os estrangeiros) que paralisaram o sistema e levaram uma situação caótica na perspectiva de desempenho econômico. Em outros termos, os antecedentes econômicos e políticos anteriores assimilaram as desvantagens na construção dos valores republicanos (após a liberalização escravidão) e as

⁴⁰ A má governança reúne todas as práticas institucionais e administrativas (econômicas, políticas e sociais) prejudiciais em torno das quais as medidas decisórias estatais são mais desfavoráveis através às políticas tramadas de origem diversas (endógeno ou/e exógeno) o que enfraquece as institucionais. Ela leva em conta o índice de instabilidade política, o índice de desigualdade social, a disparidade social e a discriminação que caracteriza-lo etc. Em outras palavras, ela é em desacordo com os critérios definidos pelo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) relativo ao nível de acumulação de capital humano, a qualidade da educação e da saúde que cresce o nível de precárias e medíocres. Enfim, a má governança é, portanto, a fonte da extrema pobreza particularmente o País em Desenvolvimento (PED), também, a base da má distribuição de riqueza que é responsável pela desigualdade, pela exclusão social.

instabilidades econômicas, mas também prejudicaram o fortalecimento institucional e a liberalização econômica.

De fato, esta realidade econômica circunscreve-se no quadro de uma paralisia governamental (fraqueza institucional, ausência de uma gestão eficaz dos recursos, uma administração pública não produtiva) gravíssima caracterizada, e historicamente ordenada, em um padrão de ingerências delicadas na política econômica. Um conjunto de medidas mais desfavorável para a administração pública na prestação de serviços públicos que, atualmente, reduzida em uma simples expressão do provedor de emprego sem promover de novas perspectivas de fortalecimento institucional. Assim como, levanta-se a questão da honestidade, integridade e a baixa produtividade dos funcionários públicos que enfrentam os grandes desafios do Estado nessas funções de regulador e de redistribuição de bens e de serviços públicos. Portanto, o Estado como regulador do bom funcionamento das instituições se confronta com um dilema de governabilidade em razão da gravidade da corrupção. Por consequência, a questão dos grupos de negócio e de interesses políticos, o enriquecimento do setor privado e a privatização de algumas empresas públicas afetaram negativamente o bem-estar coletivo e aumentaram as riquezas de um grupo bem particular da burguesia e alguns funcionários públicos.

4.1 O funcionamento da economia fora da conformidade dos acordos comercial

Os princípios de OMC sobre o comércio agrupam os pontos fundamentais do sistema de comercialização multinacionais associados às normas industriais e de segurança dos produtos e, as normas de funcionamento dos mercados por um comércio sem discriminação. De maneira geral, ele tem como responsabilidade controlar os acordos, servir como catalisador das negociações comerciais, arbitrar as disputas comerciais entre estados, monitorar as políticas comerciais nacionais e, fornecer uma assistência técnica e treinamento para os países subdesenvolvidos pelos respeito das regras de comercializações. Por consequência, isso supõe um conhecimento do processo de liberalização progressiva de negociação, o desenvolvimento de mecanismo de previsibilidade graça à dinâmica de consolidação e de transparência para promover um nível de concorrência justa no sentido de encorajar o desenvolvimento e o

fortalecimento econômico. Constatamos claramente que esses critérios não chegam melhorar o desempenho econômico em razão do não respeito dos critérios de comercializações definidos em conformidade à política comercial adotada.

O procedimento de comércio (importação e exportação) no Haiti é definido pelo código aduaneiro 1987 e outros regulamentos jurídicos para definir um guia de exportação e importação na administração aduaneira. Para facilitar o comércio com o resto do mundo, Haiti tem portos internacionais no departamento Oeste e no Norte com as instalações portuárias regionais tendo certificação temporária. Porém, apesar das medidas tomadas pelas autoridades públicas para estabelecer as ordens de incitação o comércio através da criação do Código dos Investimentos (CDI) de 2002, Lei de 2002 sobre as Zonas Francas (LZF) e Lei de 2009 sobre os Parques Industriais para valorizar os ramos de atividades (agricultura, indústria, turismo) a situação do comércio fica simples pior.

Quadro 3: As principais vantagens incitativas sobre a produção e o comércio.

Tipo de benefício	Disposições gerais	Elegibilidade
Franquia aduaneira e imposta	1- Exoneração total sobre os bens de equipamentos e de materiais necessárias para a implantação e a exploração da empresa. 2- 20 anos de exoneração de matérias-primas importados pelas empresas industriais; 3- Renúncia de depósito de garantia pelas importações em admissão temporária.	Empresas implantadas em zonas francas (LZF) Empresas aprovadas de acordo com CDI.
	Importação de bens de capital e materiais necessários para a implantação e o funcionamento da empresa.	Empresas de montagem e acabamento que trabalham exclusivamente para exportação (LPI).
Exoneração do imposto sobre a folha de pagamento e outros impostos internos.	Exoneração por um período não superior a 15 anos.	Empresas aprovadas de acordo com CDI.
Exoneração do imposto sobre a renda.	10 anos de exoneração pelos rendimentos auferidos dos investimentos em zonas francas.	Empresas implantadas em zonas francas (LZF).

Exoneração da CFPB.	Exoneração por um período não superior a 15 anos.	Implexas implantadas nos parques industriais.
Isenção de impostos municipais (exceto o direito fixo de patente).	Exoneração por um período não superior a 15 anos.	Empresas Implantadas em Zonas Francas (LZF).

Fonte: Organização Mundial do comércio, 2016.

As alternativas incitativas tomadas pelos governos constituíram como uma fonte importante de perdas de rendimento pelo Estado porque, a importação apresenta uma grande proporção na economia – o que provocou uma isenção de 12,1 bilhões de gourdes (moeda oficial do Haiti), seja 4,1 % do PIB em 2011 (OMD, 2016). Em razão dos problemas de infraestruturas e de controle interno, os portos são vítimas de diferentes sortes de alegações ligadas ao contrabando em cumplicidade entre os importadores e as autoridades aduaneiras, assim como as franquias aduaneiras (industrial e não industrial) beneficiárias dos grandes importadores. Na verdade, as formalidades para importar os bens são claramente definidas pelo código 1987, todavia alguns critérios de importações não industriais aplicados pelas diferentes instituições (Organizações Não Governamentais, instituições internacionais e religiosas, órgãos governamentais) ou as pessoas físicas (diplomatas) na aquisição dos bens e equipamentos no decorrer de sua operação são usados em benefício de alguns importadores em razão dos diferentes problemas administrativos ao nível de ADG. Pela categoria de franquia industrial aplicação ao Código de Investimento (CI), isso oferece o Privilégio desfrutado por algumas empresas em quais os projetos de investimento são aprovados à Comissão Interministerial de Investimentos (CII) que, para tanto, facilita a exoneração total do imposto de renda em um período não superior a 15 anos consecutivos, assim como a exoneração na importação de bens, equipamentos e materiais necessários para a instalação, operação e produção da companhia (Art. 29, 31, 35 e 38 CI).

4.2 O problema de governança pública na tomada de decisão de política econômica no Haiti.

A noção de governança pública é uma expressão comumente usada para expressar a gestão do estado na qualidade das instituições para contribuir no desenvolvimento econômico de um país. De modo geral, a governança engloba as normas, as tradições e as instituições em que um país exerce sua autoridade sobre os bens comuns assim como, refere-se ao modo como os recursos econômicos e sociais são gerenciados (Banco Mundial, 2000). Na literatura, esta noção de governança poderia se traduzir por uma dupla conotação (boa ou ruim) quando analisamos os resultados das diferentes medidas tomadas pelos atores públicos nas decisões de política econômica. No contexto haitiano, desde as três (3) últimas décadas o problema de governabilidade leva uma compreensão muito complexa ao ponto que a má governança se tornou como uma atividade recorrente.

Diversas abordagens são adotadas visando uma maior compreensão da evolução desse conceito. Em primeiro lugar, os constrangimentos na remodelação das políticas de gestão pública para enfrentar os desafios do desenvolvimento também, a incapacidade do governo de administrar eficazmente os recursos públicos para programar as políticas de relevantes econômicas. Em segundo lugar, as dificuldades do poder público no exercício de controle do funcionamento das instituições públicas para banalizar os recursos disponíveis ao desenvolvimento econômico e social. Nessa consideração, o problema de governabilidade no Haiti é tributário à trilogia da má governança econômica, política e social.

A dimensão econômica agrupa as principais preocupações de um Estado na sua incompetência de garantir o bem-estar coletivo através de uma política de recuperação econômica no sentido de desenvolver uma perspectiva de crescimento sustentável. Ainda mais, isso se aponta uma atitude irresponsável no que diz respeito às regras operacionais da ação governamental no setor comercial para assegurar uma gestão sólida, transparente e eficiente na vida econômica para combater efetivamente a corrupção. No entanto, a governança econômica no Haiti não defende o princípio estabelecido em favor de um sistema fiscal e tarifário transparente e um padrão eficiente no funcionamento do mercado. Consideramos também, nesse sentido, os fatores nocivos à integridade do sistema monetário e financeiro capaz de manter um

equilíbrio econômico ainda mais, fomentando um ambiente de negócios capaz de facilitar o investimento sustentável e as regras que regem o funcionamento do mercado.

Os controversos modos de atuação na governança política atribuída ao não respeito das prerrogativas governamentais para programar um sistema capaz de garantir a boa gestão das instituições, garantir o respeito dos princípios democráticos e a aplicação dos direitos fundamentais. Isso ligada também à incapacidade de criar um sistema judicial transparente e justo na ideia de programar os princípios do Estado de direito. A partir disso, as consequências da má governança econômica e política desenvolveram diversas repercussões sobre a capacidade de resolver os problemas sociais no sentido de diminuir o grau de extrema pobreza e a dependência externa. Além desses problemas, a dimensão de governabilidade em Haiti leva a um grau de complexidade extrema na tomada de decisão errada no modo de gestão dos recursos públicos. Portanto, essas consequências desenvolveram uma forma de governança prejudicial ao investimento e ao crescimento econômico – o que influencia negativamente na questão da acumulação do capital, a qualidade da educação e da saúde que são cada vez mais precárias.

O problema institucional atual suscita de grande debate na sociedade civil, no governo e na comunidade internacional em razão da extensão da corrupção que praticamente afeta toda a administração pública. Apesar das medidas administrativas tomadas através da assinatura da Convenção Internacional Contra a Corrupção (CICC) em 2000; a criação de Unidade de Luta Contra a Corrupção (ULCC) em 2004, a intervenção da Convenção das Nações Unidas Contra a Corrupção (CNUCC) em 2007 e a última lie 2014 sobre a corrupção a situação fica ainda pior. Os resultados dos relatórios anuais da “*Transparency Internacional*”⁴¹, a pesquisa realizada pelo Escritório de Pesquisa em Informática e em Desenvolvimento Econômico e Social (BRIDS) em 2005 e os diferentes trabalhos periódicos de ULCC confirmaram que a corrupção intensifica mais a gravidade institucional. Os casos de corrupções registrados são ligados com o abuso de bens públicos, enriquecimento ilícito, lavagem de dinheiro, tráfico de influências, nepotismo, atribuição ilegal contratos públicos, conflito de interesses ULCC (2013).

⁴¹ A Transparência Internacional é um movimento global que tem uma visão: um mundo no qual governos, empresas, a sociedade civil e a vida das pessoas sejam livres de corrupção.

Quadro 4: Índice de percepção da corrupção no Haiti.

Ano	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
IPC	14	18	22	19	19	19	19	17	20	22	20
Ranking	177 ^a	168 ^a	146 ^a	175 ^a	165 ^a	163 ^a	161 ^a	158 ^a	159 ^a	157 ^a	161 ^a

Fonte: *Tranparency international.*, 2019.

De um lado, o resultado de *Tranparency interntional* traduz uma situação de corrupção extrema porque, os valores são mais próximos de zero e o ranking sempre fica na categoria dos países mais corruptos. Esses relatórios anuais classificaram que Haiti fica como o país mais corrupto na Caribe – daí, isso é uma pergunta mais tratada no debate atualmente. De outro lado, uma pesquisa realizada por ULCC em 2013 afirmou as grandes razões da corrupção e apontou cada um deles em termo de proporção para uma maior compressão da evolução sistêmica da corrupção.

Quadro 5: Análises das causas da corrupção no Haiti.

As razões explicativas da corrupção no Haiti.	%
Ausência de um sistema eficaz de denúncia da corrupção.	82,90
Insuficiências de salários dos empregadores do setor público.	81,72
Ausência de um sistema judiciário independente e eficaz.	77,18
Ausência de um processo político transparente e responsável.	75,11
Ausência de um sistema de meritocracia como motivação dos servidores públicos.	64,01
Ausência de mídias independentes e eficazes.	62,32
Razões culturais: oferecimento ou promessa de vantagem indevida.	56, 22

Fonte: (ULCC), 2013.

É importante mencionar os constrangimentos vinculados na aplicação das leis sobre o fortalecimento e a modernização da função pública. Em primeiro lugar, as leis de 1996 administradas a modernização das empresas públicas e os trabalhos recentes de Office

Gerenciamento de Recursos Humanos (OMRH) respectivamente em 2015 e 2018. Em segundo lugar, a criação do Escritório de Monetização dos Programas de Ajuda o Desenvolvimento (BMPAD) em 2006, a Comissão Nacional de Compras Públicas (CNMP) em 2009, a Inspeção Geral das Finanças – (IGF) em 2006 e as regulações gerais da contabilidade pública em 2015 como órgãos de controles para uma coordenação ótima da finança pública.

Em terceiro lugar, destacam-se os decretos sobre a organização e a função do Tribunal Superior de Contas e Contencioso Administrativo (CSC/CA) em 2005 como um órgão de controle financeiro e contencioso administrativo para um auditoria de qualidade e desempenho (constituição, 1987)⁴². Por fim, os trabalhos realizados pelo Poder Legislativo através das comissões de anticorrupções, a implicação do Poder Judiciário com a criação da Unidade Central de Informações Financeiras (UCREF) em 2001 e o Conselho Superior do Poder Judiciário (CSPJ), a reforma administrativa fica ainda em uma situação bastante delicada. Em outros termos, Apesar da criação dessas instituições e o fortalecimento de algumas outras, as autoridades públicas não chegam a um clima de transparência e de eficiência na administração para resolver os problemas da corrupção.

É evidente que a administração pública haitiana se viu confrontada com um dilema ao nível das responsabilidades estatais relativos com os crimes financeiros e branqueamento de dinheiro. Além disso, a prática política tradicional usada caracteriza-se por um fenômeno de polarização e de exacerbação do poder a ponto de que as consequências são mais delicadas para o desempenho econômico. As ineficiências das instituições de controle como ULCC, UCREF, IGC, CSC/CA são os corolários do desrespeito das normas de contabilidade pública e o não respeito das leis de compras públicas. No entanto, devem ser apontadas as violações das leis de finanças públicas (desafetação, desvio de fundos) e a violação das leis à renovação de pessoal administrativo (sem meritocracia, o envelhecimento do pessoal, desajustamento à nova tecnologia) são assim as consequências da degradação administrativa. As influências do sistema

⁴² A constituição 1987 art. 200, 200.1, 200.4, respectivamente, apresentaram o Tribunal Superior de Contas e Contencioso Administrativo como uma jurisdição financeira, administrativa, independente e autônoma. Conhecem os litígios envolvendo em relação o Estado e as autoridades locais, a administração e funcionários públicos, os serviços públicos e cidadãos. É também responsável pelo controle administrativo e jurisdicional das receitas e despesas do Estado, pela verificação da contabilidade das empresas estatais e também das autoridades locais. E participa, também, na preparação do orçamento e consultado todas as questões relacionadas na legislação sobre finanças públicas e sobre todos os projetos de contratos, acordos e convenções de natureza financeira e comercial que o Estado é parte. Ademais, tem também o direito de realizar auditorias em todas as administrações públicas.

político (nepotismo, de populismo, de clientelismo) provocou um sistema mafioso que controla e influencia a quase totalidade das decisões públicas. Em resumo, os obstáculos na gestão dos recursos (eficácia e eficiência), a complexidade nas regras de conformidades e de fiabilidades nos registros contábeis públicos são, entre outro, as principais fontes da corrupção.

4.3 A repercussão do enfraquecimento institucional sobre o desequilíbrio econômico

O grau de vulnerabilidade econômica não é apenas um problema de baixa produção, mas também um conjunto de dificuldade ligada à instabilidade política, às catástrofes naturais e às flutuações da economia mundial. As dificuldades constatadas na gestão pública refletem uma tendência mais precária através das diferentes escolhas governamentais na mudança de política fiscal (o acrescentamento da base de taxação sobre os impostos diretos e indiretos), bem como a fraqueza de mobilidade das receitas internas em relatório às dificuldades encontradas na fiscalização comunal. Isso desenvolve uma grande dependência das taxas coletadas sobre a importação e as transferências bem como, a generosidade das parceiras internacionais para crescer as receitas fiscais do governo.

A dimensão econômica do Haiti é constituída como uma sorte de desvantagem de intercâmbios entre os parceiros e as dificuldades de infraestruturas bem como, a baixa disponibilidade de financiamento e as normas estandardizadas da produção em termo de segurança sanitária dos produtos. Em consequência disso, uma parte importante da produção que deveria ser exportada é desperdiçada, outra parte destinada ao consumo local – o que diminui a competitividade do comércio dos bens no mercado internacional. As grandes dificuldades do funcionamento do mercado paralisaram as perspectivas comerciais em longo prazo porque, as medidas de curto prazo associadas com a diversificação dos ramos de atividades e o processo de criação das riquezas para melhorar os valores adicionados do comércio não são conformes ao mecanismo de desenvolvimento econômico.

De fato, a criação de nova estratégia capaz de reorganizar o modo de funcionamento do mercado através de novas leis para redefinir o papel de mercado (comportamento dos atores e

modo de negociação), pesquisar novos acordos mais acomodados (outras canais mais rentáveis para aumentar a capacidade de exportação) com a realidade econômica é muito importante para beneficiar as vantagens do comércio. Portanto, a aplicação de alguns princípios do comércio para reorganizar o ambiente institucional destinado à elaboração das políticas comerciais e as prestações dos serviços, melhorar a cooperação interinstituição (local, regional), a implicação do setor privado na criação das riquezas e empregos são primordiais para fortalecer a capacidade de negociação entre os parceiros e a colaboração das empresas internacionais no desempenho econômico.

Em um trabalho realizado em 2009, o resultado mostrou os grandes desafios das empresas para fortalecer as produtividades da economia. Os empresários afirmaram que a fraqueza institucional, a ausência de mão de obra qualificada, as restrições de acesso ao crédito, os procedimentos jurídicos pesados e a fraqueza do sistema judiciário são os principais pesos sobre a economia (Grupo do Banco Mundial, 2013).⁴³ Os outros fatores que influenciaram a fraqueza de competitividade são também ligados à emergência do monopólio e oligopólio das empresas sobre o mercado local, ausência de cadastro, o problema de transferência de propriedade e a fracasso do setor do seguro são também contribuídos para o grau de vulnerabilidade da produção.

Para entender mais os grandes desafios do sistema econômico, o relatório intitulado zona econômica integrada, análise do mercado realizado pela Sociedade Financeira Internacional (SFI) em 2011, listou alguns fatores que têm um impacto negativo sobre ao clima de negócios (GBM, 2013). Esses fatores têm um impacto considerável sobre todos os indicadores macroeconômicos, sobre o investimento global bem como sobre o consumo e a demanda global em razão do baixo rendimento das empresas para explicar o grau de desequilíbrio estrutural que necessitam um tratamento particular. Abaixo, esses fatores se apresentam assim;

⁴³ Esse trabalho foi realizado para fortalecer a competitividade e promover a diversificação no Haiti. Esse trabalho referrou-se com o Estudo Diagnostico sobre a Integração do Comércio (EDIC) realizou em 2009 sobre os grandes desafios do funcionamento das empresas no processo de crescimento econômico.

Quadro 6: Os fatores desvantajosos ao desempenho econômico.

Os grandes desafios do sistema econômico
1- Complexidade dos procedimentos de constituição e registro das empresas
2- Falta de um sistema formal de títulos fundiários e registro de propriedade
3- Administração aduaneira muito complexa,
4- Custo proibitivo e disponibilidade limitada de terra viabilizada, a falta de infraestrutura e serviços públicos.
5- Ausência de um código de construção moderno,
6- Falta de mecanismos efetivos de mediação e arbitragem internacional,
7- Salvaguardas insuficientes para a proteção dos direitos de propriedade privada dos investidores;
8- Normas jurídicas regulamentárias e institucionais fragmentadas e disfuncionais para as zonas francas, os parques industriais e do investimento no Haiti;

Fonte: (Grupo Banco Mundial, 2013).

Esses trabalhos apresentaram a quase totalidade de complexidade existente no ambiente econômico do Haiti e, permite também uma nova compreensão do nível ineficaz do sistema neoliberal. As medidas de hostilidade tomadas pela Administração Geral das Alfândegas (AGD) sob a diretiva do Ministério Comércio e de Indústria (MCI) para diminuir as pautas de direitos alfandegários (taxa de importação, imposto sobre o volume de negócios) dos grandes importadores têm um impacto negativo sobre a produção local e as receitas do Estado. O mecanismo do livre mercado impostado pelas instituições internacionais (BM, FMI) eliminou a quase totalidade das barreiras tarifárias alfandegárias para facilitar a importação e destruir a estrutura de produção interna ainda mais, aumentar a dependência exterior para compensar a demanda dos bens de consumo.

4.4 Os grandes desafios financeiros ao desempenho econômico

Para entender os desafios de financiamentos, isso leva em consideração uma análise profunda do Investimento Direto Estrangeiro (IDE), os empréstimos públicos e a evolução do

indicador “*Doing Business*”⁴⁴ como fator incitativo do clima de negócio. Também, alguns indicadores subjacentes como Índice de Liberdade Econômica (ILE), os risco políticos, o Índice de Controle da Corrupção (ICC), e o Índice de Notação Financeira (INF) são assim importantes. No contexto haitiano, cada um dos indicadores apresenta uma tendência bem complexa em razão das diversas situações de crises políticas recorrentes. As informações em baixas sobre o indicador *Doing Business* traduzem cada vez uma perda de ranking.

Quadro 7: A evolução do indicador *Doing Business* do Haiti.

Ano	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Ranking	151 ^a	166 ^a	174 ^a	177 ^a	177 ^a	179 ^a	180 ^a	181 ^a	181 ^a	182 ^a

Fonte: Banco Mundial, 2018.

O baixo resultado do indicador *Doing Business* traduz principalmente por uma flutuação de algumas variáveis subjacentes, quer dizer, esta posição ocupada traduz simplesmente por um conjunto de medida ineficaz para facilitar o investimento sobre 185 países. De um lado, o Índice de Liberdade Econômica (ILE) acusou um valor médio de 50 % (Banco Mundial, 2018) no mesmo período – o que explica uma baixa acessibilidade dos potenciais investidores estrangeiros sobre o mercado. Consideramos também a posição do Haiti como país mais corrupto na região da América bem como o risco de instabilidade política como duas variáveis responsáveis às crises institucionais. De outro lado, O Índice de Notação Financeira (INF) que tomada em consideração o risco de solvabilidade do Estado no reembolso os empréstimos e os riscos do mercado financeiro através dos fluxos de capitais que circulam na economia. Em outros termos, as degradações desses variáveis têm como consequências diminuir mais as possibilidades de desenvolver as atividades de empreendedoras na economia.

O mecanismo de endividamento leva em consideração as características relacionadas com a origem dos fundos, os critérios de concessão dos empréstimos, a evolução do estoque da dívida e sua utilização na economia. Esta iniciativa tomada pelas autoridades haitianas inscreve-se em

⁴⁴ Indicador lançado em 2002, o projeto *Doing Business* examina as pequenas e médias empresas nacionais e analisa as regulamentações aplicadas a elas durante o seu ciclo de vida. Assim, este estudo serve de ferramenta para se medir o impacto das regulamentações sobre as atividades empresariais ao redor do mundo.

uma dinâmica política para desenvolver as parcerias com as instituições financeiras (bilaterais e multilaterais) no sentido de fortalecer a capacidade financeira interna e manter um saldo comercial excedente. As medidas preventivas do empréstimo externo foram tomadas para contrabalançar os problemas financeiros internos herdados do enfraquecimento das principais fontes de recursos exportáveis da época e outros problemas financeiros subjacentes que deterioraram o PIB local. A dívida pública total (bilateral e multilateral) mencionada cima apresenta assim:

Quadro 8: Estoque da dívida externa em Milhões dólares americanos (US\$ Milhões).

Série	1970	1980	1990	2000	2008	2012	2015	2018
Estoque do endividamento	43	358	916,81	1172	1884	1049,1	1981,5	2121,8

Fonte: Banco Mundial, 2009; Banco Central do Haiti, 2018.

Esta tabela mostra que os empréstimos externos acumulados pelo Haiti de 1970 a 2018 cresceram bastante, ou seja, de um valor de US\$ 43 milhões em 1970 passaram a representar US\$ 2121,8 milhões em 2018. A flutuação acima do empréstimo exterior traduziu-se em uma forte contribuição dos credores internacionais porque as condições políticas e econômicas não foram reunidas para acreditar no sistema de empréstimos exterior. Em 1980, a dívida total (externa e interna) estava de US\$ 320 milhões (FMI, 2005), passou de US\$ 750 milhões em 1986, de US\$ 1,4 bilhões em 2005 (FMI, 2005) e um valor aproximadamente de US\$ 3,1 bilhões em 2018. Em 2009 o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o FMI como os maiores credores a parceira multilateral da dívida externa com respectivamente US\$ 417,5 milhões e US\$ 165,6 milhões. A participação do Banco Mundial é de US\$ 38,8 milhões em 2018 (Ministério Economia e Finanças, 2018).

Esta dívida cumulativa associada com aos empréstimos excessivos sem ser em medida de garantir o reembolso no vencimento também, a má utilização dos fundos que deveriam destinar ao desenvolvimento econômico e as fraquezas institucionais como fatores explicativos de todas as malversações administrativas. Um conjunto de preocupações permitindo-nos analisar o comportamento das autoridades neste período a partir das prioridades governamentais que concentraram sobre a aquisição de bens e serviços de luxo e as alocações sociais em programas

de saneamento das pessoas mais vulneráveis sem promover investimentos nos projetos sustentáveis para estimular a produção.

Nesse mesmo período, os valores significativos foram utilizados para o pagamento do serviço da dívida. Esse quadro abaixo traduz a evolução de pagamentos do serviço da dívida.

Quadro 9: Serviço da dívida pública em milhões dólares americanos (U\$ Milhões)

Série	1970-1980	1981-1990	1991-2001	2001-2007	2008-2010	2011-2014
Serviço da dívida.	164,6	439,4	350,9	418,5	91,16	30,63

Fonte: Banco Mundial, 2009; Banco Central do Haiti, 2014.

O que é mais interessante, desde o regime da ditadura (1971-1986), o processo de pagamento do serviço da dívida externa acusou um ritmo crescente. Os dados mostraram em 1986 um valor de \$ 900 milhões foi confiscado pelo governo da época e um pagamento de U\$ 52,7 milhões como acúmulo 1996 a 2003 (BENEDIQUE, 2010). Apesar do pagamento consecutivo do serviço da dívida, constatamos um aumento cumulativo do valor da dívida, o serviço e a poupança da dívida. Este aumento gradual não correspondeu a novos empréstimos, mas uma cumulação do valor principal, da poupança e do serviço da dívida.

Após cada empréstimo os credores recuperam a maioria dos valores emprestados através das empresas multinacionais, os especialistas designados para controlar a gestão dos fundos e a aquisição da quase totalidade de materiais necessários nos países recuperados para explorar os recursos disponíveis. Portanto, os empréstimos não são realmente destinados à criação de riquezas para melhorar o desempenho econômico que poderiam servir para o pagamento sucessivo em longo prazo. Haiti não foi excluído do círculo vicioso da dívida – o que obriga de novo empréstimos para cobrir os empréstimos anteriores e agravar mais a situação de endividamento público.

O empréstimo como instrumento que deveria constituir o estímulo econômico é mais delicado porque esta escolha da política estratégica utilizada pelo Haiti na tomada de decisões econômicas é ineficaz. Para este propósito, ele é na primeira vista considerado como um portfólio de ativos de um governo capaz de aumentar a capacidade de financiamento econômico,

mas transforma-se como uma desvantagem através da má gestão administrativa associada. Também, é claro que o empréstimo serve como um apoio financeiro na programação de projetos capaz de preencher os desequilíbrios econômicos para alguns, respeitando os princípios que regem a gestão financeira pelas instituições competentes dentro da administração. Em outras palavras, o empréstimo fortalece a capacidade provisional do Estado para cobrir as restrições orçamentárias e também permitiu consolidar seus compromissos com as necessidades e exigências financeiras. Algumas vantagens não oferecidas com os países mais pobres particularmente o caso do Haiti desde sua integração no programa de empréstimos externos.

Se nós compararmos as duas tabelas, observaremos uma variação quase inversa entre a dívida total e o serviço da dívida, que dizer; à medida que a dívida total aumenta; o serviço diminui consideravelmente – um postulado bem contrário ao pagamento da dívida. Desde 2013, a tendência apresentou um ritmo decrescente – o que pode ser entendido como um pagamento de um valor estimado com 169 milhões gourdes (MEF, 2018) como serviço da dívida. Esta situação encontra sua origem nos vários problemas administrativos e institucionais na gestão dos fundos destinados ao investimento sustentável. Também, os problemas logísticos relativos com os gastos inúteis na compra e aluguel de carros de luxo, viagem sem importância, aluguel dos prédios pelas instituições autônomas e desconcentradas e, o pagamento de nova residência oficial pelos altos dignitários da república. Portanto, os gastos governamentais apontaram assim:

Quadro 10: Evolução dos gastos governamentais no Haiti em uma base de 100.

Ano	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Gastos governamentais	93,20	93,82	91,30	90,10	83,30	66,30	66,30	76,20	76,40	81,00

Fonte: Heritage foundations/ Banco Mundial, 2018.

A tendência próxima de cem (100) traduz simplesmente que o gasto público apresenta uma baixa proporção no PIB, quer dizer, o gasto de funcionamento é mais importante que o gasto de investimento – uma das consequências da fraqueza desempenho econômico. Após os gastos públicos, é importante também analisar o relatório dos investimentos público-privados no sentido de desenvolver uma maior compreensão da fraqueza dos gastos de investimentos na economia.

Quadro 11: Relatório dos investimentos público-privados em Haiti.

Ano	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2006	2008	2009	2010
Relatório	11,50	8,10	8,10	12,20	13,40	18,70	24,90	24,90	24,90	24,90	24,90

Fonte: Cato Institute/ Banco Mundial.

Esses resultados mostram que o investimento público é pouco significativo no investimento total. As duas considerações mostraram claramente a existência de um grau de complexidade no investimento para melhorar o desempenho econômico. Em outras palavras, existe uma forte importação associada com um baixo investimento produtivo que provocaram um duplo efeito sobre a PIB. Outros aspectos determinantes são entendimento às grandes dificuldades para aumentar a produção supõe uma compreensão sobre a evolução do Índice Global de Competitividade (IGC) como um dos indicadores responsáveis pelo baixo investimento da economia. Além disso, vamos analisá-lo graficamente, bem como as suas consequências para entender mais os fatores explicativos da incapacidade financeira do Estado, as razões prejudiciais para pesquisar novos credores no “mercado dos fundos para empréstimos”⁴⁵ e a incapacidade de crescer o padrão de credibilidade aos credores internacionais.

Quadro 12: Índice de Competitividade Global do Haiti.

Ano	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Valor	2,9	2,9	3,1	3,14	3,18	35,75	36,45
Ranking	141 ^a	142 ^a	143 ^a	137 ^a	134 ^a	133 ^a	138 ^a

Fonte: World Economic Forum? Banco Mundial., 2018

A evolução de *Global Competitiveness Index* como variável que agrupa a dimensão econômica (estabilidade macroeconômica, mercado do trabalho), os indicadores sociais (saúde, educação) e a dimensão institucional (direito de propriedade) não traduzem uma tendência significativa visto que o ranking fica na categoria dos países menos competitivos. Fora dos indicadores

⁴⁵ O mercado de fundos para empréstimos é, em economia, mais especificamente em macroeconomia, o mercado regido pela lei da oferta e da demanda onde todos os poupadores depositam suas economias e onde todos os tomadores de empréstimos visam os fundos. A diferença entre a poupança e o investimento de um país economicamente aberto é igual os valores da balança comercial. Nesse mercado, a taxa de juros é tanto a remuneração da poupança quanto o custo do empréstimo.

institucionais, os parâmetros ligados à instabilidade macroeconômica e a taxa de desemprego impactam negativamente sobre o desempenho econômico, assim como o fraco de recursos humanos qualificados é também responsável o padrão de precariedade da produção. Esses antecedentes provocam um clima desfavorável para o investimento, paralisaram as instituições de financiamentos (banco de investimento, banco de desenvolvimento, instituições de crédito) que determinem o nível de produção para o crescimento sustentável e de prosperidade em longo prazo.

4.5 As consequências da privatização das empresas sobre a estrutura da economia

Para integrar o sistema neoliberal, a privatização das empresas tinha uma exigência das instituições *Bretton Woods* que visando uma reforma integral da economia a partir do programa de modernização das empresas públicas Bastien (2016). O neoliberalismo que exaltou um sistema do Estado mínimo para uma maior orientação do mercado foi adotada no Haiti nas décadas 1990 e, notificou em 2000 a ausência das empresas comerciais do Estado na economia (OMC, 2000). Esse mecanismo inscreve-se no quadro de limitar a interferência política na gestão de negócios públicos; criar um ambiente favorável ao investimento e facilitar o desenvolvimento de infraestruturas e incentivar a concorrência. Isso necessita a criação de quadros legais e regulamentares em todos os setores envolvidos na modernização da modernização (água, porto, eletricidade, telecomunicações, aeroporto), mais também eliminar as distorções e restaurar a verdade dos preços enquanto permitindo a utilização ótima dos recursos.

Esta iniciativa foi aplicada a partir da lei de modernização das empresas criada pelas autoridades haitianas que definiram as modalidades de desprendimento do Estado dessas empresas em 1998. Todavia, a privatização não estava integral porque, essa lei confere com o Estado a possibilidade de concessões que define alguma proporção no financiamento de diversas empresas. Na verdade, Haiti não se beneficiou realmente dessas iniciativas em razão das turbulências políticas que paralisaram as atividades econômicas, a fraca medida de garantir um sistema de mercado efetivo e a fraqueza procedural no regulamento de criação e de funcionamento das empresas. Em outro termo, o problema de instabilidade política e a

deterioração das empresas comprometem às condições necessárias para um ambiente propício ao desenvolvimento da infraestrutura viável pelo levantamento da economia.

Quadro 13: Situação de privatização de algumas empresas haitianas em 2015.

Empresas	Campo de atividades	Porção do Estado	Situação de modernização
Moinho de farinha do Haiti;	Produção de farinha e farelo de trigo	30 %	Privatizada em 1998
Fábrica Nacional de Cimento, TELECO) em NATCOM	Produção de cimento	31 à 84 %	Privatizada em 1999
	Telecomunicação	40 %	Privatizada em 2010

Fonte: OMD, 2016.

Bastien (2016) explicou, de um lado, que a privatização de algumas empresas públicas ofereceu um aumento substancial do rendimento do Estado em termos de taxas e dividendos. Atualmente exceto o campo de telecomunicação que oferece algumas vantagens, as outras empresas privatizadas não realmente contribuem para o valor acrescentado da economia – têm algumas outras quase inexistentes ainda. De outro lado, as outras empresas públicas não privatizadas que deveriam ser a fonte de riquezas estatal constituíram um cargo pela administração pública. Em outros termos, este fenômeno de privatização desenvolveu uma dupla implicação sobre a administração pública, ou seja, um baixo rendimento das empresas privatizadas e uma perda considerável das empresas não privatizadas que, às vezes, obrigam os governos de compensar as perdas.

Quadro 14: A situação das empresas estatais não privatizadas no Haiti.

Empresas	Campo de atividades	Porção do Estado	Situação de modernização
Eletricidade do Haiti ED'H	Produção, distribuição, e comercialização da eletricidade.	100%	Subcontrato de gestão
Autoridade Portuária Nacional (APN)	Regulação e prestação de serviços portuários.	100%	Reforma em curso para a divisão da atividade reguladora e prestação de serviços portuários
Autoridade Aeroportuária nacional	Criação e exploração de instalações aeroportuárias	100%	-

Fonte: OMD, 2016.

Haiti foi o primeiro país eletrificado do Caribe, o que ocorreu em 1912, embora atualmente enfrente um sério problema em termos de capacidade de cobrir a demanda de energia. A Estatística da empresa pública de energia no Haiti (Eletricidade do Haiti -ED'H) afirmou que menos de 30 % da população tem acesso à eletricidade, sejam 5 % da população rural. Os custos de eletricidades são mais altos na região do Caribe assim, uma variação mais instável e de cortes frequentes apesar do subsídio de custos de produções e de distribuições por Estado. Essa instituição pública não é em medida de melhorar a qualidade de serviços oferecidos e incapaz de cobrir as demandas no setor industrial, residenciais (público e privado), setor terciário (transporte, comércio, telecomunicação) e o setor primário (pesca, agricultura). Como empresa reguladora (responsável de Produção, de distribuição e de comercialização), não chega a uma capacidade ótima para satisfazer a demanda integral das empresas de produção e a demanda de população em particular. Esta baixa capacidade de produção tem como consequência sobre os serviços a terceirização da economia, diminui a possibilidade de criação das empresas e uma baixa qualidade de serviço de telecomunicação.

Em termos de infraestrutura energética, não há uma rede nacional de transporte de eletricidade capaz de fortalecer a capacidade de produção porque, os custos são mais elevados para modernizar a instituição elétrica e o desenvolver o mecanismo de fortalecimento desse sector. Apesar das diversas parceiras público-privadas com algumas empresas privadas (E-power, Sogener, Haytrac) e de manutenção de algumas pequenas redes regionais, a questão de produtividade fica sempre complicada. Por consequência, este problema de eletricidade desenvolveu efeitos gravíssimos sobre a industrialização da economia – o que atrasa a capacidade de produção, de comercialização e diminui a incitação ao investimento.

Além da complexidade da questão que envolve a eletricidade, a questão do transporte (terrestre, marítimo) dentre outras relacionadas à infraestrutura, é também afetada negativamente pela pouca capacidade da competitividade econômica. Nesse sentido, as infraestruturas rodoviárias têm um impacto considerável na produção local porque, a integração no processo de produção de grande escala exige de infraestruturas (estrada, drenagem, irrigação) adequadas. Ademais, os problemas de acessibilidades nas zonas de produção (os redes rodoviárias em mau estado), a existência de uma extrema dependência de acesso de transporte em termo de custos e a frequência do trajeto em função da distância das zonas de produção pela aquisição dos bens

afetaram a produtividade. Isso provoca uma perda enorme de produção e de comercialização em razão da fraqueza de capacidade de transporte rápido dos produtos de exportação e de consumo local. Em outros termos, esta forte deterioração das redes rodoviárias, as dificuldades de embalagem (frutos e legumes) e a utilização inapropriada do transporte (caminhão, outros veículos) dos bens provocou uma perda considerável na escala de produção interna.

4.6 As consequências da fraqueza institucional sobre os desafios macroeconômicos

É evidente que a partir da liberalização, a liberdade comercial do Haiti é significativa, mas seu desempenho econômico é mais complexo considerando o problema de infraestrutura. Ademais, sua situação de endividamento cumulativo que provocou seu grau de insolvabilidade dos credores, desenvolveu um impacto negativo sobre o crescimento econômico e aumentou mais o padrão de vulnerabilidade e de dependência internacional. Com certeza os problemas de infraestruturas são responsáveis pela baixa produção e o crescimento de endividamento que sofrem Haiti desde as três últimas décadas. A acumulação da dívida haitiana é, em um primeiro lado, o resultado da política adotada pelas Instituições Financeiras Internacionais (IFI) para empobrecer mais os países pobres, por outro lado, a má gestão conferida aos fundos destinados ao desenvolvimento sustentável. Com este nível de incerteza na organização de gestão desses fundos, é difícil entender como os fundos são usados particularmente com a interferência de grupos especialistas e técnicos para garantir a supervisão.

Apesar da presença desses especialistas (locais e internacionais) em colaboração com o Estado haitiano para aperfeiçoar os benefícios efetivos, embora se saiba que a tendência mostra claramente que a situação agrava mais porque, o país não pode deixar seu estado de extrema pobreza. A implicação dos expertos na gestão dos fundos destinados ao financiamento dos projetos (monitoramento e avaliação) é ineficiente. Portanto, o governo tornou-se desamparado para controlar o bom funcionamento das instituições e oferecer a possibilidade de maximizar seus lucros e deixar a dívida do país ainda delicada. Uma situação que praticamente afetou todos os setores na vida nacional (econômica, política e social) e, constitui a principal fonte de insegurança alimentar.

Portanto, a liberalização do mercado marcou-se por uma esfera econômica degradante porque as diferentes crises políticas constituíram a pedra angular que reina o modo de funcionamento das instituições. Este problema leva em contra o envelhecimento do quadro e o congestionamento na administração sem o respeito das normas e aumenta mais os gastos de funcionamento do Estado. Uma situação alarmante acompanha à baixa produtividade marginal do capital e um gasto público acumulado nas atividades improdutivas que retardam o desempenho econômico e intensificam a dívida pública. Em suma, com a liberação do mercado nada mudou concretamente em termos de produção nacional, exceto que a programação de políticas públicas que arruinadas o crescimento econômico e exige mais empréstimos que vai deixar ainda incerto o pagamento futuro.

Em relação a este padrão complexo na coabitação de uma política monetária e orçamentária para estabilizar o circuito econômico fica sempre um desafio maior para os governos. Nesse sentido, essas duas alavancas não oferecem ao Estado a possibilidade para canalizar os gastos públicos sem recorrer à amplificação do endividamento e, fortalecer a capacidade de controle do Banco Central para assegurar uma boa gestão na política monetária adotada. Em outras palavras, a combinação destes dois instrumentos políticos deveria melhorar as decisões econômicas através da criação de riqueza, aumentar a produtividade do capital e estabilizar a estrutura do mercado (de intercâmbio, de capital, bens e serviços) contra a uma eventual situação de inflação e da taxa de câmbio sem compromete o pagamento futuro.

Essas medidas de controle são essenciais para aumentar à capacidade de regulação das instituições e atribuir as responsabilidades de cada uma, particularmente os Bancos Comerciais para facilitar o crédito. Este mecanismo capaz de fortalecer a capacidade produtiva dos empresários e trabalhadores, aumentar o nível de confiança dos credores no setor bancário para evitar que as autoridades bancárias avancem para o mercado paralelo que se caracteriza no mecanismo de compra e venda de moedas. Eles são tão importantes para que o Banco Central seja capaz de controlar a quantidade de monetária em circulação através das reservas obrigatórias para aumentar o poder de compra da moeda local pelo mecanismo de ajustamento de preços. Também é necessário para promover um mecanismo de incentivo ao investimento pelo setor privado, que deve ser o centro da criação de empregos e da riqueza para evitar a possibilidade de se transformar em comerciantes.

Considera-se o papel da finança na economia, uma estrutura econômica baseada na dependência financeira converge-se a uma situação muito delicada em longo prazo. Uma tendência muito notável no Haiti com a utilização das somas importantes tendo de resultados precários. O pior dessa questão, todos os grandes projetos de desenvolvimento dependem especificamente do financiamento externo considerando a fraqueza dos recursos internos, o atraso do processo de desembolso e outro apoio orçamentário para ajustar a previsão de receita. Esse problema de coordenação administrativa crucial ao atraso de fundos externos afetando gradualmente os programas sociais, a educação, a saúde e outros programas de desenvolvimento também, compromete o grau de proficiência dos gastos públicos.

A redução da dependência financeira exige uma intervenção urgente porque o governo tem uma exigência preponderante nas alocações de recursos, bem como prioriza a adoção de um orçamento autofinanciado para diminuir a dependência financeira. Em outras palavras, cria uma atmosfera favorável com a coleta dos recursos fiscais suficientes e faz uma alocação ótima dos recursos disponíveis para diminuir a dependência externa que desenvolver os efeitos perversos ou mesmo prejudicial à realização de alguns programas de investimento. Também, é importante promover um plano de redução do ritmo de gastos públicos particularmente as despesas operacionais, fortalecer o controle dos métodos de uso dos recursos e garantir a utilização ótima dos recursos que reflita seu plano de ação governamental. Um conjunto de medidas políticas que apoiarão os planos estratégicos de desenvolvimento econômico para reduzir o nível de vulnerabilidade dos agentes e outras políticas capazes de evitar as várias crises subjacentes.

Na verdade, a globalização do comércio tem uma aposta econômica considerável que se traduz por um nível de convergência das riquezas com os parceiros comerciais. Certamente, está associada com o fenômeno de unificação do mundo econômico através da revolução tecnológica, a mobilidade dos trabalhadores, a liberalização financeira, internacionalização das empresas – a desconcentração geográfica das atividades econômicas ainda mais, facilita um intercâmbio mais confortável visando uma redução do peso econômico respectivo.

Ainda mais, ela melhora os acordos comerciais, facilita um idioma de intercâmbio e a moeda como instrumento de intercâmbio para maximizar o fluxo comercial. Ele tem duas considerações importantes no comércio internacional. Isso diminui as barreiras alfandegárias que

foi uma blocagem pela exportação comercial e a unificação do mundo econômico contemporâneo em favor dos poderes econômicos. Todavia, essas medidas não fortalecem o ganho do intercâmbio, o crescimento econômico (com o progresso técnico, economia escala e a diversidade crescente os bens de consumo e produção) e um baixo custo de transação às novas utilizações tecnológicas o benefício do Haiti.

Portanto, as medidas legais tomadas pelas autoridades têm os efeitos bem delicados. Um fator que leva à ineficiência da dívida pública de alguns países e desenvolve uma situação desconfortável e prejudicial ao pagamento – o que constitui um fator insustentável. O caráter vicioso do endividamento explica que eles não serão capazes de honrar seu compromisso, conforme o peso, o interesse e a carga da dívida pública. Um processo efetuado pelos países desenvolvidos através das Organizações internacionais que eliminou as estruturas econômicas desses países. Além da dívida, adicionado o fenômeno da privatização de bens públicos, os serviços públicos e os serviços sociais básicos. Quanto à privatização dos serviços públicos, as instituições bilaterais e multilaterais influenciam as principais decisões políticas e administrativas. E, eles decidem sobre a escolha de líderes políticos, a manipulação da população e comprometem o futuro dos países. Apesar da presença condicionada de ONGs em diferentes campos, eles registraram perdas consideráveis de vida humana, existe uma taxa de alfabetização alta entre adultos e jovens e uma baixa renda per capita. Como consequência, isso atribuído com uma tendência recorrente do contrabando, as franquias aos importadores, a corrupção que aumentam o volume de importações na economia – o que constituem os principais problemas para promover o desenvolvimento socioeconômico haitiano. A demanda do país em termos de bens e serviços domésticos nunca foi atendida. Um conjunto de fatores capazes de explicar a condição de vida das pessoas a partir de evolução das variáveis principais na economia, como é o presente caso.

5 PARA UMA INTERAÇÃO ESTRATÉGICA DA POLÍTICA COMERCIAL NO FORTALECIMENTO DA COMPETITIVIDADE

Todos os países que desejam ser competitivos sobre o mercado mundial devem inevitavelmente fortalecer sua capacidade econômica e amplificar as parcerias comerciais para garantir o desempenho econômico. Para integrar esse processo de desenvolvimento econômico, isso deve ser o esforço de um agrupamento de recursos (internos e externos) necessários e capazes de diagnosticar a situação da economia. Ademais, favorecer uma reforma administrativa capaz de manter a transparência nas decisões públicas para promover soluções sustentáveis. Este processo leva em conta a adoção dos modelos de crescimento que, às vezes, adotada no mecanismo de crescimento sustentável já usado para alguns países de circunstância similar para crescer sua economia. Porém, todos os processos de desenvolvimento econômico exigem um clima favorável ao investimento para garantir um padrão de estabilidade macroeconômica através da boa governança como ferramenta determinante.

Para garantir a sustentabilidade da economia haitiana, isso se deve fazer o objeto de uma avaliação dos diferentes aspectos macroeconômicos (monetária, financeira, fiscal, comercial,...) e os grandes problemas ambientais que enfraquecem a economia. É evidente que a economia sofre de um grande desafio que, por sua vez, necessita de solução urgente a partir de algumas medidas políticas de reforma adequada na dinâmica própria e diversificada na maior parte do tempo. A partir disso, nossa preocupação focará sobre um conjunto de medidas que devem ser tomadas em considerações para o mecanismo de reforma econômica e institucional para uma nova perspectiva de desempenho econômico e comercial.

5.1 Uma reforma administrativa efetiva para uma gestão ótima de recursos

A política de reforma institucional é, à primeira vista, uma primazia centralizada sobre o papel do Estado nas tomadas de decisões públicas e as linhas diretrizes que definem as prerrogativas dos direitos dos governantes. A reforma e a modernização da Administração Pública é uma questão central na agenda política mundial, principalmente na década 70 para abordar as dificuldades encontradas no funcionamento administrativo. De acordo com Soares

(2004), as problemáticas econômicas resultantes da crise petrolífera e da influência das novas doutrinas sobre a gestão pública. Nesta consideração, é *a priori* uma visão mais pragmática do Estado como um órgão jurídico-administrativo tendo como missão de regular os modos de funcionamento administrativo, o comportamento dos *stakeholders* através de suas responsabilidades em termo de prestação de serviços públicos.

As funções de Estado consistem no agrupamento dos atos racionais conforme as principais obrigações, tal como a manutenção da segurança pública, preservação da propriedade privada, garantir à soberania nacional notadamente, construir de um Estado moderno e democraticamente digno. Portanto, a reforma da administração pública visando abrir a economia ao mercado e reduzir a dimensão do Estado Soares (2004), bem como promover de novas Políticas Públicas como alternativas possíveis capazes de reestruturar os órgãos públicos e fortalecer as capacidades decisórias do Estado.

No pensamento contemporâneo, duas grandes correntes políticas de reforma e de modernização da administração pública são adotadas. Soares (2004) apresentou em primeiro lugar, uma que defende o princípio do bom funcionamento do mercado versus mau funcionamento do Estado, o desmantelamento do Estado ou a eliminação progressiva do seu papel, pondo em causa a intervenção pública, mesmo nas áreas sociais e atribuindo benefícios a tudo quanto é privado, seja pela entrega de serviços, seja pela adoção de modelos de gestão privada.⁴⁶ A dimensão sistêmica dessa questão abarca um padrão de conhecimento capaz de colocar em evidência as diferentes etapas de políticas públicas necessárias no processo de tomadas decisões.

Como novo mecanismo sistemático de viés neoliberal, esta noção leva em consideração uma utilidade preponderante permitindo desenvolver uma melhor compreensão da liberalização dos serviços públicos a caráter comercial (telecomunicação, energia, transportes) e a caráter social (saúde, educação, segurança) para uma melhor distribuição dos recursos ao benefício da

⁴⁶ Esta corrente é apoiada por instituições internacionais como o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial, a Organização Mundial do Comércio e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. As suas orientações levam a impor modelos idênticos para todos os países, sem atender às diferentes realidades sociais, econômicas e culturais, bem como a introduzir restrições orçamentais, a liberalizar os mercados e a privatizar os serviços públicos (MENDES, 2001 apud SAORES, 2004).

coletividade sem a presença de um Estado forte. Em segundo lugar, a outra corrente é contrária às soluções propostas pelo *Consenso de Washington*; reclama não o desmantelamento do aparelho estatal, mas um Estado que enfrente os novos desafios da sociedade pós-industrial, capaz de garantir o cumprimento de contratos econômicos e com força bastante para assegurar os direitos sociais e a competitividade de cada país na cena internacional Soares (2004).⁴⁷

Essa nova abordagem priorizou um novo mecanismo de funcionamento da estrutura do mercado através de uma parceria público-privada na intenção de preservar o Estado mínimo no qual as responsabilidades serão compartilhadas. É claro que estas medidas decisórias estão associadas com a obtenção de um grau de confiança e dispõe um banco de informações pertinentes permitindo identificar os problemas subjacentes que necessitem de tratamentos adequados pela formulação de políticas públicas apropriadas. House e Howe (2002) desenvolveram um mecanismo de interação entre os diversos atores e priorizaram o modelo de avaliação democrática deliberativa para uma maior participação democrática no sentido de manter o diálogo para examinar as contribuições dos *stakeholders* e, chegar à avaliação aceitável do mérito de um programa como alternativas possíveis através das previsões econômicas. Este modelo de avaliação atenta mais acuradamente para todos os atores por um ambiente adequado no sentido de garantir as demandas da população. Isso vai também criar um ambiente mais confortável capaz de analisar as reivindicações da população e, organizar junto um plano de reforma conforme a necessidade da sociedade. Nesse sentido, os avaliadores têm como objetivo fazer um diagnóstico da situação, analisar os indicadores (econômicos, políticos e administrativos) responsáveis pelo clima de instabilidade, os desafios de desempenho econômico e a fonte das crises institucionais para definir uma agenda de política que agrupa os diferentes problemas públicos.

Esta abordagem racional e técnica vai aumentar o grau de cientificidade e de profissionalismo capazes de diagnosticar e de analisar os fatos responsáveis pelo padrão de

⁴⁷ Esta nova abordagem toma sua origem nos Estudos insuspeitos relativos a países da OCDE têm concluído pelo erro estratégico da adoção indiscriminada da privatização dos serviços reformula esta primeira frase, está confusa ou da sua gestão, sem atender às realidades sociais e culturais de cada país. Também, o Relatório de 1997 do BIRD — Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento, por exemplo, defende a existência de um Estado que seja instrumento indispensável à promoção do desenvolvimento econômico, social e político. Por fim, as conclusões do último Fórum Económico Mundial de Davos (Suíça), reconhecem que cada país deve aplicar as políticas económicas e sociais que considere mais adequadas, sem ter de seguir regras ortodoxas (SOARES, 2004).

vulnerabilidade. Paralelamente, isso deve fazer objeto dos procedimentos que devem obedecer a um corpo de princípios para testar o nível de robustez no planejamento dos projetos. Por isso, o respeito dos critérios admissíveis em termo de gestão administrativa é primordial para caracterizar as diversas estratégias necessárias no processo específico na organização das atividades e avaliar separadamente cada um das atividades para uma maior previsão. De fato, as dimensões dos serviços públicos devem ampliar através da pesquisa de especialistas para avaliar o ambiente econômico e político-institucional, bem como promover de eventual possibilidade de integração no mercado internacional para uma economia mais próspera. Além disso, isso necessita uma contribuição particular da sociedade civil e fornecer as afirmações necessárias para contribuir ao progresso técnico – e, quando necessário, introduzir uma base confiável não arbitrária para evitar os programas ruins.

Essas medidas administrativas vão, de um lado, excluir a presença marcante do clientelismo e baixo nível de profissionalismo de outro lado, fortalecer a transparência e a fluidificação na função pública para diminuir o número de cargos públicos não escolhidos pelos métodos de meritocracia. Ademais, isso vai contribuir a um melhor controle dos resultados, valorizar os desempenhos nos serviços e a produtividade dos agentes para melhorar de maneira eficaz as gastos públicos. A partir disso, a ética da função pública não vai prosperar para permanecer envolta em um Estado cabide de emprego, mas um órgão de regulação capaz de garantir uma iluminação e aperfeiçoamento de uma administração digitalizada. Isso vai também desenvolver uma forma de planejamento estratégico e da construção de políticas públicas no sentido de garantir um grau de monitoramento e de avaliação no desempenho administrativo.

Nesse cenário, a atuação ineficiente do Estado poderia diminuir consideravelmente se as responsabilidades levam em consideração para reduzir os custos de funcionamento administrativo, aumentar o desempenho em termo de produtividade no campo de comunicação e garantir o uso ótimo da nova tecnologia. Este modo de funcionamento vai transformar em um sempre mecanismo de centralização dos mercados de provedor de serviços públicos também, para um reforma de remuneração de setor público no sentido de aumentar mais a produtividade dos empregadores.

De fato, a reforma administrativa não deve ser um processo isolado, mas um processo integrado preconizando a eficiência e a racionalidade que, portanto, tomada em conta uma mistura de algumas estruturas de reforma (interna e externa) semelhante com a política desejada para melhorar a qualidade de serviços oferecidos. Isso se inscreve no quadro de um plano estratégico capaz de garantir o respeito das normas procedurais no sentido de orientar para um grau de eficiência, eficácia e de efetividade no aparelho estatal – o que Guimarães (2000) apresentou como eixos prioritários de uma nova administrativa capaz de reorientar o serviço público, em busca da excelência, impulso para eficiência por fim, *downsizing* e descentralização dos órgãos à comunidade.

Com a globalização, uma gama de conhecimento é disponível para qualquer país onde a administrativa sujeita de algumas reformas para fortalecer a coerência nas decisões públicas assim como, melhorar a competitividade em matéria de previsão e de antecipação das mudanças rápidas da tecnologia que feita à injunção o governo de garantir uma gestão ótima dos recursos. No início da década 80, particularmente na Inglaterra foi programada uma reforma administrativa para uma economia de mercado, cujo receituário assentou na privatização das empresas estatais, na flexibilidade da legislação do trabalho, na redução da carga fiscal e na abertura comercial (SOARES, 2004, p. 474). De acordo com ele, nesse mesmo período essas medidas não foram programar na conjuntura política administrativa dos países na América Latina, mas sempre fica em situação de precariedade onde, o aumento do desemprego, a redução de salário e a concentração da riqueza são os corolários do sistema tradicional. Na década 90, algumas reformas foram implementadas na América Latina particularmente, no Brasil após o período de redemocratização para iniciar uma nova reforma administrativa no sentido de reestruturar as instituições públicas, mais precisamente nos Governos Collor (1990-1992), Itamar Franco (1992-1994) e Fernando Henrique Cardoso (1994-2002).

É evidente que o Haiti e o Brasil possuem alguns pontos comuns na estrutura político-econômica interessante como, por exemplo, o mesmo período de redemocratização, mesmo período de adoção do sistema neoliberal e mesmo período de privatização. Porém, a conjuntura política de cada um apresenta uma configuração bem diferente. No contexto haitiano, desde o início da democrática em 1987 até hoje, Haiti experimentou uma paralisia ideológica, de tensão e

de turbulência sociais, de malversação política, de agitações populares e instabilidade política. Em outros termos, de 1987 a 2018 a instituição política haitiana é marcada por uma procrastinação política que adotou de governanças multárias, de diversos governos provisórios, as intervenções das forças estrangeiras⁴⁸ e diversos rearranjos ministeriais – notavelmente, o fenômeno de proliferação dos partidos políticos⁴⁹, o problema da organização de eleições credíveis e a ausência de credibilidade dos líderes no sistema da gestão pública. Esses grandes problemas paralisaram mais o modo de funcionamento administrativo, reduziram a possibilidade de garantir a continuidade do Estado no modo de gestão dos recursos e não chegou a manter um plano de reforma estrutural o longo prazo.

O reflexo dessas ações estará na abertura de canais participativos que priorizem as atividades compartilhadas entre os dois atores. Isso tende a crescer ainda mais a partir do momento em que se reduz a ideia de que a relação com o Estado/sociedade é de perda ou ganho, ou seja, uma relação prejudicial a uma das partes. De acordo com várias leituras sobre o funcionamento das instituições haitianas, as apostas são de tamanhos variados. O período da democracia desenvolveu uma situação perplexa que requer tratamento especial. O relatório atual mostra uma privação institucional e um problema de coordenação administrativa que acendeu grande pânico no bom funcionamento do sistema. Uma situação deplorável assumia novas medidas de política pública de reforma do Estado e o estabelecimento da boa governança para revitalizar as instituições.

A modernização do sistema para melhorar a qualidade dos serviços, aumentar os recursos humanos para uma estrutura de controle financeiro confiável e estabelecer um clima de confiança para combater a corrupção são importantíssimas. Uma reforma que leva em consideração algumas medidas políticas cíclicas e estruturais para controlar a máquina estatal através de um conjunto de linhas diretrizes bem definidas. Nesta perspectiva de fortalecimento institucional, os autores públicos devem se dotar de vontade política ao apoio de gestores internos e externos para redefinir novas políticas públicas. Uma reforma que deve ser capaz de

⁴⁸ Missão das Nações Unidas no Haiti (MINUHA) em 1995; a Nações Unidas para Estabilização no Haiti (MINUSTAH) para garantir a estabilidade política no país em 2004; a Missão das Nações Unidas através a Missão das Nações Unidas para o Apoio à Justiça no Haiti (MINUJUSTH) em 2017.

⁴⁹ Colocado ali o nível de complexidade dos marcos regulatório sobre os partidos políticos, a falta de documentação sobre a estrutura e a falta de dados confiáveis sobre os números são os fatores significativas para entender os fracos resultados nas eleições.

procurar um sistema de monitoramento eficaz para aumentar a capacidade técnica e operacional da administração para aperfeiçoar as despesas governamentais. O Estado deve também desenvolver uma nova abordagem de segurança pública para controlar os principais eixos e priorizar a independência das instituições para controlar as ações governamentais e evitar as interferências nas tomadas de decisões.

Essa nova abordagem se traduz por um conjunto de medidas ligadas à segurança nacional para controlar os portos e as fronteiras através da remobilização das Forças Armadas e um plano de política de segurança nacional capaz de fortalecer a segurança pública em conformidade com as políticas sociais estabelecidas pela ordem do Estado. Este plano de segurança deve visar uma política intersetorial combinada à ação governamental com a presença de um sistema eficaz a fim de promover um nível de segurança integral e nacional.

O Estado também deve pensar em uma política de proteção territorial para eliminar o fenômeno de favelas, os atos de banditismo e criminalidade, a desconcentração de poderes para uma participação integral e coletiva dos cidadãos. Além disso, reduzir as despesas do Estado (*per diem*⁵⁰ números dos ministros, os deputados, os senadores), desenvolver uma campanha de sensibilização e incitação na participação cidadão, procurar uma política de recuperação dos recursos exteriores para aumentar a produtividade da administração e estabelecer um pacto social capaz de atrair o investimento estrangeiro.

5.2 Uma paliativa da reforma brasileira para o fortalecimento institucional do Haiti

No contexto politico-institucional algumas mudanças administrativas foram implementadas no Brasil. Constatamos hoje, uma grande transformação administrativa através dos resultados esperados porque, a visibilidade brasileira sobre o mercado internacional em termo de industrialização, competitividade econômica é sem duvida o resultado da nova reforma administrativa tomada no ano 1995. Portanto, a reforma é essencialmente indissociável ou

⁵⁰ Uma quantidade específica de dinheiro que uma organização dá a um indivíduo, muitas vezes um funcionário, por dia para cobrir as despesas quando viaja para o trabalho.

tributária de toda perspectiva visando à reorientação de política econômica, comercial também, diminuir mais a corrupção. De fato, a experiência brasileira em termo de reforma administrativa no período de redemocratização poderia servir como guia para contribuir ao fortalecimento institucional e buscar nova perspectiva econômica.

Para revitalizar a estrutura brasileira, algumas mudanças foram operacionalizadas de tal sorte de promover uma nova administração pública. As medidas tomadas apresentam assim:

Quadro 15: O mecanismo da nova administração pública no Brasil em 1995.

As medidas tomadas para a reforma administrativa do Brasil no período de redemocratização.
Descentralização do ponto de vista político, transferindo recursos e atribuições para os níveis políticos regionais e locais;
Descentralização administrativa, através da delegação de autoridade para os administradores públicos transformados em gerentes crescentemente autônomos;
Organizações com poucos níveis hierárquicos ao invés de piramidal;
Organizações flexíveis ao invés de unitárias e monolíticas, nas quais as ideias de multiplicidade, de competição administrada e de conflito tenham lugar;
Pressuposto da confiança limitada e não da desconfiança total;
Definição dos objetivos a serem atingidos na forma de indicadores de desempenho sempre que possível quantitativo, que constituirão o centro do contrato de gestão entre o ministro e o responsável pelo órgão que está sendo transformado em agência;
Controle por resultados, <i>a posteriori</i> , ao invés do controle rígido, passo a passo, dos processos administrativos;
Administração voltada para o atendimento do cidadão, ao invés de auto-referida.

Fonte: Bresser-Pereira, 1996.

Além dessas medidas estruturais, a administração operacionalizou o mecanismo de privatização que, desde 1998 fortalece o rendimento institucional e aumenta mais o grau de fiscalização da administração. Essa nova reforma estatal dá outra visibilidade interna em termo

de acessibilidade dos serviços público sem uma implicação integral do estado conforme a política neoliberal. Também, o aspecto de modernização das empresas e a interconexão das instituições em termo de disponibilidade das informações para aumentar a transparência e a homogeneidade nas decisões públicas. É possível, nesse sentido, algumas instituições privatizadas, os objetivos e os resultados conforme o quadro 16.

Quadro 16: A privatização efetiva no Brasil no período de redemocratização.

Setores de atividades	Objetivos	Resultados
Privatização do setor de telecomunicações;	1- Diminuir mais a intervenção do Estado 2- Revisar o papel do Estado nos setores; 3- Estabelecer um agência reguladora independente; 4- Criar de um ambiente competitivo; 5- Estabelecer um modelo capaz de suportar a passagem de uma empresa de monopolista estatal para o setor privado; 6- melhorar a qualidade de serviços e produtividade; 7- contribuir para o desenvolvimento econômico; 8- criar mais emprego.	1-gerar mais receita para o governo; 2- aumentar os investimentos; 3- estimular a produtividade; 4- melhorar a qualidade de serviços oferecidos; 5- reduzir a corrupção e o tráfico de influência.
Privatização do setor elétrico no Brasil;		
Privatização do setor de transporte;		
Privatização do setor de saneamento básico.		

Fonte: Pinheiro; Fukasaku, 2000.

É claro que a reforma administrativa atual centraliza sobre uma coabitação das instituições (público-privada) onde o papel do estado é de ampliar a função de regulador e o setor privado no investimento, produção e distribuição dos bens e serviços. Esta estratégia de distribuição das tarefas tendo como missão assegurar e a erradicação da pobreza, a obtenção de crescimento econômico e a promoção de desenvolvimento. A maioria dos países prioriza uma nova *policy management* conforme a alegação de Soares (2004) em favor de da privatização dos serviços e a diminuição de peso do Estado; a adoção das medidas de gestão empresarial, em vez de medidas de gestão pública; a desburocratização e descentralização como objetivos de obtenção de melhores resultados. Daí, a necessidade de promover uma reforma administrativa focada sobre os resultados através da adoção das regras de gestões comuns de qualquer modo de gestão que valoriza a transparência deveria ser uma preocupação da administração do Haiti para sair de seu grau de vulnerabilidade.

Como constatamos no contexto brasileiro e alguns outros países na América latina, a nova reforma administrativa contemporânea que priorizou a privatização a uma contribuição importantíssima em termo de visibilidade e competitividade sobre o mercado mundial. Haiti foi assinado vários acordos administrados o modo de funcionamento do mercado mundial cuja, se realmente todas as políticas de reforma administrativa no contexto neoliberal valorizaram a privatização como um das estratégias forte, Haiti deve, entre outro, redefinir às novas estratégias políticas para uma reorientação da política neoliberal. Isso vai desenvolver uma maior contribuição do setor privado no investimento, oferecer a acessibilidade para o Investimento Direto Estrangeiro, lutar contra a corrupção e a restrição do clientelismo em favor da meritocracia também, facilitar o mecanismo de industrialização e da modernização das empresas como novo eixo de políticas públicas.

5.3 Para uma predileção da reforma econômica na criação de riquezas

Toda reforma econômica é tributária de uma reforma associada com o mecanismo de fortalecimento de investimento vital para criar novas riquezas e novos empregos bem como, a prioridade atribuída ao papel do trabalho nos diferentes setores de atividades. Smith (1996) tratou a divisão do trabalho como um mecanismo decisivo no processo de produção a partir da combinação dos fatores (capital, trabalho), a distribuição das tarefas e especialização em um campo particular para aumentar a produtividade na produção em cadeia.⁵¹ A ideia principal desta lógica repousa sobre a acumulação da habilidade dos trabalhadores para aumentar a produtividade, maximizar o tempo, facilitar o trabalho de grupo e, conseqüentemente, melhorar a qualidade dos serviços a partir da utilização das máquinas. O trabalho é, portanto, a principal ferramenta responsável à produção dos bens e serviços, aumenta a competitividade no sentido de fortalecer o mecanismo de livre intercâmbio para uma economia florescente.

⁵¹ O aspecto mundial desse conceito introduziu as questões relativas às normas internacionais por Organização Internacional do Trabalho (OIT), em 1919, consideradas como catalizador dos Direitos Humanos. A criação dessa organização definiu os critérios relevantes que nortearam os tratados compatíveis com as obrigações e, também, já em 1948, com a adoção da Declaração Universal dos Direitos Humanos pelas Nações Unidas, relativas ao fortalecimento dos direitos humanos como fatores cruciais pela estabilidade social, o progresso econômico e uma paz sustentável para fortalecer os direitos fundamentais.

Como fonte de criação de riqueza, Engels em 1876 considerou como uma condição primordial de toda a vida humana – capaz de criar o homem como o próprio homem. Embora, Marx (1993) tenha criticado o problema estrutural desenvolvido pelo capitalismo industrial no século XIX para explicar o modo de organizacional do sistema de exploração. De acordo com ele, a divisão do trabalho deteriorou as condições de vida dos trabalhadores considerando os baixos salários, a condição de trabalho precária, a dependência econômica crônica e a forma de exploração excessiva da população. Durkheim (1999)⁵² amplificou a noção da distribuição de tarefas que foi desenvolvido posteriormente por Keynes (1996) na organização do trabalho nas empresas. A divisão das tarefas apresentada por Durkheim abarcou vários critérios de funcionamento dentro das empresas na produção de bens e serviços – mais igualmente o funcionamento dos serviços público, a administração e a justiça no processo de especialização para melhor o padrão de conhecimento adequado nas áreas específicas. Portanto, a divisão do trabalho aumentou a produtividade e habilitou a capacidade dos trabalhadores também, considerada como uma condição necessária ao desenvolvimento do capital social das pessoas e aos materiais essenciais ao serviço da sociedade.

Polanyi (2000) introduziu uma nova compreensão da Sociologia Econômica centralizou sobre a "Economia Solidária"⁵³ como matriz da criação de riquezas na economia. Para ele, o

⁵² A visão de Durkheim na divisão do trabalho social traçou a coesão social na sociedade moderna a partir da acumulação técnica e ciência pela indústria em uma nova forma de produção. De acordo com ele, é evidente a divisão do trabalho social é uma fonte de solidariedade social, de coesão social após a diversificação da tarefa que aumenta a competitividade dos homens através ao princípio de complementaridade que preconizou a especialização como uma unidade de interdependência na cadeia produtiva. Além disso, Durkheim avança a ideia de que a divisão do trabalho garante a mutação da solidariedade social e dos laços sociais a partir da eliminação do individualismo pessoal e do egoísmo nos espaços de trabalho. Ademais, ele erradicou todas as formas de independência para desenvolver uma conciliação entre a autonomia do indivíduo e a coesão social. Uma forma de divisão que Durkheim considerou como o postulado permitiu a transformação da sociedade tradicional conhecida como solidariedade mecânica (similitude, semelhança) com a sociedade moderna conhecida como solidariedade orgânica (interdependência, complementaridade em deferência) para fortalecer o desempenho humano.

⁵³ Em 1970, especialmente na Europa, a economia solidária nasceu a partir de diversos momentos de crises econômicas após as trinta gloriosas (30 anos de crescimento econômico) na economia mundial para criticar as ideais de Keynes na sua visão intervencionista do Estado após a crise de 1929. Em fluxo de pensamento que criticou os fracassos econômicos e a perda de muitas atividades econômicas keynesianas para valorizar o individualismo crescente da economia como estratégia de fortalecimento sua visão ultraliberalista a partir do trabalho autônomo para lutar conta o desemprego. Este novo fluxo de pensamento prioriza diversas perspectivas econômicas mais diversificadas agrupando as ações coletivas de iniciativas cidadãs para estabelecer a atividade econômica a serviço dos solidários, ou melhor, os economistas solidários. Bem como a economia social que reúne as organizações independentes de cooperativas, as mútuas sociedades e as associações de gestão de investimentos. Uma iniciativa tomada na década de 1980 para uma mistura desses dois fluxos de conhecimento utilizados no processo de desenvolvimento econômico pós-moderno.

princípio do mercado, o princípio da redistribuição e o princípio da reciprocidade são os três princípios imperiosos permitindo entender o comportamento econômico dos indivíduos assim, essencialmente vitais para controlar o circuito econômico. Nesse contexto, a dimensão de ambiente de negócios que se refere com as condições de um país para hospedar novos empreendimentos e inovações de produtos e serviços de diversos tipos é também determinante Valiati e Cauzzi (2016).

Na dimensão mais diversificada, o trabalho é, portanto, a fonte de integridade física e moral, de dignidade humana, especificamente quando é aplicado de maneira justa sem discriminação e atos que acarretam em prejuízo à pessoa humana. Esta injunção constitucional dispõe algumas prerrogativas aos empresários nos processos de criação de emprego que embarcam os interesses divergentes de cada grupo na sociedade. As formalidades administrativas da criação de Pequena e Média Empresa – PME e de grandes empresas no diversos setores de atividades (Agricultura Familiar, agricultura e pecuária, Agro-industrialização, manufatura, indústria de grande cadeia, as atividades de mercado), a acessibilidade de transporte e de comercialização são imperiosas para revitalizar a economia. Nesse âmbito, foram escolhidos três indicadores: solicitações de patentes, gasto em pesquisa e desenvolvimento e facilidade em obter crédito Valiati e Cauzzi (2016, p.197) como alguns critérios indissociáveis na criação de riquezas. Isso é uma exigência primordial porque no processo de produção, o capital, a mão de obra e a tecnologia são os principais instrumentos de estimulação usados nas empresas. O Estado, como principal agente regulador do mercado do trabalho, especificamente voltado à criação de emprego e de riqueza, tem missão de facilitar um ambiente capaz de aumentar a demanda, bem como fornecer o capital e mão de obra de forma paralela no investimento efetuado.

A partir dessas prerrogativas, pode-se dizer que a reforma econômica tem como objetivo melhorar as condições da vida da população, facilitar os investimentos nos diversos campos focados na criação de emprego sustentável, desenvolver a capacidade de produção e de diminuir o déficit da balança de pagamento. Para programar isso, o Estado deve desenvolver um plano de reforma econômica nos setores de atividades a fim de reduzir as dificuldades encontradas nas execuções dos projetos também, seu nível de complacência nas tomadas de decisões públicas

para reorganizar o sistema econômico. Para isso, a integração no processo de industrialização como fase de recuperação de um ritmo acelerado de expansão e de amadurecimento da sua integração para exercer uma função dinamizadora de todo o sistema produtivo para a elevação da eficiência média do sistema; assimilação progressiva de índices tecnológicos mais elevados; modernização institucional do sistema; e satisfação dos padrões de consumo das massas urbanas crescentes (IPEA, 2010).

No contexto do Brasil, Mendes (2019) apresentou um plano de reforma econômica centralizada sobre três eixos prioritários respectivamente com o ajuste fiscal, aumento da produtividade e a democratização do crédito.⁵⁴ Esta reforma é, entre outro, paliativa com uma política monetária e financeira no sentido de restaurar o equilíbrio econômico pelo controle da demanda global e promover a oferta através o aumento da produção e a produtividade dos bens e serviços. A partir disso,

[...] as empresas passaram a adotar estratégias exportadoras mais ativas, mediante esforço comercial e de rearranjo da distribuição das linhas de produção entre as filiais das corporações multinacionais. Em alguns casos, a escala do mercado interno e/ou a especialização, derivadas da dinâmica deste mercado, também implicaram atividades exportadoras, inclusive bens tecnologicamente mais elaborados. Assim como as firmas, a política externa adotada pelo governo brasileiro, principalmente a partir de 2003, também passou a dar maior importância à promoção das exportações, bem como a buscar maior diversificação geográfica de destinos das mesmas, privilegiando grandes mercados do mundo em desenvolvimento (IPEA, 2010, p.13).

O governo seria em medida para controlar o déficit crônico do orçamento público como o principal obstáculo de levantamento econômico. Como instrumento de política monetária, o mecanismo de desdolarização da economia deve ser efetivo pela concessão de crédito a investimento para estabilizar a moeda local através de um controle do sistema de câmbio e de taxa de juros para combater a inflação. A reestruturação do setor público vai contribuir para o desempenho de todas as atividades a partir do plano estratégico de liberalização dos

⁵⁴ Esta nova abordagem de reforma vai ao primeiro momento interrompa o crescimento acelerado da dívida pública como um peso essencial sobre o desempenho econômico no sentido de estimular a demanda por crédito para investimento e consumo, aumentando o crescimento econômico. Em segundo momento, gerar ganhos de produtividade para aumentar a taxa de crescimento de longo prazo na utilização eficiente o capital e o trabalho também, priorizar a abertura econômica capaz de aumentar a concorrência no mercado interno e diminuir custos de produção, racionalização da regulamentação da economia, privatização de empresas estatais, melhor governança das estatais não privatizadas e a extensibilidade da legislação trabalhista.

investimentos que associado com uma reforma dos preços e a estimulação do mercado de monetário.

Outros pontos de políticas públicas não só para a indústria, mas também para a política econômica, em geral, e também para a impotência de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I), em particular, é a política de inovação. De fato, nos últimos 25 anos foram construídos um sistema relativamente robusto de inovação tecnológica no Brasil quando compara outros países latino-americanos mais desenvolvidos. Destaca-se, entre outras ações, um sistema pujante de pós-graduação e um amplo conjunto de fundos especiais para o financiamento da pesquisa (IPEA, 2010, p. 61). Por consequência, a descentralização da gestão financeira das empresas públicas, a modernização dos serviços públicos e a promoção para estimular o investimento público-privado e o fortalecimento do mercado monetário são consideradas como fontes de política econômica.

Quadro 17: Medidas tomadas para fortalecer a economia na década 1995-2002.

As medidas de reforma econômica brasileira no período de redemocratização.
Fim dos monopólios estatais nos setores de petróleo e telecomunicações.
Mudança no tratamento do capital estrangeiro.
Saneamento do sistema financeiro.
Reforma (parcial) da Previdência Social.
Renegociação das dívidas estaduais.
Aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).
Ajuste fiscal, a partir de 1999.
Privatização.
Criação de uma série de agências reguladoras de serviços de utilidade pública.
Estabelecimento do sistema de metas de inflação como modelo de política monetária.

Fonte: GIAMBIAGI, 2011, p.181

A participação do Estado na criação de nova empresa, de banco de investimento e de banco de crédito agrícola, por exemplo, pode ser considerada como um dos principais instrumentos financeiros capazes de revitalizar a economia. A existência dessas instituições na economia como as condições necessárias oferecidas pelo Estado para que os empresários possam ampliar a capacidade da produção, conforme com a tendência do mercado pela maximização de lucro dos empresários e a maximização da satisfação dos consumidores. Um controle adequado das empresas deveriam ser sem dúvida, uma das principais obrigações do Estado, de tal forma que as medidas utilizadas para regulamentar a estrutura do mercado do trabalho deve fazer com que o objeto se torne de interesse público.

Para que se analise o ambiente criativo de um país, é importante que se investigue suas condições econômicas e institucionais para receber empreendimentos criativos, de forma a sustentá-los e desenvolvê-los (VALIATI; CAUZZI 2016, p.199). Esta estratégia desenvolvida pelo Estado permite uma harmonização, de conciliação e de concentração, entre os diferentes setores na vida nacional. Também, o Estado deveria ser em medida de garantir o respeito de regulamento do mercado, o respeito de uso da terra para melhorar os critérios de funcionamento do mercado livre. Portanto,

O papel da economia criativa tem se destacado recentemente, dado o crescimento das publicações sobre o tema nos últimos anos. Além da análise da relação entre indústrias criativas e desenvolvimento, muito autores têm mostrado esforço em desenvolver índices para mensurar a economia criativa, cada um selecionando diferentes variáveis e indicadores para a análise contextual ou potencial desse segmento. Alguns dos exemplos de índices são os Índices Globais de Criatividade (tecnologia, talento e tolerância) Florida, Mellander e King (2015), o Índice Composto de Economia Criativa (mensura a capacidade criativa de uma região em três dimensões: inovação, empreendedorismo e abertura) Bowen, Moesen Sleuwaegen (2016) e o índice do programa CreativeMed (2014a) (ecossistema socioeconômico Trans-local, inovação territorial e parceria em escala comunitária) (VALIATI ; CAUZZI , 2016, P. 190-192).

Um conjunto de estratégias capaz de evitar um sistema de monopólio e facilitar a integração de novas empresas a partir das leis de competição definidas pelo Estado no sentido de garantir um apoio técnico favorável à segurança alimentar – aqui entendida como a disponibilidade de alimentos à população de um determinado país. O papel do Estado consiste em levar uma dinâmica de respeito às leis e fortalecer o padrão de credibilidade institucional também, as atribuições das empresas. Para organizar o trabalho, o mecanismo de industrialização é determinante. No contexto brasileiro, a primeira reforma de industrialização foi adotada;

[...] a partir de 1930 passou a ser aprofundado por etapas / de forma *restringida* (começando com o desenvolvimento da produção de bens de consumo não duráveis, passando, gradativamente, para a produção de bens de consumo duráveis, de bens intermediários e de capital) e mediante: expressiva participação direta do Estado no suprimento de infraestrutura econômica (energia e transportes) e em alguns setores vistos como prioritários (siderurgia, mineração e petroquímica); elevada proteção à indústria nacional, através de tarifas, vários tipos de barreiras não tarifárias e, inclusive, da política cambial; o fornecimento de crédito em condições favorecidas para a implantação de novos projetos de investimento; e, notadamente a partir do governo de Juscelino Kubitschek (1956-1959); forte dependência do capital financeiro e produtivo internacional (RODRIGUES, SCHMIDT, 2015, p.3).

Esta primeira etapa de industrialização foi implementada após a crise de 1929 para reorganizar a capacidade interna de produção. Na década 1990, uma nova reforma industrial foi adotada a partir do sistema político neoliberal. No entanto,

[...] o objetivo central da nova política industrial, apontado no documento, era o aumento da eficiência na produção e comercialização de bens e serviços, com base na modernização e reestruturação da indústria. Essa nova Política Industrial e de Comércio Exterior contemplava as seguintes estratégias, segundo Guimarães: Redução progressiva dos níveis de proteção tarifária, eliminação da distribuição indiscriminada e não transparente de incentivos e subsídios e fortalecimento dos mecanismos de defesa da concorrência; Reestruturação competitiva da indústria mediante a adoção de mecanismos de coordenação, de instrumentos de apoio creditício e de fortalecimento da infraestrutura tecnológica; Fortalecimento segmentos potencialmente competitivos e desenvolvimento de novos setores, por meio de maior especialização da produção; Exposição da indústria à competição internacional, visando maior inserção no mercado externo, melhora de qualidade e preço no mercado interno e aumento da competição em setores oligopolizados. Capacitação tecnológica da empresa nacional, por meio de proteção tarifária seletiva às indústrias de tecnologia de ponta e do apoio à difusão das inovações nos demais setores (LACERDA *et al*, 2010, p. .272).

As prioridades na destinação dos recursos objetivavam incremento de competitividade e produtividade industrial, ampliação e modernização dos investimentos em infraestrutura, redefinição do papel do Estado, parceria com a iniciativa privada e tentativa de diminuição de desequilíbrio regional e social. LACERDA *et al*, (2010) desenvolveu a ideia de que a combinação da nova política industrial com a recessão provocada pela política de estabilização em vigor implicou, por parte das empresas, um severo ajuste que se estenderia ao longo dos anos subsequentes. Todavia, estas medidas não apenas ajudaram o estabelecimento de novas condições para a condução da política macroeconômica de controle da inflação – a qual foi conduzida na década de 1990 fortemente baseadas em juros elevados, câmbio valorizado e metas de superávit primário –, mas também resultaram, sobretudo, numa verdadeira mudança de paradigma do papel do Estado na economia e, assim, no modelo de desenvolvimento da indústria

e, numa perspectiva mais ampla, da economia brasileira como um todo (CARNEIRO, 2002; CASTRO, 2005 *apud* RODRIGUES;SCHMIDT, 2015, p.7). A partir disso,

[...] O Brasil abandonou-se ao modelo de Substituição de Importações – ancorado em forte participação estatal e protecionismo – focando, a partir de então, na redução do papel do Estado na economia, realizada por intermédio, sobretudo, de políticas de privatização, liberalização de importações, abertura comercial e financeira, e outras reformas institucionais internas que posteriormente acompanharam o Plano Real. Tal mudança ocorreu em um contexto internacional de globalização e aumento ao incentivo de políticas econômicas liberalizantes, especialmente por parte dos países desenvolvidos e de organismos internacionais, tais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial (OLIVEIRA *et al*, 2014, p.18).

Estas grandes medidas de política econômica adotada pelo Brasil para revitalizar sua economia poderia contribuir ao fortalecimento do Haiti na medida onde isso se inscreva dentro um plano de política econômica. Algumas decisões que deveriam inevitavelmente corroborar com uma política fiscal capaz de crescer a mobilização das receitas e diminuir as exonerações fiscais no sentido de substituir a dependência dos impostos derivados dos intercâmbios comerciais para o imposto interno coletado para garantir ao funcionamento da administração. Para concretizar isso, esta reforma deve absolutamente orientar para um mecanismo capaz de unificar, segmentar e organizar um maior controle dos gastos públicos. As medidas administrativas e institucionais que devem ser adotadas para resolver o problema de "insegurança alimentar"⁵⁵ que, hoje reflete uma tendência complexa no Haiti.

Para garantir a segurança alimentar, isso exige uma política social quando ela necessita a intervenção concreta de interesses nas decisões públicas. Portanto, a multiplicidade de autores e as instituições de regulações, outras entidades notavelmente as ONGs constituindo a matriz o qual interage o espaço plural de agrupamento das unidades de produções e de consumo, espaço midiático (local, nacional e internacional) para melhorar o ambiente econômico. Este modo de cooperação dos atores e a articulação das escolhas nas diferentes áreas podem se transformar em um eixo de instrumentalização das empresas para criar riquezas suficientes ao bem-estar social.

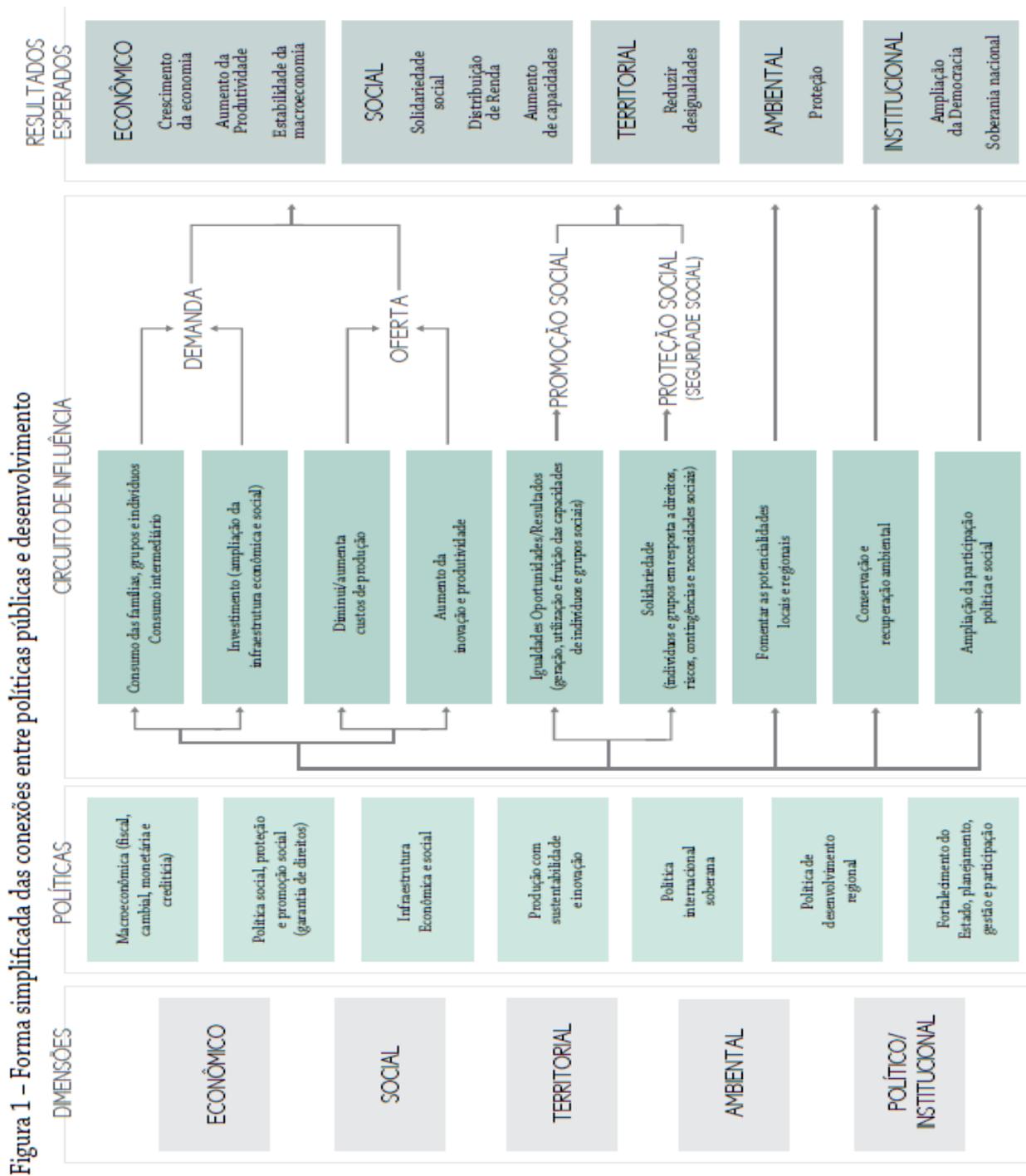
⁵⁵ O termo de insegurança alimentar é um indicador indispensável para analisar o nível de bem-estar social criada por um Estado responsável. Nessa perspectiva, encontram-se algumas características fundamentais capazes de apresentar o aspecto quantitativo dessa questão. Citamos particularmente a capacidade produtiva agroalimentar de um país, a ausência nível infraestruturas de transporte e comunicação, a diminuição do espaço cultivável, a quase inexistência de política agrícola, a ausência de investimento agrícola e enfraquecimento estrutural dos mercados sobre a oferta e a demanda dos produtos destinados na satisfação da população. A segurança alimentar é a variável responsável uma melhor compreensão da dinâmica socioeconômica que trata a Organização das Nações Unidas para alimentação e a agricultura.

Neste âmbito, esta análise visa encaminhar a segurança alimentar no campo da política social para entender a dimensão da questão quando é determinante na soberania alimentar de um povo.

Nesta perspectiva geral, esta reforma não deve se tomar apenas o aspecto de desenvolvimento econômico em termo de crescimento, mais também o modo de funcionamento das instituições, a dinâmica social para combater as divergências de grupo – a dinâmica ambiental e territorial para uma maior gestão na descentralização dos serviços públicos. A dinâmica econômica deve, em outra, centraliza sobre uma forma de política macroeconômica (reforma ao nível do sistema bancário para o acesso ao mercado internacional do capital) para uma estabilidade econômica e de crescimento sustentável. Ademais, isso deve garantir o investimento em produção, o consumo de massa e o investimento em infraestrutura econômica e social. A partir disso, a economia vai beneficiar uma sorte de potencialidade a partir da integração dos autores no processo de inovação tecnológica para fortalecer os encadeamentos produtivos.

De outro lado, a dimensão social deve levar em conta o desenvolvimento de programa e ações Estatais na medida de garantir de oferta de bens e serviços, transferências de renda para diminuir o risco de vulnerabilidade e a regulação de elementos de mercado (a dinâmico do mercado financeiro) também, garantir a justiça social através do mecanismo de proteção social (segurança social) e a promoção social para garantir os direitos fundamentais. Por fim, a dinâmica ambiental e territorial deve promover uma reforma estrutural a partir do planejamento territorial (reorganização da pólio econômico regional e departamental), uma nova estratégia de fortalecimento da fiscalização no sentido de criar um novo ambiente apropriado com os objetivos de desenvolvimento sustentável (ODD). Daí, a apresentação da configuração preposta por Castro; Oliviera (2014) no quadro17 em abaixo para entender mais a evolução estrutural completa de reforma que poderia servir de guia de política econômica para redinamizar o desempenho econômico e comercial.

Quadro 17: Forma simplificada das conexões entre Políticas públicas e desenvolvimento.



Fonte: CASTRO; OLIVIERA, 2014, p.24.

5.4 Um mecanismo do comércio na conjuntura econômica atual

Os dados evidenciam o grau de desproporcionalidade do comércio haitiano para o resto do mundo. No entanto, redinamizar o circuito do comércio deve fazer parte integrante da reforma a partir dos estudos econômicos aplicados com base de dados fiáveis permitem uma melhor compreensão e a flutuação dos principais indicadores de desempenho disponíveis, também analisar a capacidade de competitividade das empresas para facilitar o mecanismo de comercialização. De fato, os estudos de pesquisas especificamente devem ser realizados para uma nova reestruturação das empresas no comércio exterior bem como, busca de novo mercado, nova oportunidade nesse setor e a diferenciação de produto como estratégia de competição na escala produtiva.

Esta transformação estrutural do mercado deve chamar atenção dos autores para empreender novo mecanismo de negociação capaz de motivar mais a abertura comercial, a estabilização e a mudança do papel do estado nesse setor. Ademais, a elaboração de uma estratégia permite uma definição clara de prioridades e problemas, oportunidades e obstáculos de forma a aplicar os recursos financeiros e humanos de maneira eficaz e eficiente. Isso permite uma definição clara da atuação e da coordenação das ações pertinentes tanto ao setor público como ao privado no apoio à inserção das empresas no mercado internacional e que, por sua vez, permitirá o crescimento econômico, a redução da pobreza, a geração de emprego e renda (PIANTO; CHANG, 2006, p.91).

Stiglitz e Charlton (2007) avançaram a ideia de que o comércio tornou-se importante demais para ficar por conta apenas do ministério do comércio. Parte do processo deliberativo deve acorrentar o envolvimento ativo de outras partes (que também participem das reuniões, em vez de somente por meio do ministro do comércio) para fortalecer as discussões sobre o comércio internacional. Por isso, a necessidade de avaliar a situação comercial exige um procedimento de avaliação *ex-ante* sobre os diferentes eixos macroeconômicos para predizer de nova orientação capaz de diminuir consideravelmente os riscos na estrutura econômica. Ademais, esta estratégia vai contribuir com uma maior utilização de lucros, a maximização da produtividade a partir de uma avaliação ótima (relatório *output/input*) do desempenho passado. Para organizar isso, os autores devem identificar os recursos disponíveis (relatório *input/output*)

capazes de facilitar as intervenções nos diversos processos de produções e estabelecer os critérios subsequentes para o respeito do procedimento do comércio. Nesta lógica, esse processo vai permitir também analisar o relatório custo-benefício em termo de produção local, o relatório custo-efetividade sobre o mercado mundial e a maximização da eficiência para relacionar os custos de uma intervenção a partir dos resultados esperados.

E claro que o movimento das capitais na economia mundial e o mecanismo de internacionalização⁵⁶ das empresas têm uma influência determinante nas questões ambientais negócio para o aumento da competitividade externa. Para isso, a capacidade de cada país de abrir sua economia e enfrentar essa abertura comercial exige uma grande responsabilidade dos atores para tranquilizar o bom funcionamento do mercado a partir de uma campanha de mobilidade estrutural que poderia valorizar a competição sobre os mercados. É claro que o circuito do mercado não resume apenas a troca de bens e serviços, mas também a circulação dos capitais para garantir a demanda de financiamento das empresas e a mão de obra qualificada para um uso eficiente das matérias – onde a necessidade de promover o papel do *marketing* internacional como uma ferramenta fundamental para inserção bem sucedida no mercado internacional Platcbek e Bezerra (2009).

Nessa mesma linha de raciocínio, a entrada em mercados internacionais é uma opção para a empresa conquistar outros mercados e aumentar sua lucratividade, como também ter acesso a mercado de capitais em outros países e se fortalecer competitivamente (*idem*, p.31). Em outros termos, o comércio internacional pode contribuir para um processo de causalidade cumulativa, em que o crescimento das exportações aumenta a produtividade das firmas via economias de escala, e este aumento de produtividade torna as exportações mais competitivas De Negri; Araújo (2006).

Além do ambiente de negócio, o ambiente ecológico é também um fator importantíssimo. Platcbek e Bezerra (2009) avançaram na adoção de práticas que preservem o meio ambiente, cabendo às organizações uma redução dos danos ecológicos do ciclo de vida do produto, e a sociedade como uma maior conscientização e mudanças nos padrões de consumo, buscando

⁵⁶ A internacionalização é reconhecida por muitos como um forte instrumento fundamental para o fortalecimento das empresas e para a competitividade dos países em um ambiente em que a concorrência acontece em nível globalizado (ALEM; CAVALCANTI, 2005).

contribuir para a criação de uma sociedade mais justa e equilibrada. Desta reflexão, a questão de gestão ambiental como uma indispensável vantagem competitiva deve inscrever-se no quadro de uma estratégia política para aperfeiçoar os investimentos que, em outra, seria mais benéfico financeiramente bem como, desenvolveria uma contribuição no desempenho econômico a partir de um maior uso tecnológico apropriada no processo de produção. Em outros termos, a implantação de um sistema de gestão ambiental requer um comprometimento da alta direção da empresa, estabelecendo uma política ambiental clara e definida, devendo a empresa estar preparada para rever suas normas e mudar suas tradições (*idem*, p.35), bem como aperfeiçoar mais a estrutura econômica e as relações comerciais.

As novas teorias do comércio supõem que a capacidade de exportação de um país desempenha um papel determinante na recuperação econômica. Em 2010, uma política de reforma foi adotada nos Estados Unidos sobre três medidas: um dólar fraco, o que torna mais competitivos os produtos americanos; um poder de compra forte por parte dos principais parceiros comerciais, a Europa e o Canadá; e que os Estados Unidos produzam bens que os outros países queiram comprar (STIGLITZ, 2010, p. 430). Esta medida de desvalorização da moeda adotada nos países industrializados, em particular os Estados Unidos fortaleceu mais a competitividade econômica que, hoje oferece a possibilidade de dominação econômica. Porém, esta reforma não pode adotar na realidade dos países menos industrializados considerando o tamanho da economia e o tamanho do mercado para lutar contra à concorrência injusta – um dos obstáculos que pode explicar o grau de vulnerabilidade dos países subdesenvolvidos. Nesse sentido,

[...] busca por um melhor desempenho da pauta exportadora passa não somente pelo ajustamento cambial e pela retomada dos investimentos, mas também pela definição de uma política estratégica de competitividade tecnológica como forma de assegurar qualidade, adequação de normas técnicas estrangeiras, obtenção de custos competitivos e garantia de algum poder de mercado (RECUPERO, 2000, apud OLIVIERA; KANNEBLEY, 2006).

Deste modo, o caso do Brasil na década 1990 adotou as políticas de incentivos às exportações em quais as estratégias de desenvolvimento tecnológico são de extrema importância como instrumento para aumentar a competitividade das empresas exportadoras Oliveira, Kannebley (2006). O que permite ao Brasil de tornar o berço da industrialização na América Latina como país emergente também, um dos poderes econômicos atuais. Esses resultados são o

fruto de algumas medidas em termo de obtenção de informações necessárias sobre o mercado internacional, o estabelecimento de novo canais de comércio e a adoção dos produtos de demanda externar para fortalecer sua competitividade. Enfim, algumas iniciativas que deveriam inserir na agenda de política de reforma do Haiti para sair de seu grau de dependência econômica e financeira, o nível de vulnerabilidade crônica também, o fracasso institucional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As informações mobilizadas mostram que o enfraquecimento da economia nacional ligada ao fracasso de produção para garantir a competitividade e a competitividade econômica - um fator prejudicial ao desempenho econômico e comercial e, leva em consideração a questão de dependência econômica. Fora da balança comercial deficitária, a estrutura de mercado e o comportamento dos autores são também considerados como alguns fatores que influenciam as decisões de política econômica e comercial do Haiti a ponto de que o país tornar-se uma província comercial dos parceiros. Nesse sentido, no contexto haitiano a política neoliberal agrava mais os setores de atividades econômicas, arruína o processo de industrialização e paralisa o plano estratégico de desenvolvimento econômico. Esse grau de precariedade econômica limita todas as possibilidades de fortalecer o ganho comercial – incapaz de valorizar as matérias primas e o desenvolvimento de outros eixos de atividades rentáveis financeiramente (as atividades turísticas e culturais, esportes...) para compensar as perdas de competitividade econômica.

Portanto, os autores devem mobilizar nova estratégia capaz de reorganizar o modo de funcionamento do mercado através de novas leis para redefinir as missões e objetivos, pesquisar novos acordos e canais mais rentáveis para aumentar a capacidade econômica interna. Ademais, priorizar uma mudança na aplicação de alguns princípios do comércio para redinamizar o ambiente institucional destinado na elaboração das políticas comerciais e as prestações dos serviços – melhorar as cooperações e competitividades, garantir a implicação do setor privado para fortalecer a capacidade de negociação entre os parceiros e a colaboração das empresas internacionais no desempenho econômico. Para isso, a mobilização de uma série de esforços capaz de intensificar o investimento nos diversos setores de atividades produtivas de curto prazo, médio e longo prazo deve ser inscrever no quadro de um plano estratégico de desenvolvimento.

Em outras palavras, revitalizar o setor primário e promover os outros ramos de atividades subjacentes, intensificar o processo de integração do setor secundário (valorização da inovação, pesquisa e desenvolvimento e a industrialização) e um mecanismo de reestruturação do setor terciário a partir de um sistema de controle adaptado com a nova tecnologia para combater o

setor informal. Também, desenvolver a estratégia de mobilizar a poupança nacional e Investimento Direto Estrangeiro como estímulo de desenvolvimento econômico; promover um ambiente macroeconômico mais favorável, garantir a transparência na execução das operações financeiras, mobilizar a infraestrutura econômica e valorizar as zonas francas na diversificação das exportações para suportar alguns choques do mercado exterior.

A dimensão política dessa questão necessita um mecanismo de fortalecimento institucional através de uma estrutura de controle do mercado local capaz de resolver o fracasso de integração do mercado mundial. A nova estrutura deve em primeiro lugar, levar em consideração um novo mecanismo capaz de fortalecer a gestão eficaz dos recursos públicos, aumentar a competitividade interna, aumentar o consumo de massa e reduzir os conflitos sociais. Em segundo lugar, promover uma política mais atrativa e efetiva capaz de desenvolver uma vontade de respeito do direito fundamental, priorizar o interesse popular através do mecanismo de transparência nas instituições públicas. Um conjunto de decisão que deve lutar contra a instabilidade política, instabilidade macroeconômica e outros parâmetros subsequentes que poderiam afetar negativamente o ambiente econômico e político. A transformação administrativa deve ser inevitavelmente um dos grandes eixos prioritários para uma integração do mercado mundial no sentido de diminuir a dependência econômica e a influencia da comunidade internacional nas grandes decisões estatais.

Garantir a importância da política pública no campo de política comercial através do comércio internacional tendo como objetivo buscar os melhores acordos capazes de ajudar na racionalização da ação pública e o desdobramento de uma *expertise* que permite aos *stakeholders* controlar os setores criativos das atividades de empregos. Esta vontade se manifesta na racionalização que passa pela criação de uma ferramenta capaz de promover um melhor planejamento do projeto social destinado à integração dos trabalhadores sobre o mercado do trabalho. Para enfrentar essa situação, o Estado precisa criar novos setores de atividades e novas formas de emprego a partir dos setores mais diversificados nas atividades econômicas, de transferência massiva dos empregos nos setores de serviços – outra mudança de vínculo dos comprovantes (emprego temporário, empregos a tempo parcial, emprego integral) para uma melhor distribuição da taxa nas empresas.

A criação de uma forte competitividade de emprego é importante para uma nova configuração social a partir de nova política de emprego capaz de gerar uma economia florescente. Para conseguir isso, precisamos de uma economia capaz de promover o espírito de competição, a presença de um Estado regulador, a presença de trabalhadores altamente qualificados, de um lado – tem o espírito de competitividade com uma renda risonável para aumentar a produtividade de outro lado. Isso vai reduzir o problema do baixo crescimento e do baixo nível de produtividade, os empregos de serviços devem ser criados, ao mesmo tempo em que se reduz a força de trabalho pouco qualificada e mal remunerada nos setores de negócios de grande escala. Esta situação ajudará a manter um alto grau de confiança na economia, com uma taxa de emprego elevada para aumentar o poder de compra dos consumidores e manter a estabilidade econômica e social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.

AKYÜZ, Yilmaz. **Impasses do desenvolvimento**. Novos estudos n° 72 P. 41-56. Julho, 2005

AMIN, Samir. Échanges internationaux et sous-développement. In: l'échange inégal et la loi de la valeur. Ed. Anthropos, paris, 1973.

ARAÚJO, B. C. P. O. Análise empírica dos efeitos ex-post das exportações sobre a produtividade, o emprego e a renda das empresas brasileiras. In: DE NEGRI, J.; DE NEGRI, F.; COELHO, D. (Orgs.). **Tecnologia, exportação e emprego**. Brasília: Ipea, 2006.

ARBACHE, J. S. Inovações tecnológicas e exportações afetam o tamanho e a produtividade das firmas manufatureiras? Evidências para o Brasil. In: DE NEGRI, J. A.; SALERNO, M. S. **Inovações, padrões tecnológicos e desempenho das firmas industriais brasileiras**. Brasília: Ipea, 2005.

SALERNO, M ; ARBIX, G.; DE NEGRI, J. A. **Inovação, via internacionalização, faz bem para as exportações brasileiras**. Brasília: Ipea, 2004.

BASTIEN, Yves Romain. **La privatisation du parapublic en Haïti**. 2016.

BAUER W. Martin; E GASKELL George. **Pesquisa qualitativa com texto; imagem e som: um manual pratica**. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. 2ª Ed. Petrópolis; VOZES. 2003.

BELLEGARDE, Dantès. **Haiti et ses probleme**. Ed. Bernard Valiquette; Montreal, 1921.

BERNARDIN, Ernst A. **L'Espace Rural Haïtien**. Port-au-Prince : Collection les Classiques de l'Université, 1997. 2e vol.

BONAVIDES, Paulo. **CIÊNCIA POLÍTICA**. 10ª Ed. (9ª tiragem), Malheiros Editores, são Paulo 2000.

BOBBIO, Norberto. **Liberalismo e democracia**. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. Ed. Brasiliense, São Paulo, 2000.

BRANDER, A. James; KRUGMAN, Paul. **A 'Reciprocal Dumping' Model of International Trade**. Journal of International Economics, Vol. 15, No. 3/4, pp. 313-321, (November 1983).

BRANDER, A. James; SPENCER, Barbara J. **Tariffs and the extraction of foreign monopoly rents under potential entry**. Canadian Journal of Economics, vol. 14, No. 3, pp.371-389, 1981.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **A reforma da administração pública. In: BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Crise Econômica e Reforma do Estado no Brasil**. São Paulo, Editora. 1996.

CARNEIRO, Ricardo; BALTAR, Paulo; SARTI, Fernando. **Para além da política econômica**. Ed. São Paulo: Unesp, 2018.

CASTRO, Jorge Abrahão; OLIVIERA, Marcio Gimene. Políticas públicas e desenvolvimento. In: MADEIRA, Ligia Mori. **Avaliação de políticas públicas**. Ed. UFRGD/CEGOV; Porto Alegre, 2014.

CAMPOS, Luís; CANAVEZES, Sara. **INTRODUÇÃO À GLOBALIZAÇÃO**. Instituto Bento Jesus / Caraça Departamento de Formação da CGTP-IN. Abril 2007.
<https://dspace.uevora.pt/rdpc/bitstream/10174/2468/1/Introdu%C3%A7%C3%A3o%20%C3%A0%20Globaliza%C3%A7%C3%A3o.pdf> (Junho, 2019).

CENTRE DU COMMERCE INTERNATIONAL (CCI). **La politique commerciale nationale au service des exportations**. Genève, 2011.

CORRÊA, Maurício da Silva; GOMES, José Dionísio da Silva. **Análise e avaliação de políticas públicas: aspectos conceituais**. October 2016.
[file:///C:/Users/stephanie%20daphney%20ba/Downloads/artigoanliseeavaliadepoliticaspblicasaspectosconceituaisBOLETIMGOVERNOUT2016%20\(3\).pdf](file:///C:/Users/stephanie%20daphney%20ba/Downloads/artigoanliseeavaliadepoliticaspblicasaspectosconceituaisBOLETIMGOVERNOUT2016%20(3).pdf) (Fevereiro, 2020).

DEL BAYLE, Jean-Louis Loubet. **Initiation aux méthodes des sciences sociales**. Ed. L'Harmattan, Paris – Montréal, 2000.

DIRER, Alexis. **Théories du commerce international**. 2008.
https://nanopdf.com/download/theories-du-commerce-international_pdf

DURKHEIM, Emil. **Da divisão do trabalho social**. Tradução: Eduardo Brandão. 2ª Ed. Martins Fontes; São Paulo, 1999.

GIAMBIAGI, Fabio. Estabilização, Reformas e Desequilíbrios Macroeconômicos: Os Anos FHC (1995-2002). In: GIAMBIAGI, Fabio; VILLELA, André; BARROS, Lavinia de Castro; HERMANN, Jennifer. **Economia brasileira contemporânea: 1945-2010**. 2ª ed. Elsevier; Rio de Janeiro, 2011.

GIBBS, Murray. **Les politiques commerciales : nations unies**. Département des Affaires Économiques et Sociales - DAES/ UN DESA, 2007.

DYE, Thomas R. (2005). **Mapeamento dos modelos de análise de políticas públicas**. In Heidemann, F. G.; Salm. Políticas Públicas e Desenvolvimento. Brasília: Editora UnB, 2010.

FREY, Klaus. **Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil**. Planejamento e Políticas Públicas, N° 21 - junho 2000.

GIL, Antônio C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4ª edição, São Paulo: Atlas 2002.

GRAWITZ, Madeleine. **Méthodes des sciences sociales**. 11ª Ed, Paris I: Dalloz, 2001.

GROSSMAN, Gene M. HELPMAN, Elhanan. **Comparative advantage and long run growth**. American Economic Review, vol. 80, No. 4, 796-815, 1990.

Groupe Banque Mondiale. **Renforcer la Compétitivité Et Promouvoir la Diversification En Haïti : Etude Diagnostique sur l'Intégration du Commerce**. Port-au-Prince, Septembre 2013.

GUIMARÃES , Tomas de Aquino. **A nova administração pública e a abordagem da competência**. Rio de Janeiro 34(3):125-40, Maio/Jun. 2000.

HECKSCHER, E. **The effect of Foreign Trade on the Distribution of Income**. Ekonomisk Tidskrift, pages 497-512, Mars, 1919,

HELPMAN , Elhanan. **A Simple Theory of Trade With Multinational Corporations**. Journal of Political Economy , 92(3): p. 451-471 February 1984.

HELPMAN, Elhanan; KRUGMAN Paul. **Market structure and foreign trade: Increasing Returns, Imperfect Competition, and the International Economy**. The Economic Journal, Volume 96, No. 381, PP. 243–245, March 1985.

HOUSE, R. Ernest; HOWE R. Kenneth. **Deliberative Democratic Evaluation in Practice**. 2002.

Hymer, S.H. the internacional operations of national firma. A study of direct foreign investment, Tese MIT. 1960.

IANNI, Octavio. **Teorias da globalização**. 9ª Ed. Rio de Janeiro; Civilização Brasileira, 2001.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPAE. **O Brasil em 4 décadas**. Rio de Janeiro, setembro, 2010.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea. **Perspectivas do desenvolvimento brasileiro**. Brasília, 2010.

JAKOBSEN, Kjeld. **Comércio internacional e desenvolvimento: Do GATT à OMC – discurso e prática**. 1ª edição, são Paul; Fundação Perseu Abramo, 2005.

KANNEBLEY, J. Sérgio; OLIVEIRA, J. De Valeri. Persistência e permanência na atividade exportadora. In. NEGRI, J. Alberto De; ARAÚJO, Bruno C. P. Oliveira de. **As Empresas Brasileiras e o Comércio Internacional**. Ipea; Brasília, 2006.

KARL, Marx. **Le capital: critique de l'économie politique**. 1ª Ed. Quadrige; paris, 1993.

KEYNES, J. MAYNARD. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda.** Tradução de Mário R. da Cruz. Editora Nova Cultural Ltda, São Paulo, 1996.

KENEN, Peter, B. **Nature, Capital and Trade », Journal of Political Economy.** N° 73, pages 437-60; octobre, 1965.

LACERDA, A. Corrêa de; REGO, J. Márcio; MARQUES, R. Maria; BOCCHI, J. Ildebrando; BORGES, M. Angélica. **Economia brasileira.** 4ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **Problema e problemática. In: A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas.** Porto alegre: Artmed, 1999. parte 2, cap. 4, p. 85-102.

LEONTIEF, Wassily W. **Domestic Production and Foreign Trade the American Capital Position Re-examined.** Economia Internationale, n°1, pages 3-32; février, 1954..

MARCONI, Marina A; LAKATOS, Eva M. **Metodologia do trabalho científico.** 4ª edição, São Paulo: Atlas, 1992.

MARCONI, Marina A; LAKATOS, Eva M. **Fundamentos de Metodologia Científica.** 5ª edição, São Paulo: Atlas, 2003.

MARTINS, João Tude; FERRO, Daniel; SANTANA, Fabio. **Políticas Públicas.** Curitiba: IESDE, 2010.

MAZEROLLE, Fabrice. **Économie Internationale.** France, 2008.

MORA, Luis Nelson Beltrán. **Política económica.** Escuela superior de administración publica. Bogota, 2008.

MOREIRA, Mauricio Mesquita; CORREA, Paulo Guilherme. **Abertura comercial e indústria: o que se pode esperar e o que se vem obtendo.** Revista de Econômica Política, vol.17, n° 2 (66), abril-junho/1997.

MOREIRA, Uallace. **Teorias do comércio internacional: um debate sobre a relação entre crescimento econômico e inserção externa.** Revista de Economia Política, vol. 32, n° 2 (127), pp. 213-228, abril-junho/2012.

OHLIN, B. **Interregional and International Trade, Harvard:** Harvard University Press. 1933.

PAUL, Bénéfique. **Les relations commerciales haïtienno-dominicaines à l'aube du 21e siècle :** Quinze ans de balbutiements institutionnels. 2018.

PAUL, Krugman; MAURICE, Obstfeld; **Économie internationale.** 4ª Ed, de Doeck : paris, 2004.

PINHEIRO, Armando Castelar; FUKASAKU, kiichiro. **A privatização no Brasil: O caso dos serviços de unidade pública.** BNDES, 2000.

PLATCHEK, Renata B. Granemann; BEZERRA, Paula Alves. As questões ambientais como diferencial competitivo para empresas exportadoras. In: STELZER, Joana; NASCIMENTO, Natalí. **Desafios do comércio mundial: sustentabilidade e internacionalização de empresas.** UNIVALI; Itajaí, 2009.

POLANYI, Karl. **A grande transformação: as origens da nossa época.** 2ª Ed, a campus: Rio de janeiro, 2000.

PRODANOV, Cleber C; FREITAS, Ernani C. **Metodologia do trabalho científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico.** 2ª edição, Rio Grande do Sul: Feevale, 2013.

RICARDO, David. **Princípios de economia política e tributação.** Tradução de Paulo Henrique Ribeiro Sandroni. Ed. Nova Cultural Ltda; São Paulo, 1996.

RISCADO, Priscila E.; AGUM, Ricardo R.; MENEZES, Monique. **Políticas Públicas: Conceitos e Análise em Revisão.** Revista Agenda Política | Vol.3 – n.2 – julho/dezembro, 2015.

RODRIGUES, Cryslaine Flavia da Silva; SCHMIDT, Ricardo Filho. **O processo de industrialização brasileiro: repercussões e perspectivas.** 2015.

RODRIGUES, Paulo Narcizo. **Importação e Exportação sem Complicação.** 3ª edição, Brasil, 1997.

ROVER , Ardinete. **Metodologia científica: educação à distância.** Joaçaba: UNOESC, 2006.

SAMUELSON, Paul, A. **International Trade and the Equalization of Factor Prices.** The Economic Journal, pages 181-97; juin, 1948.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização do pensamento único à consciência universal.** 6ª Ed. RECORD-RIO de janeiro; São Paulo, 2001.

SARQUIS, Sarquis José Buainain. **Comércio Internacional e Crescimento Econômico no Brasil. 2011.**

SECCHI, Leonardo. **Análise de políticas públicas: diagnóstico de problemas, recomendação de soluções.** 2ª Ed. São Paulo, 2016.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade.** ; tradução de Laura Teixeira Motta; São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SORGHO, Zakaria_. **Modèle gravitationnel appliqué au commerce : Une « success history » dans l'étude des déterminants des flux commerciaux bilatéraux – Vue d'ensemble sur le modèle**, July 2013.

[file:///C:/Users/stephanie%20daphney%20ba/Downloads/Document formation1 20130716 17190363%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/stephanie%20daphney%20ba/Downloads/Document%20formation1%2020130716%2017190363%20(1).pdf) (dezembro, 2018).

SMITH , Adam. **A RIQUEZA DAS NAÇÕES: Investigação sobre sua natureza e suas causas**. Tradução de Luiz João Baraúna . Ed. Nova Cultural Ltda, Sao Paulo, 1996.

SOARES, Elias Farinha. **O contexto internacional e experiências da reforma da administração pública**. Administração n.º 64, vol. XVII, 2004- 2.º, 473-506.

SOUSSA, Celina. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura**. Revista Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 16, p. 20-45, jul/dez 2006.

STIGLITZ, E. Joseph; CHARLTON, Andrew. **Livre Mercado para todos: como um comércio internacional livre e justo pode promover o desenvolvimento**. Ed. Elsevier Ltda; Rio de Janeiro, 2007.

STIGLITZ, E. Joseph. **Um mundo queda livre: Os Estados Unidos, o mercado livre e o naufrágio da economia mundial**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

Unité de Lutte Contre la Corruption (ULCC). **État des lieux de la lutte contre la corruption : Implications, renforcement de la coopération interinstitutionnelle et sensibilisation**. 2013.

VALIATI, Sanchis Leandro; CAUZZI, Camila Lohmann. **Indústrias criativas e desenvolvimento: Análise das dimensões estruturadoras. In: Economia criativa, cultura e políticas públicas**. Organizadores por VALIATI, Leandro; MOLLER, Gustavo. Editora da UFRGS/CEGOV, Porto Alegre, 2016.

VELA , Juan Pablo Navarrete. **Política económica**. 1ª Ed. Red Tercer Milenio, México, 2012.

Vernon, R. International investment in the product cycle. Quarterly journal of economics. V.80, p.199-207, 1966.

VIANELLO, Luciana P. **Apostila de Métodos e Técnicas de Pesquisa**. Belo Horizonte: Qual editora é aqui? 2011.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2ª. Ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

LISTA DE ANEXOS

Anexo 1 : A tabela da dívida pública entre as credores bilaterais e multilaterais.

Figure III-3 : DETTE EXTERNE TOTALE DU SECTEUR PUBLIC (2008 -2018)
Sous forme agrégée
(en millions de dollars EU)

	Sept. 08	Sept. 09	Sept. 10	Sept. 11	Sept. 12	Sept. 13	Sept. 14	Sept. 15	Sept. 16	Sept. 2017	SEPT 18P
DETTE EXTERNE TOTALE	1,822.62	1,187.65	863.08	657.3	1,067.0	1,473.7	1,829.5	1,981.8	2,008.8	2,129.4	2,121.8
DETTE A LONG TERME	1,822.62	1,187.65	863.08	657.3	1,067.0	1,473.7	1,829.5	1,981.8	2,008.8	2,129.4	2,121.8
CREANCIERS BILATERAUX	387.73	506.94	249.29	649.7	933.1	1,325.9	1,674.7	1,813.7	1,837.8	1,909.0	1,914.9
DONT ETATS UNIS	5.7	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
FRANCE	30.9	30.6	28.7	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
ESPAGNE	33.4	33.2	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
ITALIE	58.7	58.3	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
CHINE TAIPEI	91.8	89.7	86.7	83.8	81.6	76.8	71.7	68.3	66.8	65.3	62.8
CANADA	0.0	0.0	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
L/C BRH	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
VENEZUELA	167.3	295.2	133.9	485.9	851.5	1249.1	1603.0	1745.4	1771.0	1843.7	1852.1
POVSA	0.00	0.00	0.00	4.0	10.4	14.1	26.7	26.7	28.2	26.8	28.8
BANDES											
CREANCIERS MULTILATERAUX	1,434.89	680.71	569.10	102.4	126.4	135.3	137.2	148.5	154.0	204.1	193.9
DONT BIRDIDA	512.8	38.8	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
*Décaisse FIDA	39.5	48.3	62.4	66.1	68.3	64.5	61.0	65.4	66.8	55.2	52
FMI	104.8	169.6	12.7	25.6	48.0	57.8	58.3	67.3	64.7	102.9	91.6
BID	774.8	417.5	485.7	0.0	0.1	0.1	0.1	0.0	0.1	0.1	0.0
OPEC	3.1	6.6	8.3	10.7	12.0	13.0	17.9	24.8	32.4	45.9	50.3
DETTE REAMENAGEE	0.0	0.0	44.7	5.3	7.5	12.4	17.6	19.6	17.0	16.3	13.0
CHINE TAIPEI	0.00	0.00	2.20	5.3	7.5	12.4	17.6	19.6	17.0	16.3	13
FRANCE	0.00	0.00	42.49	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
ESPAGNE	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
ARRIERES	0.00	0.00	0.10	0.1	0.0	0.0	4.8	18.4	1.6	81.42	169.7

Source : Service Dette Externe, Direction des Affaires Internationales, BIRH.

*Encours au 30 septembre 2018
Les données sont provisoires.

Fait le 2 Octobre 2018

Révisé le 26 octobre 2018

Anexo 2 : Apresantacao em % de cada ramo de atividades no PIB.

Tableau I.1a Contribution à la valeur ajoutée du PIB réel (en pourcentage)

	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012 ^{1/}	2013 ^{2/}	2014 ^{3/}	2015 ^{3/}
Secteur primaire	25.6	25.4	25.1	23.1	23.6	25.0	23.4	22.5	22.5	21.6	20.5
Agriculture, sylviculture, élevage et pêche	25.5	25.3	25.0	22.9	23.5	24.9	23.3	22.3	22.4	21.4	20.4
Industries extractives	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1
Secteur secondaire	16.0	15.9	15.7	15.9	16.1	16.2	17.4	17.8	18.1	18.5	18.8
Industries manufacturières	7.8	7.8	7.6	7.6	7.7	6.9	7.7	8.0	7.8	7.8	8.0
Electricité, gaz et eau	0.6	0.4	0.4	0.4	0.5	0.5	0.6	0.5	0.5	0.5	0.4
Bâtiments et travaux publics	7.6	7.7	7.6	8.0	8.0	8.8	9.1	9.3	9.8	10.3	10.3
Secteur tertiaire	51.1	51.4	51.8	53.5	52.6	51.3	51.5	51.7	51.4	51.8	52.4
Commerce, Restaurants et hôtels	26.2	26.4	27.1	28.4	27.9	27.1	26.9	27.4	27.6	28.0	28.5
Transport et communications	6.3	6.4	6.7	7.1	7.1	7.3	7.8	7.5	7.4	7.5	7.4
Autres services marchands	12.1	12.0	11.9	12.1	11.8	11.6	11.3	11.4	11.3	11.5	11.6
Services non marchands	10.6	10.6	10.7	11.1	10.8	11.6	11.3	11.3	11.1	11.0	11.2
Branche fictive*	-4.1	-4.1	-4.6	-5.3	-4.9	-6.3	-5.8	-5.9	-6.1	-6.3	-6.3
Valeur ajoutée brute totale	92.7	92.6	92.6	92.4	92.4	92.4	92.3	91.9	92.0	91.9	91.8
Impôts moins subventions sur les produits	7.3	7.4	7.4	7.6	7.6	7.6	7.7	8.1	8.0	8.1	8.2
Produit intérieur brut	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0

Source: IHSI

1/ Semi-définitif

2/ Provisoire

3/ Estimation

*/ Il s'agit, par convention, d'une unité spéciale qui prend en compte l'utilisation faite par les autres branches de la «production imputée de services bancaires» (SCN 1993)

Anexo 3 : Tabela de distribuição da estrutura do PIB nominal em preço correntes.

Tableau 12a Structure du PIB nominal (en millions de gourdes à prix courants)

	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012 ^{1/}	2013 ^{2/}	2014 ^{3/}	2015 ^{3/}
PIB	168,035.0	197,138.0	220,110.0	250,590.0	267,880.0	266,952.0	302,854.0	328,061.0	364,528.0	391,635.0	431,064.0
Demande intérieure	216,597.0	257,343.0	276,682.0	329,426.0	339,844.0	398,845.0	428,611.0	446,995.0	490,882.0	525,635.0	559,629.0
Consommation	170,525.0	189,482.0	209,590.0	257,145.0	266,197.0	331,020.0	344,247.0	350,070.0	381,296.0	404,470.0	422,429.0
Investissement	46,072.0	57,861.0	67,092.0	72,281.0	73,647.0	67,825.0	84,364.0	96,925.0	109,586.0	121,165.0	137,200.0
Salde extérieur	-48,562.0	-60,206.0	-56,573.0	-78,836.0	-71,984.0	-131,893.0	-125,757.0	-118,934.0	-126,356.0	-134,000.0	-128,565.0
Exportations	23,592.0	28,563.0	29,142.0	31,903.0	42,084.0	40,956.0	52,848.0	55,466.0	66,544.0	72,520.0	85,563.0
Importations	72,154.0	88,769.0	85,715.0	110,739.0	114,048.0	172,849.0	178,605.0	174,400.0	192,900.0	206,520.0	214,128.0

Source : IFSI

1/ Semi-défini

2/ Provisoire

3/ Estimation

